



We
Choose
Earth

EDP Brasil
Demonstrações Financeiras
2024

Lucro Líquido: R\$ 2,5 bilhões	EBITDA: R\$ 4,8 bilhões	Ativo Total: R\$ 38,6 bilhões	ROL: R\$ 17,4 bilhões
-----------------------------------	----------------------------	----------------------------------	--------------------------

www.edp.com

EDP – Energias do Brasil S.A.
Companhia Aberta – CNPJ/MF nº 03.983.431/0001-03



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

CARTA DO PRESIDENTE

O ano de 2024 foi marcado por avanços significativos para o Grupo EDP em nível global. Na América do Sul, como consequência do processo de fechamento de capital da empresa no Brasil, fortalecemos nossa integração com as atividades da EDP Renováveis, o que consolidou a EDP South America como um hub estratégico e permitiu aprimorar a sinergia e a eficiência das nossas operações na região. Esse movimento reforça o nosso compromisso com a transição energética e, por meio de um plano de investimentos que prevê o aporte em torno de 7 bilhões nos próximos 2 anos, seguiremos acelerando a descarbonização do setor elétrico, ampliando nossa presença em projetos solares e eólicos e fortalecendo a nossa atuação no segmento de redes.

Em Distribuição, o ano foi marcado por desafios e marcos importantes na principal avenida de investimentos da Companhia na região. Por um lado, os eventos climáticos extremos que atingiram nossas áreas de concessão da EDP Espírito Santo e EDP São Paulo durante o ano evidenciaram a exigência por um sistema cada vez mais preparado, com redes resilientes, robustas e seguras, de forma a garantir um atendimento com qualidade e segurança aos nossos clientes. Nesse sentido, em 2024, realizamos investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhão e anunciamos o contínuo investimento de cerca de R\$ 10 bilhões até 2030 nas áreas de concessão, focados nos pilares de atendimento ao cliente, resiliência da infraestrutura energética, digitalização e modernização de equipamentos, implantação de novas tecnologias e sistemas automatizados, além de uma atuação para a redução de perdas de energia.

Outro marco importante foi a publicação, em junho, do decreto que regula o processo de prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica no Brasil, e que assegura a manutenção da EDP com as concessões do Espírito Santo e São Paulo. O decreto é especialmente relevante para a EDP ES, uma vez que prevê um fast track para sua renovação, que tem vencimento em 2025. Adicionalmente, o documento reflete a evolução do segmento de distribuição além de aumentar o nível de exigência de entrega a fim de garantir mais qualidade aos clientes, um avanço positivo para a sociedade e todas as contrapartes envolvidas. Apresentando indicadores de qualidade de serviço e de solidez financeira compatíveis com os critérios estabelecidos pelo decreto, estamos comprometidos e confiantes de que, em 2025, daremos importantes passos para a concretização deste processo, bem como para a ampliação da nossa atuação no segmento.

Já na Transmissão, fortalecemos nossa presença no setor com uma participação bem-sucedida no Leilão ANEEL 01/2024, conquistando os lotes 2, 7 e 13 no certame. Além disso, avançamos na energiação dos Lotes 1 e 2, dos Leilões ANEEL 001/2021 e 002/2022, respectivamente com mais de 3 anos de antecipação. Estes projetos, além de ampliarem a presença da Companhia em diferentes estados do Brasil, são fundamentais para garantir a segurança energética do país, contribuindo diretamente para a eficiência e confiabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN). O crescimento das ocorrências do *curtailment* no Brasil em 2024 tornou ainda mais latente a necessidade de acelerar a expansão das conexões regionais deste país continental através das

linhas de transmissão. Cientes da importância do segmento para o crescimento e modernização do setor elétrico na região, e diante da ampla experiência da companhia no segmento, a EDP segue atenta a novas oportunidades, consolidando a Transmissão como um pilar prioritário na estratégia de seu crescimento na América do Sul.

Na Geração, avançamos na transição energética com um portfólio diversificado e alinhado ao compromisso com a descarbonização. Mantemos a excelência operacional em nossas usinas hídricas, com foco na segurança e confiabilidade. No segmento solar, expandimos nossa presença na Geração Distribuída com a energiação de 25 usinas ao longo do ano, que totalizam 175.371 MWh de capacidade instalada. Esse movimento reforça nossa estratégia de crescimento no setor.

Celebramos outros marcos importantes no ano, como a consolidação da nossa presença no Chile com a inauguração do Parque Eólico Punta de Talca e, no Brasil, a entrada em operação de Catanduba Eólico, Monte Verde Solar e a energiação de Novo Oriente Solar. Todos os projetos registraram um desempenho excepcional em segurança do trabalho, com resultados acima das expectativas e atendendo aos prazos planejados. Mesmo diante das instabilidades do mercado, seguimos avançando com a construção de dois novos projetos no Brasil, reforçando nossa estratégia de expansão da energia limpa e renovável. Nosso compromisso com ESG permanece inabalável. Em 2024, investimos mais de R\$ 30 milhões, por meio de verba direta e incentivada, em projetos de impacto social e ambiental. Essas iniciativas, voltadas para a transição energética, acesso à educação, cultura, saúde e lazer, beneficiaram diretamente mais de 60 mil pessoas nas regiões e comunidades impactadas por nossos ativos. Nesse sentido, reforçando nossa ambição de sermos 100% verdes até 2030, acreditamos que a transição energética justa passa pelo engajamento coletivo e pela inovação, e seguiremos liderando essa transformação com responsabilidade social e visão de longo prazo.

O ano de 2024 foi essencial para a integração e consolidação da EDP South America. Com vossa energia, fortalecemos nossa presença e criamos oportunidades de crescimento sustentável, reafirmando a atuação da Companhia na América do Sul. Nesse sentido, gostaria de agradecer a todos que contribuíram para essas conquistas ao longo de 2024 – nossos stakeholders internos e externos.

Em 2025, continuaremos investindo, inovando e vislumbrando oportunidades em diversas frentes de negócio, reafirmando a importância estratégica da região para o crescimento sustentável do Grupo. Os desafios das mudanças climáticas e da transição energética justa exigem ações decisivas, e estamos preparados para enfrentá-los com resiliência e visão de futuro. Seguimos comprometidos em promover o desenvolvimento econômico e sustentável nas comunidades onde atuamos, deixando um legado positivo e duradouro para a sociedade.

João Marques da Cruz
CEO EDP South América

1. CONSOLIDADO

1.1 Resultado Consolidado

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes²	Outros³	Eliminações	Consolidado⁴
	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024
Receita Líquida¹	1.087.549	-	10.272.752	3.027.131	1.222.504	(700)	997.084	5.074	(1.213.315)	15.398.079
Receita de Construção	-	-	1.499.739	-	595.868	-	-	-	-	2.095.607
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	(46.497)	-	-	-	-	(46.497)
Gastos Não-Gerenciáveis	(238.755)	-	(6.317.206)	(2.921.137)	-	(4.260)	(803.546)	-	1.210.219	(9.074.685)
Margem Bruta	848.794	-	3.955.546	105.994	1.176.007	(4.960)	193.538	-	(3.096)	6.276.897
Gastos Gerenciáveis⁵	(222.007)	-	(3.321.450)	(21.884)	(731.467)	(149.014)	(197.212)	(13.030)	(65.049)	(4.721.113)
PMSO	(67.832)	-	(1.028.004)	(18.619)	(126.136)	(122.159)	(129.758)	(13.012)	(6.250)	(1.511.770)
Provisões	(515)	-	(229.984)	(964)	(1.105)	5.414	(9.276)	(18)	-	(236.448)
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	(130)	-	(113.222)	-	(4.662)	-	(807)	-	-	(118.821)
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	-	-	-	346.375	-	-	-	346.375
EBITDA	780.317	-	2.584.336	86.411	1.044.104	224.670	53.697	(7.956)	(9.346)	4.756.233
Depreciação e Amortização	(153.530)	-	(450.501)	(2.301)	(3.696)	(22.898)	(57.371)	-	(68.170)	(758.467)
Resultado das Participações Societárias	140.789	-	-	177.267	-	1.996.064	-	231.334	(2.219.535)	325.919
Resultado Financeiro Líquido	(132.901)	-	(665.172)	(77.220)	(282.013)	89.164	(298)	(174.974)	-	(1.243.414)
IR e Contribuição Social	(160.658)	-	(178.198)	11.221	(167.653)	3.987	(1.963)	(122.760)	5.347	(610.677)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	474.017	-	1.290.465	195.378	590.742	2.281.616	(5.935)	(74.356)	(2.282.333)	2.469.594
Participações de Minoritários	(179.656)	-	-	-	(8.322)	-	-	-	-	(187.978)
Lucro Líquido do Exercício	294.361	-	1.290.465	195.378	582.420	2.281.616	(5.935)	(74.356)	(2.282.333)	2.281.616

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Outros³	Eliminações	Consolidado⁴
	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023
Receita Líquida¹	1.048.105	953.441	9.534.686	3.046.909	1.288.196	5.667	671.819	-	(944.384)	15.604.439
Receita de Construção	-	-	1.662.362	-	555.068	-	-	-	-	2.217.430
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	(29.240)	-	-	-	-	(29.240)
Gastos Não-Gerenciáveis	(154.545)	(186.318)	(5.915.030)	(2.882.173)	-	-	(532.697)	-	940.508	(8.730.255)
Margem Bruta	893.560	767.123	3.619.656	164.736	1.258.956	5.667	139.122	-	(3.876)	6.844.944
Gastos Gerenciáveis⁵	(213.152)	(271.946)	(3.344.040)	(21.472)	(824.464)	(770.678)	(124.229)	(32.759)	17.383	(5.585.357)
PMSO	(57.146)	(118.138)	(956.398)	(18.293)	(268.838)	(135.056)	(88.723)	(7.735)	4.072	(1.646.255)
Provisões	(4.954)	(1.174)	(204.351)	(2.559)	(1.678)	(1.201)	(1.386)	-	-	(217.303)
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	86	1.692	(144.274)	(1.232)	2.206	(38.193)	311	-	2.645	(176.759)
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	-	-	-	(144.454)	-	-	8.667	(135.787)
EBITDA	831.546	649.503	2.314.633	142.652	990.646	(313.237)	49.324	(7.735)	11.508	4.668.840
Depreciação e Amortização	(151.138)	(154.326)	(376.655)	(1.852)	(1.086)	(596.228)	(34.431)	(25.205)	13.311	(1.327.610)
Resultado das Participações Societárias	75.910	351	-	98.330	-	1.878.573	-	173.371	(1.961.749)	264.786
Resultado Financeiro Líquido	(106.099)	(175.915)	(770.576)	(79.491)	(362.291)	104.197	(970)	(298.476)	-	(1.689.621)
IR e Contribuição Social	(191.594)	(42.776)	(312.473)	(13.143)	(137.360)	99.280	(5.612)	74.434	(2.044)	(531.288)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	458.625	276.837	854.929	148.960	489.909	1.172.585	8.311	(96.508)	(1.928.541)	1.385.107
Participações de Minoritários	(205.806)	-	-	-	(6.716)	-	-	-	-	(212.522)
Lucro Líquido do Exercício	252.819	276.837	854.929	148.960	483.193	1.172.585	8.311	(96.508)	(1.928.541)	1.172.585

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Outros³	Eliminações	Consolidado⁴
	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var
Receita Líquida¹	3,8%	-100,0%	7,7%	-0,8%	-5,1%	n.d.	48,4%	n.d.	28,5%	-1,3%
Receita de Construção	n.d.	n.d.	-9,8%	n.d.	7,4%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-5,5%
Margem Construção Transmissoras	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	59,0%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	59,0%
Gastos Não-Gerenciáveis	54,5%	-100,0%	6,8%	1,4%	n.d.	n.d.	50,8%	n.d.	28,7%	3,9%
Margem Bruta	-5,0%	-100,0%	9,3%	-35,7%	-6,6%	n.d.	39,1%	n.d.	-20,1%	-8,3%
Gastos Gerenciáveis⁵	4,2%	-100,0%	-0,7%	1,9%	-11,3%	-80,7%	58,7%	-60,2%	n.d.	-15,5%
PMSO	18,7%	-100,0%	7,5%	1,8%	-53,1%	-9,5%	46,3%	68,2%	n.d.	-8,2%
Provisões	-89,6%	-100,0%	12,5%	-62,3%	-34,1%	n.d.	569,3%	n.d.	n.d.	8,8%
Ganhos/Perdas na Desativação/Alienação de Bens	n.d.	-100,0%	-21,5%	-100,0%	n.d.	-100,0%	n.d.	n.d.	-100,0%	-32,8%
Ganho na Alienação de Investimento	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-100,0%	n.d.
EBITDA	-6,2%	-100,0%	11,7%	-39,4%	5,4%	n.d.	8,9%	2,9%	-181,2%	1,9%
Depreciação e Amortização	1,6%	-100,0%	19,6%	24,2%	240,3%	-96,2%	66,6%	-100,0%	n.d.	-42,9%
Resultado das Participações Societárias	85,5%	-100,0%	n.d.	80,3%	n.d.	6,3%	n.d.	33,4%	13,1%	23,1%
Resultado Financeiro Líquido	25,3%	-100,0%	-13,7%	-2,9%	-22,2%	-14,4%	-69,3%	-41,4%	n.d.	-26,4%
IR e Contribuição Social	-16,1%	-100,0%	-43,0%	n.d.	22,1%	-96,0%	-65,0%	n.d.	n.d.	14,9%
Lucro Líquido Antes de Minoritários	3,4%	-100,0%	50,9%	31,2%	20,6%	94,6%	n.d.	-23,0%	18,3%	78,3%
Participações de minoritários	-12,7%	n.d.	n.d.	n.d.	23,9%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-11,5%
Lucro Líquido do Exercício	16,4%	-100,0%	50,9%	31,2%	20,5%	94,6%	n.d.	-23,0%	18,3%	94,6%

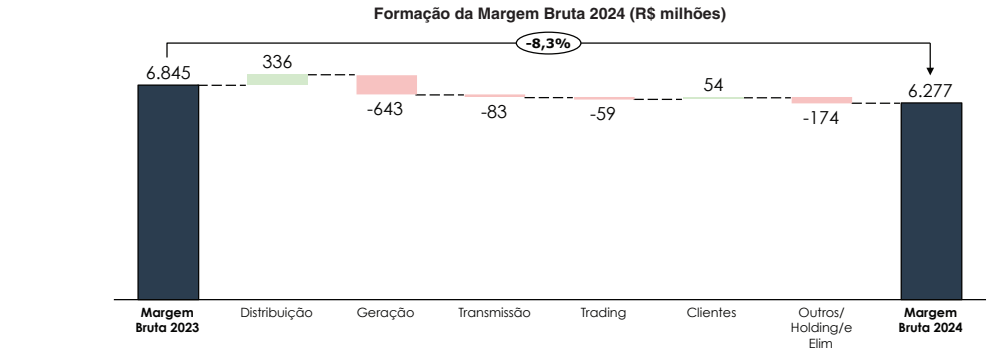
1 Não considera receita de construção. ² Considera EDP Smart Energia e EDP Smart Serviços. ³ Considera PCH Santa Leopoldina e EDP Ventures. ⁴ Considera eliminações intragrup. 5 Gastos Gerenciáveis contemplam depreciação e amortização.

1.1.1 Margem Bruta

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2024	2023	Var
Receita Operacional Líquida	15.351.582	15.575.199	-1,4%
Gastos Não Gerenciáveis	(9.074.685)	(8.730.255)	3,9%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(7.540.970)	(7.025.546)	7,3%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(1.494.024)	(1.554.069)	-3,9%
Outros	(39.691)	(150.640)	-73,7%
Margem Bruta	6.276.897	6.844.944	-8,3%

Nota: Margem Bruta desconsidera Receita de Construção.
A Margem Bruta reduziu 8,3% em comparação ao mesmo período do ano de 2023, decorrente principalmente por:
(i) **Distribuição**: aumento de R\$ 336 milhões, decorrente do impacto de maior mercado, efeito de tarifa e de sobrecontratação;
(ii) **Transmissão**: redução de R\$ 83 milhões, principalmente por efeito da desconsolidação dos Lote 18 (em fev/24) e MGTE (em mai/24);

- (iii) **Geração**: redução de R\$ 643 milhões, decorrente da venda de 80% do capital social de Pecém em dezembro de 2023;
(iv) **Trading**: redução de R\$ 59 milhões, competitividade pressiona recomposição da carteira e volatilidade dos preços futuros de energia; e
(v) **Clientes**: aumento de R\$ 54 milhões, devido a entrada de novos contratos arrendamento operacional.



Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2024	2023*	Var
Pessoal	(619.299)	(613.961)	0,9%
Material	(59.868)	(58.912)	1,6%
Serviços de Terceiros	(660.336)	(591.612)	11,6%
Provisões	(236.448)	(216.129)	9,4%
Outros	(172.267)	(263.632)	-34,7%
Total PMSO com Provisões	(1.748.218)	(1.744.246)	0,2%
Total PMSO (excluindo Provisões)	(1.511.770)	(1.528.117)	-1,1%
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	(118.821)	(178.451)	-33,4%
Custo com Construção da Infraestrutura	(2.095.607)	(2.217.430)	-5,5%
Depreciação e Amortização	(758.467)	(1.173.284)	-35,4%
Gastos Gerenciáveis	(4.721.113)	(5.313.411)	-11,1%

*Excluindo valores de PMSO referentes a Pecém

Os principais itens que influenciaram o PMSO, desconsiderando Pecém:

(i) Pessoal: Correção salarial conforme ACT e maior custo com Horas Extras, mitigado pela reversão do Benefício pós emprego na EDP ES e por menores custos com Remuneração dos Administradores;

(ii) Material: Materiais para Manutenção, conservação e reparação do sistema elétrico;

(iii) Serviços de Terceiros: Manutenções nas distribuidoras para atendimento de contingências; reajustes contratuais e aumento de custos de TI (licenças);

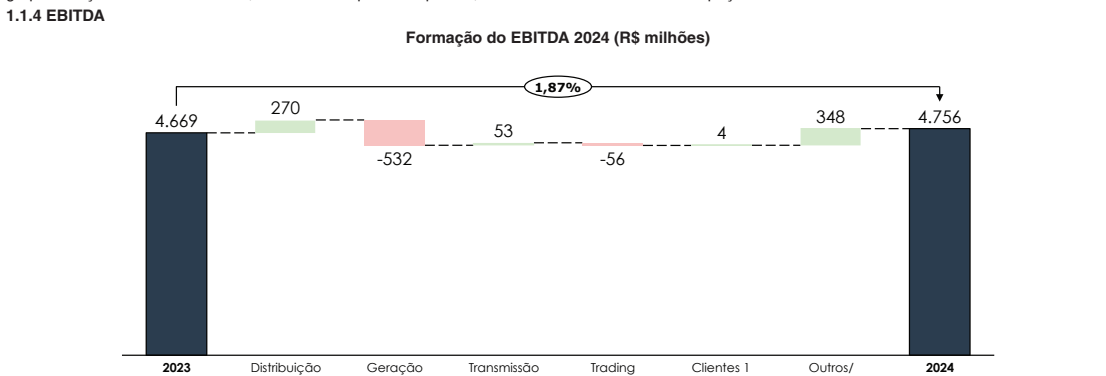
(iv) Provisões: Contingência regulatória na EDP SP relacionada aos eventos climáticos ocorridos em Fev/23 em São Sebastião;

(v) Outros: Variação decorrente da alteração de premissa de WACC na Revisão Tarifária ocorrida em 2023 nas Transmissoras com ganho na Receita.

A Companhia diminuiu seus gastos gerenciáveis em 11,1% em relação ao mesmo período do ano passado. Além dos pontos mencionados acima, foram adicionados os efeitos de custo de construção e depreciação. No ano de 2023 houve o impacto da reclassificação de todos os ativos e passivos de Pecém como Ativo não circulante mantido para venda. De acordo com o CPC 31, para fins de registro contábil, deve-se mensurar os ativos mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos despesas de venda. Essa reclassificação teve um impacto negativo no valor total de R\$ 577 milhões.

1.1.3. Resultado das Participações Societárias			
Itens em R\$ Mil ou %	2024	2023	Var
Santo Antônio do Jari (50%)¹	85.235	87.925	3,1%
Cachoeira Caldeirão (50%)¹	2.255	(2.063)	-209,3%
São Manoel (33,33%)¹	688	(9.601)	-107,2%
Celesc (29,90%)¹	185.031	192.966	-4,1%
Pecém	52.611	-	100,0%
Outros²	-	(4.441)	-100,0%
Resultado das Participações Societárias	325.820	264.786	23,1%

1 Considera participação dos ativos e no caso da Celesc, a equivalência patrimonial utiliza os balancetes contábeis com defasagem de dois meses em relação à data apresentada das demonstrações financeiras da Companhia; 2 Considera equivalência de Pecém, Pecém TM, Pecém OM, Mabe e Blue Sol. O aumento do Resultado das Participações Societárias reflete a venda de 80% do capital social de Pecém, resultando na desconsolidação do negócio do grupo e adição dos 20% restantes, ainda detidos pela Companhia, à linha de Resultado das Participações Societárias.



O EBITDA foi de R\$ 4,8 bilhão, aumento de 1,9%, além dos efeitos mencionados anteriormente, é importante ressaltar o impacto positivo de R\$348 milhões na holding e negativo de R\$ 532 milhões em geração resultantes da mais valia e da desconsolidação de Pecém, respectivamente.

Itens em R\$ Mil ou %	2024	2023	Var
EBITDA	4.756.233	4.668.840	1,9%
Atualização do ativo financeiro indenizável - VNR	(356.010)	(351.058)	1,4%
EBITDA Societário Transmissão (IFRS)	(1.044.104)	(990.646)	5,4%
EBITDA Regulatório Transmissão	420.765	780.041	-46,1%
EBITDA Ajustado Recorrente	3.776.884	4.107.177	-8,0%
Resultado das Participações Societárias	325.820	264.786	23,1%
EBITDA conforme "Instrução CVM 527"	5.082.053	4.933.626	3,0%

Nota: O EBITDA Regulatório da Transmissão pode sofrer alterações decorrente de ajustes de PIS/COFINS

O EBITDA Ajustado, pelos efeitos não recorrentes e não caixa, foi de R\$ 3,8 bilhão, redução de 8,3%. Conforme instrução CVM 527, o EBITDA foi de R\$ 5,1 bilhão com aumento de 2,8%.

Resultado Financeiro (R\$ mil)	Consolidado		
	2024	2023	Var
Receita Financeira	1.018.037	725.745	40,3%
Juros e variações monetárias	736.768	598.168	23,2%
Outros	281.269	127.577	120,5%
Despesa Financeira	(2.261.451)	(2.415.366)	-6,4%
Encargos de Dívidas	(1.873.801)	(2.064.783)	-9,2%
Outros	(387.650)	(350.583)	10,6%
Total	(1.243.414)	(1.689.621)	-26,4%

O resultado financeiro reduziu em 26,4%, principalmente pelo impactado da redução de juros e variações monetárias por menor custo de Dívida, adicionado aos efeitos de outras receitas impactado por:

(i) restituição de créditos de PIS/COFINS retidos na fonte na Trading;

(ii) atualização financeira da ação proferida a favor da Funesp sobre saldos de aposentadorias e pensão;

(iii) atualização da receita com valor justo de investimento compontos na Venture;

(iv) atualizações monetárias sobre o contas a receber maior, principalmente pelo efeito Samarco (2015). Samarco entrou em recuperação judicial em 2021. Durante esse processo, foram incluídos os recebíveis de energias de demanda contratual não faturadas devido a uma liminar impeditiva. Em 2024 houve a religação da energia e em 13 de setembro de 2024, obtivemos êxito no recebimento dos valores atualizados.

1.1.6. Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CS)

O IR/CS foi de R\$ 611 milhões, aumento de 15%, decorrente do maior resultado entre os períodos, adicionados aos efeitos das adições e exclusões à base de cálculo, reconhecimento da baixa dos impostos diferidos (Sta Leopoldina) registrados em exercícios sociais anteriores e por fim, reflexo da redução ao valor recuperável de Pecém que impactou o imposto corrente, sem reconhecimento do diferido nas informações contábeis intermediárias. Este não reconhecimento poderá ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis. Não há prazo de prescrição para a utilização de tais créditos.

1.1.7. Lucro Líquido

O Lucro Líquido foi de R\$ 2.282 milhões, aumento de 94,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior, impactado, principalmente, pelo reconhecimento em 2024 da mais valia de R\$ 374 milhões resultante da venda do Lote 18 (no 1º trimestre) e Lote 23 (Lote MGTE no 2º trimestre), e adicionalmente, o ano 2023 foi impactado no primeiro semestre pela reclassificação de todos os ativos e passivos de Pecém como Ativo não circulante mantido para venda. De acordo com o CPC 31, para fins de registro contábil, deve-se mensurar os ativos mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos despesas de venda. Essa reclassificação teve um impacto negativo no valor total de R\$ 577 milhões.

1.2. Endividamento

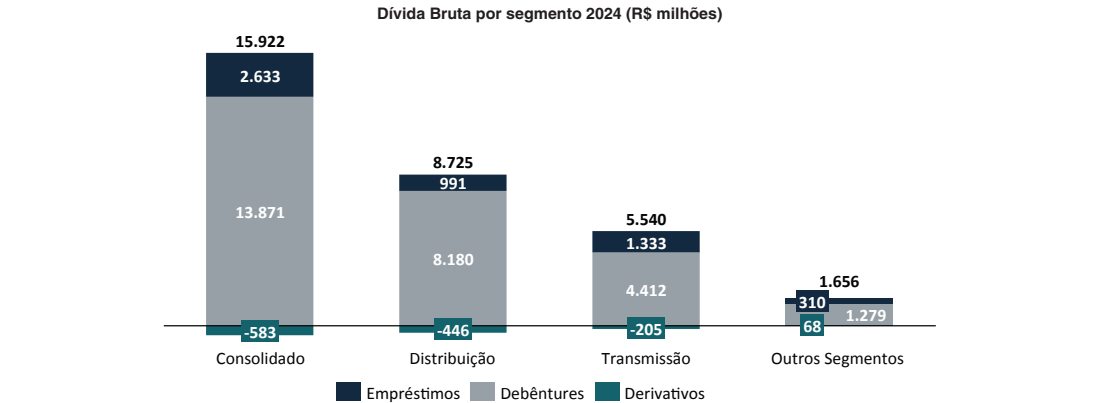
1.2.1. Dívida Bruta

A Companhia finalizou o trimestre com Dívida Bruta de 1R\$ 15,9 bilhões, desconsiderando as dívidas dos ativos não consolidados, que representaram R\$ 1,1 bilhão. A Companhia realizou captações de recursos em suas Controladas EDP Espírito Santo e EDP São Paulo no período, com o objetivo de realizar ou reembolsar investimentos, e na Enerpeixe, com o objetivo, alongar o prazo médio da dívida e garantir capital de giro para suas operações.

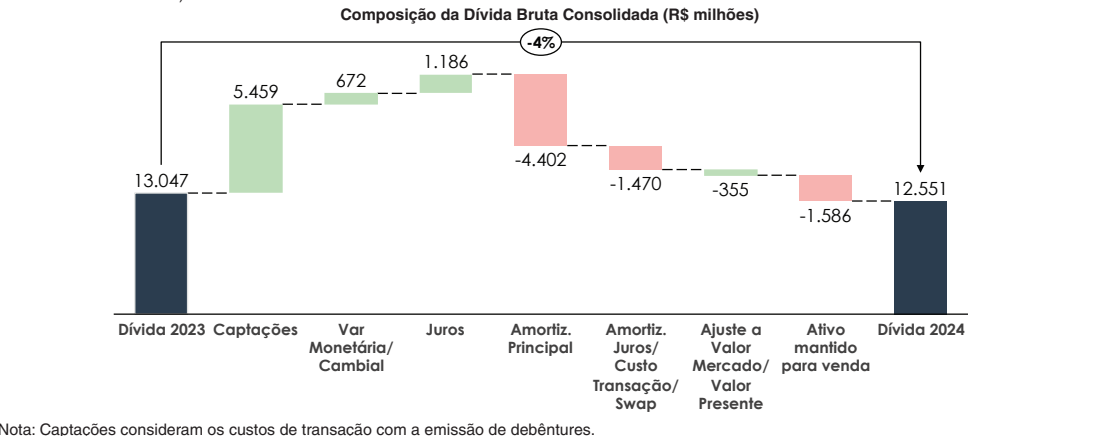
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.227.579	1.792.587	4.217.535	3.435.221
Títulos e valores mobiliários	6			1.988	4.173
Títulos a receber	17	21.519	19.101	18.649	15.930
Ativo financeiro indenizável	21			4.958.147	
Contas a receber	7			2.665.935	2.692.617
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9	278.878	125.258	762.961	244.680
Outros tributos compensáveis	9	89.243	88.624	401.705	421.928
PIS e COFINS diferidos	10.1			84.662	112.160
Empréstimos a receber	11		183.115		
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3	23.462	24.131	565.341	35.474
Dividendos	14	1.453.457	461.356	79.721	90.270
Estoques	12			310.800	405.001
Cauções e depósitos vinculados	13			2.914	4.156
Ativos financeiros setoriais	8			48.529	35.269
Ativos da concessão	22			974.217	497.570
Compromissos futuros	15			885.216	883.965
Outros créditos	16	39.718	25.154	397.515	302.698
		3.133.856	2.719.326	16.375.835	9.181.112
Ativos não circulantes mantidos para venda	18	535.255	516.552	2.635.510	3.068.492
Total do Ativo Circulante		3.669.111	3.235.878	19.011.345	12.249.604
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	4.314	4.392	4.314	19.906
Títulos a receber	17	59.978	71.003	32.636	44.589
Ativo financeiro indenizável	21			3.757.933	7.320.523
Ativos da concessão	22			3.655.743	5.685.172
Contas a receber	7			163.021	157.979
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9			68.747	63.944
Outros tributos compensáveis	9			532.803	507.037
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	10			123.164	293.495
PIS e COFINS diferidos	10.1			77.936	87.172
Empréstimos a receber	11	234.216	155.458	234.216	14.218
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3			165.359	218.197
Benefícios pós-emprego 1	29			54.463	48.816
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	329.196	635.300		
Cauções e depósitos vinculados	13	16.205	17.684	468.082	512.107
Ativos financeiros setoriais	8			71.549	221.357
Compromissos futuros	15			849.208	780.646
Outros créditos	16	48.483	13.933	123.510	29.747
		692.392	897.770	10.382.684	16.004.905
Investimentos	19	8.711.931	8.014.392	2.584.438	2.508.394
Propriedades para investimentos	23	9.484	9.484	29.949	51.569
Imobilizado	24	79.165	63.666	3.457.454	3.226.774
Intangível	25	66.878	64.212	3.143.919	3.384.217
		8.867.458	8.151.754	9.215.760	9.170.954
Total do Ativo Não circulante		9.559.850	9.049.524	19.598.444	25.175.859
TOTAL DO ATIVO		13.228.961	12.285.402	38.609.789	37.425.463

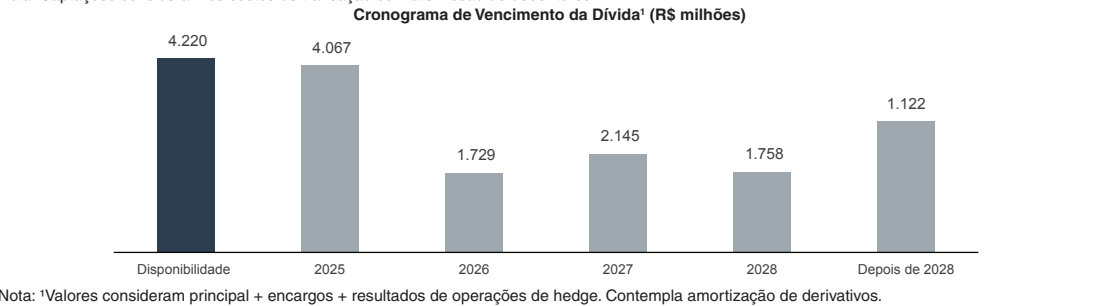
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



¹ Nota: Não considera eliminações intragrupo de R\$ 3.371 milhões (considera os contratos de mútuo intragrupo e as ações preferenciais da Investco classificadas como dívida).



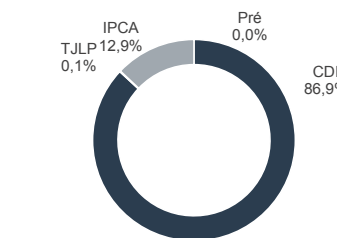
Nota: Captações consideram os custos de transação com a emissão de debêntures.



Nota: ¹Valores consideram principal + encargos + resultados de operações de hedge. Contempla amortização de derivativos.

Dívida Bruta por Indexador em 31/12/2024

O custo médio da dívida encerrou o trimestre em 11,86% a.a., em comparação aos 12,39% a.a. em igual período de 2023, levando em consideração os juros capitalizados das dívidas e os encargos incorridos. O prazo médio da dívida atingiu 3,68 anos. Considerando as dívidas das empresas que a Companhia detém participação, o prazo médio seria de 3,9 anos e o custo médio seria de 11,72% a.a..



Nota: No indexador CDI estão consideradas as captações em dólar com swap para CDI.

1.3. Variação do Imobilizado				
Total				
Variação do Imobilizado (R\$ mil)		2024	2023	Var
Distribuição		1.499.739	1.662.362	-9,8%
EDP São Paulo		719.041	818.691	-12,2%
EDP Espírito Santo		780.698	843.671	-7,5%
Geração		35.242	72.186	-51,2%
Enerpeixe		5.759	14.710	-60,8%
Lajeado / Investco		29.483	21.390	37,8%
Pecém		-	36.086	-100,0%
Transmissão		602.543	570.086	5,7%
Solar		349.416	352.912	-1,0%
Outros		23.190	40.248	-42,4%
Total		2.510.130	2.697.794	-7,0%
Geração não consolidado		52.079	37.384	39,3%
Total		2.562.209	2.735.178	-6,3%

Nota: Os investimentos realizados nos segmentos Solar e Outros referem-se a visão caixa.

Os investimentos totalizaram R\$ 2.510 milhões, redução de 7,0%, sendo:

(i) Os investimentos em Distribuição totalizam R\$1.500 milhões, com destaque para expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para novos clientes, representando 41% do investimento do período. A variação de [-10%] é decorrente da curva de investimento;

(ii) Na Geração, o total investido foi de R\$ 35,2 milhãõ, redução de 51%, em comparação à 2023 decorrente da venda da Usina de Pecém;

(iii) Na Transmissão, os investimentos atingiram R\$ 603 milhões, aumento de 6% em comparação à 2023 devido as obras dos novos lotes em construção (Lote 2, Lote 7 & Lote 13); e

(iv) A Solar com o total investido foi de R\$ 349 milhãõ, com destaque para Geração Distribuída, mantendo a estratégia do grupo em investimentos nas fontes renováveis.

2. ANEXOS

ANEXO I

Perfil Corporativo

A EDP Energias do Brasil, controlada pela EDP Portugal, uma das principais operadoras europeias no setor energético, é uma holding que detém investimentos nos segmentos de Geração, Distribuição, Trading, Transmissão, Clientes e Outros. No segmento de Geração, controla as operações de empreendimentos de fonte convencional (Usinas Hidroelétricas) em 5 estados do país (Mato Grosso, Tocantins, Ceará, Pará e Amapá) e detém 2,7 GW de capacidade instalada. No segmento de Distribuição, atua com duas distribuidoras nos estados de São Paulo e Espírito Santo, além de possuir participação de 29,90% no capital social da Celesc, em Santa Catarina. No segmento de Trading, negocia contratos de compra e venda de energia com clientes distribuídos em todo território nacional. No segmento de Transmissão, a Companhia iniciou sua atuação em 2016 e possui sete projetos e nove subestações. No segmento de Clientes, atua por meio da EDP Smart, marca lançada em 2019 que reúne todo o portfólio de serviços oferecidos para clientes empresariais e residenciais, com soluções integradas nas áreas de comercialização no mercado livre, comercialização varejista, eficiência energética, energia solar, mobilidade elétrica e serviços para o consumidor final.

Estrutura de Consolidação

Conforme estrutura de consolidação, a Companhia possui três ativos hídricos (Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel) e um ativo Integrado (Celesc), que são contabilizados via "equivalência patrimonial", proporcional à sua participação societária.

A Companhia possui 2 ativos hídricos, com parceria de minoritários, que são consolidados integralmente (Enerpeixe e Lajeado), excluindo as participações na linha de "participação de minoritários". Além disso, após a venda de parcela de sua participação na termoeletrica de Pecém, Companhia passou a deter 20% de seu capital social.

A Lajeado Energia é um Holding detentora de 73% da energia gerada pela Usina Luis Eduardo Magalhães (Investco). Os demais 27% da energia são divididas entre outros sócios, não transitando pelo resultado da Companhia, uma vez que os PPAs são separados dentro do Consórcio. Adicionalmente, a Lajeado Energia possui o arrendamento da Investco proporcional à sua participação. A Lajeado Energia possui como sócios a EDP Brasil e a Eletrobrás. As demais empresas são 100% consolidadas.

(Em milhares de reais)					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	26	27.545	45.691	1.621.188	1.675.031
Debêntures	27		25.297	2.484.499	2.529.730
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	28		613.090	2.091.772	2.405.167
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3		24.131	67.504	249.718
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	9			142.561	138.838
Outros tributos a recolher	9	161.188	61.484	598.567	535.640
PIS e COFINS diferidos	10.1			141.460	174.129
Outros tributos diferidos	10			395	
Dividendos	14	1.156.365	283.894	1.339.444	476.724
Benefícios pós-emprego	29	813		109.985	100.712
Encargos setoriais	30			96.081	110.435
Uso do bem público	31			46.422	44.135
Provisões	32			95.252	64.851
Passivos financeiros setoriais	8			772.524	690.007
Compromissos futuros	15			633.823	668.438
Outras contas a pagar	16	124.327	114.600	626.152	467.334
		1.470.238	1.168.187	10.867.629	10.330.889
Passivos não circulantes mantidos para venda	18			2.011.783	2.248.376
Total do Passivo Circulante		1.470.238	1.168.187	12.879.412	12.579.265
Não circulante					
Debêntures	27			8.258.285	6.312.320
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	28			298.921	1.783.543
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3			56.907	20.537
Outros tributos a recolher	9	1.266	487	212.375	251.652
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	10	109.613	105.694	1.077.001	977.753
PIS e COFINS diferidos	10.1	259	270	317.459	494.378
Benefícios pós-emprego	29	9.595		601.128	733.637
Encargos setoriais	30			1.392	3.689
Uso do bem público	31			462.180	452.308
Provisões	32	75.011	58.556	732.453	697.136
Provisão para passivo a descoberto	19	231	27.791	231	330
Passivos financeiros setoriais	8			208.074	338.727
Compromissos futuros	15			680.027	560.125
Outras contas a pagar	16	41.365	24.623	153.701	156.029
Total do Passivo Não circulante		237.340	217.421	13.060.134	12.782.164
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	33.1	6.002.716	6.002.716	6.002.716	6.002.716
Reservas de capital	33.3	115.701	117.288	115.701	117.288
Reservas de lucros	33.3	6.002.716	5.376.486	6.002.716	5.376.486
Outros resultados abrangentes	33.3.3	(599.750)	(596.696)	(599.750)	(596.696)
		11.521.383	10.899.794	11.521.383	10.899.794
Participações não controladores	33.4			1.148.860	1.164.240
Total do Patrimônio líquido		11.521.383	10.899.794	12.670.243	12.064.034
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.228.961	12.285.402	38.609.789	37.425.465

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas	34	(700)	5.667	17.447.189	17.792.629
Custos	35				
Custo do serviço de energia elétrica				(9.057.488)	(8.603.188)
Custo da produção da energia elétrica				(12.877)	(133.261)
Custo de operação				(1.467.164)	(1.565.264)
Custo do serviço prestado a terceiros		(4.260)		(2.138.714)	(2.248.505)
		(4.260)		(12.676.243)	(12.550.218)
		(4.960)	5.667	4.770.946	5.242.411
Lucro bruto					
Despesas e Receitas operacionais	35				
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				(170.654)	(161.235)
Despesas gerais e administrativas		(140.315)	(154.089)	(711.608)	(616.071)
Ganho (perda) na alienação de investimentos	35.6	346.375	(144.454)	346.375	(135.787)
Outras despesas e receitas operacionais líquidas		(8.699)	(616.589)	(237.293)	(988.088)
		197.361	(915.132)	(773.180)	(1.901.181)
Resultado das participações societárias	19	1.996.064	1.878.573	325.919	264.786
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		2.188.465	969.108	4.323.685	3.606.016
Resultado financeiro	36				
Receitas financeiras		139.763	143.018	1.018.037	725.745
Despesas financeiras		(50.599)	(38.821)	(2.261.451)	(2.415.366)
		89.164	104.197	(1.243.414)	(1.689.621)
		2.277.629	1.073.305	3.080.271	1.916.395
Lucro antes dos tributos sobre o lucro					
Tributos sobre o lucro	37				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(71)		(233.268)	(434.777)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.058	99.280	(377.409)	(96.511)
		3.987	99.280	(610.677)	(531.288)
Lucro líquido do exercício		2.281.616	1.172.585	2.469.594	1.385.107
Atribuível aos acionistas controladores		2.281.616	1.172.585	2.281.616	1.172.585
Atribuível aos acionistas não controladores				187.978	212.522
Resultado por ação atribuível aos acionistas	38				
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)					
ON		4,18568	2,07178	4,18568	2,07178
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)					
		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício		2.281.616	1.172.585	2.469.594	1.385.107
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego		1.856		86.195	(31.847)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias		(20.395)	(50.476)	(76.170)	(30.228)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(28.675)	10.828
		(18.539)	(50.476)	(18.650)	(51.247)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Hedge de fluxos de caixa		23.462		23.631	1.166
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7.977)		(8.035)	(395)
		15.485		15.596	771
Resultado abrangente do exercício		2.278.562	1.122.109	2.466.540	1.334.631
Atribuível aos acionistas controladores		2.278.562	1.122.109	2.278.562	1.122.109
Atribuível aos acionistas não controladores				187.978	212.522
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)					
		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Geração do valor adicionado		405.106	37.965	24.785.369	24.220.496
Receita operacional		481	6.236	20.981.998	20.363.053
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				(170.079)	(125.789)
Receita relativa à construção de ativos próprios		18.828	26.481	391.154	416.995
Receita de Construção				2.122.627	2.331.907
Remuneração dos Ativos da concessão				662.001	842.864
Atualização do Ativo financeiro indenizável				356.010	351.058
Outras receitas		385.797	5.248	441.658	40.408
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(142.656)	(292.390)	(13.577.057)	(13.673.567)
Custos da energia comprada				(8.284.508)	(7.720.465)
Encargos de uso da rede elétrica				(1.647.872)	(1.714.823)
Materiais		(8.054)	(18.340)	(337.088)	(410.069)
Matéria-prima e insumos para produção energia elétrica				(12.877)	(135.951)
Serviços de terceiros		(71.642)	(77.704)	(726.461)	(757.363)
Custo de construção da infraestrutura				(2.098.926)	(2.227.111)
Outros custos operacionais		(62.960)	(196.346)	(469.325)	(707.785)
Valor adicionado bruto		262.450	(254.425)	11.208.312	10.546.929
Retenções					
Depreciações e amortizações		(22.897)	(596.228)	(757.593)	(1.338.469)
Valor adicionado líquido produzido		239.553	(850.653)	10.450.719	9.208.460
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras		185.376	189.704	1.128.424	810.044
Resultado da equivalência patrimonial		1.996.064	1.878.584	325.919	265.200
Valor adicionado total a distribuir		2.420.993	1.217.635	11.905.062	10.283.704
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		29.266	51.442	397.819	437.094
Benefícios		7.671	6.020	118.983	130.112
FGTS		1.749	3.375	34.041	34.002
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		49.604	(46.455)	3.934.680	3.619.896
Estaduais		253	16	2.601.627	2.218.782
Municipais		1.650	1.348	16.445	15.921
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		49.420	38.821	2.282.740	2.434.537
Aluguéis		(236)	656	13.791	17.777
Remuneração de capital próprio					
Juros sobre capital próprio		679.374		629.133	
Participações dos não controladores				187.978	178.282
Dividendos		573.500	278.489	573.500	278.489
Partes beneficiárias				34.148	34.889
		1.392.251	333.712	10.824.885	9.399.781
Lucros retidos		1.028.742	883.923	1.080.177	883.923
		2.420.993	1.217.635	11.905.062	10.283.704
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)										
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.502.716	127.375	5.953.946	(311.906)	(546.220)	-	10.725.911	1.169.848	11.895.759	
Aumento de capital - AGO de 11/04/2023	500.000		(500.000)				-			
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.586)				(1.586)		1.586		
Dividendos adicionais - AGO 11/04/2023			(152.457)			(152.457)			(152.457)	
Dividendos destinados a não controladores						-		(219.716)	(219.716)	
Opções de ações outorgadas		(3.763)				(3.763)			(3.763)	
Alienação de ações de tesouraria		(4.738)		12.636		7.898			7.898	
Recompra de ações em tesouraria				(519.829)		(519.829)			(519.829)	
Cancelamento de ações em tesouraria			(819.099)	819.099						
Lucro líquido do exercício						1.172.585	1.172.585	212.522	1.385.107	
Destinação do lucro										
Constituição de reserva legal			58.629			(58.629)	-		-	
Reserva de retenção de lucros			432.955			(432.955)	-		-	
Dividendos complementares obrigatórios						(278.489)	(278.489)		(278.489)	
Dividendos complementares			402.512			(402.512)	-		-	
Outros resultados abrangentes					(50.476)		(50.476)		(50.476)	
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias					(596.696)	-	10.899.794	1.164.240	12.064.034	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.002.716	117.288	5.376.486	-	(596.696)	-	10.899.794	1.164.240	12.064.034	
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.002.716	117.288	5.376.486	-	(596.696)	-	10.899.794	1.164.240	12.064.034	
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.587)				(1.587)		1.587	-	
Dividendos adicionais - RCA de 20/03/2024			(402.512)			(402.512)			(402.512)	
Dividendos destinados a não controladores						-		(204.913)	(204.913)	
Lucro líquido do exercício						2.281.616	2.281.616	187.978	2.469.594	
Destinação do lucro										
Constituição de reserva legal			114.081			(114.081)	-		-	
Dividendos intermediários (JSCP)						(679.374)	(679.374)		(679.374)	
Dividendos obrigatórios						(573.500)	(573.500)		(573.500)	
Dividendo adicional proposto			914.661			(914.661)	-		-	
Outros resultados abrangentes										
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego					1.856	1.856			1.856	
Hedge de fluxos de caixa					23.462	23.462			23.462	
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias					(20.395)	(20.395)		(32)	(20.427)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos					(7.977)	(7.977)			(7.977)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.002.716	115.701	6.002.716	-	(599.750)	-	11.521.383	1.148.860	12.670.243	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.										



...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Classificação	Consolidação	% Participação			
			31/12/2024		31/12/2023	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresas						
Distribuição						
EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. (EDP Espírito Santo)	Controlada	integral	100,00		100,00	
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (EDP São Paulo)	Controlada	integral	100,00		100,00	
Geração						
Enerpeixe S.A. (Enerpeixe)	Controlada	integral	60,00		60,00	
Investco S.A. (Investco)	Controlada	integral		40,78		40,78
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)	Controlada	integral	55,86		55,86	
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém)	Coligada	por equivalência patrimonial	20,00		20,00	
Resende Engenharia e Assessoria Ltda. (Resende)	Controlada	integral	100,00		100,00	
Companhia Energética do Jari - (CEJA)	Controlada	integral	50,00		50,00	
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Cachoeira Caldeirão)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		50,00	
Empresa de Energia São Manoel S.A. (São Manoel)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	33,33		33,33	
Comercialização						
EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Trading)	Controlada	integral	100,00		100,00	
Transmissão						
EDP Transmissão Aliança SC S.A. (EDP Transmissão Aliança) (Nota 18.4)	Controlada	integral	90,00		90,00	
EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (EDP Transmissão Litoral Sul)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Transmissão SP-MG S.A. (EDP Transmissão SP-MG) (Nota 18.2)	Controlada	integral			100,00	
Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. (Mata Grande Transmissora) (Nota 18.1)	Controlada	integral			100,00	
EDP Transmissão Norte S.A. (EDP Transmissão Norte)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Transmissão Norte 2 S.A. (EDP Transmissão Norte 2)	Controlada	integral	100,00		100,00	
EDP Transmissão Nordeste S.A. (EDP Transmissão Nordeste)	Controlada	integral	100,00		100,00	
EDP Transmissão Norte Nordeste 1 S.A. (EDP Transmissão Norte Nordeste 1)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Transmissão Norte Nordeste 2 S.A. (EDP Transmissão Norte Nordeste 2)	Controlada	integral	100,00			100,00
Clientes						
EDP Smart Serviços S.A. (EDP Smart Serviços)	Controlada	integral	100,00		100,00	
EDP Smart Soluções S.A. (EDP Smart Soluções)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Smart Energia Ltda. (EDP Smart Energia)	Controlada	integral	100,00		100,00	
EDP Smart SPE V Ltda. (EDP Smart SPE V)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Smart SPE 1 Ltda. (EDP Smart SPE 1)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Smart SPE 2 Ltda. (EDP Smart SPE 2)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Smart SPE 3 Ltda. (EDP Smart SPE 3)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Smart SPE 4 Ltda. (EDP Smart SPE 4)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Smart SPE 5 Ltda. (EDP Smart SPE 5)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Smart SPE 6 Ltda. (EDP Smart SPE 6)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Smart SPE 7 Ltda. (EDP Smart SPE 7)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Smart SPE 8 Ltda. (EDP Smart SPE 8)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Smart SPE 9 Ltda. (EDP Smart SPE 9)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Smart SPE 10 Ltda. (EDP Smart SPE 10)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Smart SPE 11 Ltda. (EDP Smart SPE 11)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Smart SPE 12 Ltda. (EDP Smart SPE 12)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Smart SPE 13 Ltda. (EDP Smart SPE 13)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Smart SPE 14 Ltda. (EDP Smart SPE 14)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Smart SPE 15 Ltda. (EDP Smart SPE 15)	Controlada	integral		100,00		100,00
EDP Smart SPE Ltda. (EDP Smart SPE)	Controlada	integral		100,00		100,00
Nova Geração Solar Ltda. (Nova Geração Solar)	Controlada	integral		100,00		100,00
Energia Solar I SPE Ltda. (Energia Solar I)	Controlada	integral		100,00		100,00
Energia Solar II Ltda. (Energia Solar II)	Controlada	integral		100,00		100,00
Energia I SPE S.A. (Energia I)	Controlada	integral			100,00	
Outros						
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc)						
EDP Ventures Brasil S.A. (EDP Ventures) (Nota 4.18)	Coligada com influência significativa	por equivalência patrimonial	29,90		29,90	
Mabe Construções e Administração de Projetos Ltda. (Mabe)	Controlada	integral			100,00	
Comercializadora de equipamentos y materiales Mabe Ltda. (Mabe Chile)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		50,00	
Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. (Santa Leopoldina)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial pela Mabe Construções		50,00		50,00
Blue Sol Participações S.A. (Blue Sol) (Nota 4.7)	Controlada	integral	100,00		100,00	
	Controlada	por equivalência patrimonial				100,00

1.2 Constituição de controladas direta e indireta

No ano de 2024, a Companhia e sua controlada EDP Trading constituíram duas novas controladas. As referidas controladas direta e indireta foram constituídas devido ao arremate no leilão de transmissão n° 1/2024 conforme nota 4.8.

	Classificação	Consolidação	% Participação	
			31/12/2024	
			Direta	Indireta
Empresas				
Transmissão				
EDP Transmissão Nordeste S.A. (EDP Transmissão Nordeste) (Nota 1.3)	Controlada	integral	100,00	
EDP Transmissão Norte Nordeste 1 S.A. (EDP Transmissão Norte Nordeste 1)	Controlada	integral		100,00
EDP Transmissão Norte Nordeste 2 S.A. (EDP Transmissão Norte Nordeste 2)	Controlada	integral	100,00	
1.3 Alteração na denominação social				
No ano de 2024, foi deliberada alteração da denominação social da controlada, conforme relacionado abaixo:				
Denominação antiga		Denominação atual	Data de Alteração	
Energia I SPE S.A.		EDP Transmissão Nordeste S.A. (EDP Transmissão Nordeste)	AGO - 09/04/2024	

1.4 Estratégias ESG - Environmental, Social and Governance

A EDP - Energias do Brasil é uma Companhia comprometida com a excelência ESG, que tem a Sustentabilidade como principal valor de uma estratégia integrada. Após dois anos consecutivos em 1º lugar no *ranking* geral do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. A Companhia mantém objetivos estratégicos e compromissos públicos, que passam pelos temas de descarbonização do seu portfólio, adaptação às mudanças climáticas, promoção da transição energética justa, engajamento de sua cadeia de valor em temas ESG e gestão de riscos ESG. Através da Companhia também manteve seu *score* em nível de Liderança no CDP (*Carbon Disclosure Project*), *disclosure* focado no tema das alterações climáticas e melhoria nos indicadores de desempenho que envolvem a emissão de carbono.

2 Outorgas

Nas concessões, registros e autorizações as companhias têm ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 daquele decreto, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos na Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Também é estabelecido que, extinta a concessão, a autorização ou o registro, operar-se-á, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados à prestação dos serviços, procedendo-se os levantamentos e as avaliações necessárias pelo órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão. Em 31 de dezembro de 2024 as controladas e controladas em conjunto da Companhia possuem o direito de explorar as seguintes outorgas de geração, transmissão e distribuição de energia:

Em operação										Prorrogação	Indenização
Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm)	Início	Término			
Distribuição											
EDP Espírito Santo		Serviço Público	Concessão	ES			17/07/1995	17/07/2025	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(i)
EDP São Paulo		Serviço Público	Concessão	SP			23/10/1998	23/10/2028	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(i)
Geração											
Cachoeira Caldeirão	UHE Cachoeira Caldeirão	Produtor Independente	Concessão	AP	219,00	123,30	29/05/2013	19/08/2048	Sem previsão de prorrogação na legislação atual		(ii)
CEJA	UHE Santo Antônio do Jari	Produtor Independente	Concessão	PA/AP	392,95	211,30	21/12/1987	28/10/2045	20 anos		(i)
Enerpeixe	UHE Peixe Angical	Produtor Independente	Concessão	TO	498,75	266,60	07/11/2001	11/05/2042	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(i)
Investco	UHE Luiz Eduardo Magalhães	Produtor Independente	Concessão	TO	902,50	479,90	15/01/1998	22/09/2035	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(i)
São Manoel	UHE São Manoel	Produtor Independente	Concessão	PA	735,84	430,40	10/04/2014	09/12/2049	Sem previsão de prorrogação na legislação atual		(ii)
Operação comercial											
Transmissão											
Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha		Início	Término	Prorrogação	Indenização	
EDP Transmissão Aliança (Nota 18.4)	484,5 km	Serviço Público	Concessão	SC	3 LT 525kV; 2 LT 230kV; SE 525/230kV		11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(ii)
	744 km	Serviço Público	Concessão	GO	13 LT 230kV; 12 SE 230/138/69kV		01/01/2013	01/01/2043	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(ii)
EDP Goiás	11 km	Serviço Público	Concessão	GO	1 LT 230kV; 2 SE 230kV		06/03/2015	06/03/2045	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(ii)
	0 km (Compensador Estático)	Serviço Público	Concessão	GO	Compensador Estático		20/01/2016	20/01/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(ii)
EDP Transmissão Litoral Sul	142 km	Serviço Público	Concessão	SC/RS	3 LT 230kV; SE 230/138/69kV		27/06/2016	27/06/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(ii)
EDP Transmissão Norte	360 km	Serviço Público	Concessão	AC/RO	LT 230kV; 1 SE 230/138kV		30/09/2021	30/09/2051	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(ii)
EDP Transmissão Norte 2	188 km	Serviço Público	Concessão	RO	LT 230kV; 2 SE 230kV		31/03/2023	31/03/2053	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(ii)
Em fase de projeto/construção											
Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha		Início	Término	Prorrogação	Indenização	
Transmissão											
EDP Transmissão Nordeste	529 km	Serviço Público	Concessão	PI	2 LTs 500kV; 1 SE 500kV		28/06/2024	28/06/2054	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(ii)
EDP Transmissão Norte Nordeste 1	390 km	Serviço Público	Concessão	BA, TO e PI	2 LTs 230kV; 1 SE 230/138kV		28/06/2024	28/06/2054	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(ii)
EDP Transmissão Norte Nordeste 2	463 km	Serviço Público	Concessão	MA e PI	1 LT 230kV e 1 LT 500kV		28/06/2024	28/06/2054	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(ii)

(i) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da própria Agência.
(ii) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

Adicionalmente, as coligadas Celesc e Porto do Pecém, nas quais a Companhia possui participação minoritária com influência significativa, detêm o controle das seguintes outorgas:
Celesc

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm)	Término da concessão
Distribuição							
Celesc Distribuição S.A. - Celesc D		Serviço Público	Concessão	SC			07/07/2045
Gás natural							
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGÁS		Serviço Público	Concessão	SC			28/03/2044
Geração							
	UHE Garcia (ii)	Produtor Independente	Concessão	SC	8,92	7,10	03/01/2053
	UHE Pery (ii)	Produtor Independente	Concessão	SC	30,00	14,08	07/07/2054
	UHE: Palmeiras, Bracinho, Salto e Cedros (ii)	Produtor Independente	Concessão	SC	54,28	36,24	06/11/2053
Celesc Geração S.A. - Celesc G	PCH Celso Ramos (ii)	Produtor Independente	Concessão	SC	13,92	6,77	(i)
	CGH: Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe	Produtor Independente	Concessão	SC	8,15	5,97	(i)

Total 115,27 70,16

Outros projetos de expansão de propriedade integral da coligada Celesc G estão em fase de revisão para ampliação e reativação conforme tabela a seguir:

Descrição	Localização	Final da concessão	Potência instalada (MW)	Acréscimo de potência (MW)	Potência final (MW)	Status
Usina Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053	6,28	23,00	29,28	Aguardando Outorga MME
Usina Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	8,40	10,60	19,00	Revisão de Projeto Básico
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	24,60	0,50	25,10	Revisão de Projeto Básico
CGH Marum	São José/SC	(i)	1,00	1,00	1,00	Em finalização
CGH Caveiras	Lages/SC	(i)	3,83	5,57	9,40	Solicitação de Outorga
Total			43,11	40,67	83,78	

As informações apresentadas acima foram extraídas das Informações Contábeis Intermediárias de 30 de setembro de 2024, divulgadas ao mercado em 14 de novembro de 2024.

(i) Usinas com potência instalada inferior a 5MW estão dispensadas do ato de Concessão (Lei nº 13.360/16).

(ii) Usinas que aderiram à repactuação do risco hidrológico conforme REN ANEEL nº 895/2020 e receberam extensão de 7 anos ao prazo de concessão, exceto Celso Ramos que recebeu extensão 4,2 anos de concessão.

Porto do Pecém

Empresa	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada assegurada (MWm)	Energia assegurada (MWm)	Início	Término	Indenização
Geração									
Porto do Pecém	Porto do Pecém I	Produtor Independente	Autorização	CE	720,274	645,3	01/07/2008	20/01/2044	(iii)
(iii) Não existe previsão de indenização.									

2.1 Contratos de concessão de Distribuição, Geração e Transmissão

As principais obrigações estabelecidas às partes no contrato de concessão são as seguintes:

• Distribuição

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pelas distribuidoras.

Concessionários: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar, pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica, as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

• Geração

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; acompanhamento de execução das obras e exploração das suas instalações diretamente ou através de prepostos de órgãos conveniados, os quais terão livre acesso às obras, instalações e equipamentos vinculados à concessão; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário; a observância das normas legais e contratuais; a utilização e o destino da energia, bem como a qualidade e a comercialização do produto.

Concessionários: manter, permanentemente, os equipamentos e instalações da unidade geradora em perfeitas condições de funcionamento, com adequada estrutura de operação e conservação dos bens e instalações; condições gerais de segurança e salubridade dos operadores, eventuais visitantes e populações adjacentes ao empreendimento.

• Transmissão

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; revisar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pelas transmissoras.

Concessionários: deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão cumprindo todas as exigências dos órgãos responsáveis pelos licenciamentos; manter atualizado o registro e inventário dos bens vinculados à concessão e a documentação técnica dos equipamentos e instalações; e cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares e as instru

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.2 Práticas contábeis
As práticas contábeis relevantes da Companhia e de suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo (Nota 39.1.1); (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos ao valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial (Nota 29); (iii) a marcação a mercado dos contratos de compromissos futuros (Nota 15); (iv) Propriedades para investimentos (Nota 23); (v) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 26); e (vi) Instrumentos financeiros derivativos (Nota 39.1.3).

3.4 Uso de estimativa e julgamento
Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.7); Fornecimento não faturado (Nota 7.3); Transações realizadas no âmbito de Câmbio de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 7); Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 7.7); Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 8); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 10); Compromissos futuros (Nota 15); Ativo Financeiro Indenizável (Nota 21); Ativos da concessão (Nota 22); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 24 e 25); Planos de benefícios pós-emprego (Nota 29); Provisões para contingências (Nota 32.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 32.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 39.1.2.1).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação
A moeda funcional da Companhia e de suas controladas, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Demonstrações financeiras consolidadas
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, correlacionado ao IFRS 10, aprovado pela Deliberação CVM nº 112/22, abrangendo a Companhia e suas controladas (Nota 19).
As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.
As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas.
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e nas demonstrações dos resultados abrangentes.
- As combinações de negócios são consideradas no momento da aquisição do controle de um negócio, sendo os montantes reconhecidos mensurados a valor justo com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes.
- Consolidação de entidades com investimento inferior a 50%: a Companhia é controladora indireta da Investco, com 40,78% de participação, devido ao controle direto da Lajeado com 55,86% que, por sua vez, detém 73% do capital votante da Investco, assegurando o poder de controle das atividades da mesma, bem como, da sua consolidação integral nas demonstrações financeiras.
- Coligada com influência significativa: a Companhia detém 29,90% da participação no capital total e 33,11% de participação no capital votante da Celesc, possuindo 3 assentos no Conselho de Administração, 1 assento no Conselho Fiscal e 1 assento no Comitê de Auditoria Executivo (Nota 20.2) e ela também detém 20,00% da participação no capital total e 33,33% de participação no capital votante da Porto do Pecém, possuindo assentos no Conselho de Administração e Diretoria.
- As datas das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto, utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação, coincidem com as da Companhia. Em relação à coligada Celesc, sociedade anônima com ações negociadas na B3 e que segue as normas da CVM, o cálculo de equivalência patrimonial utiliza o balancete da referida com dois meses de defasagem.
- Acordos de controle compartilhado: a Companhia detém 50% do direito a voto nos empreendimentos, Mabe, CEJA e Cachoeira Caldeirão e 33,334% em São Manoel. A Companhia detém o controle conjunto nestes empreendimentos, pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes dos acordos para todas as atividades relevantes.

Os acordos conjuntos da Companhia estão estruturados na forma de sociedades anônimas de capital fechado e, segundo acordos contratuais, conferem à Companhia e às outras partes dos acordos direitos aos ativos líquidos das sociedades anônimas de capital fechado. Por essa razão, esses acordos são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) e não são consolidados nas demonstrações financeiras.

3.7 Redução ao valor recuperável
A Administração da Companhia e de suas controladas revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.
Uma perda do valor recuperável do ativo é reconhecida e revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

• Ativos financeiros e Ativos contratuais
São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Atualmente, a rubrica que apresenta saldos relevantes de redução ao valor recuperável é a de Contas a receber e, para mais informações sobre os critérios e premissas utilizadas nas estimativas dos valores, vide nota 7.7.

• Ativo não financeiro
A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia e de suas controladas identificar alguma perda ou redução de valor em ativos não financeiros, ou quando ocorrerem eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.
O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável nas controladas.
A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

Teste de redução ao valor recuperável - Ativos financeiros e não financeiros
A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de desvalorização dos ativos financeiros e não financeiros com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa individual representativa do conjunto.
Nesta base, para efeito dos testes, foi definido um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos:

- Unidades geradoras de caixa: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços, EDP Smart SPE, Enerpeixe, Lajeado, Investco, CEJA, Cachoeira Caldeirão e São Manoel;
- Base de determinação do valor recuperável: valor em uso - *equity value*;
- Determinação dos fluxos de caixa: volume de produção, consumo, tarifas previstas e valor residual no final da concessão calculado com base no Valor Novo de Reposição - VNR;
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: prazo de concessão, considerando sua renovação, quando aplicável, exceto EDP Trading, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções (10 anos) e EDP Smart SPE; e
- Taxa média de correção da BRR (Distribuidoras), contratos de venda de energia (Geração) e custos operacionais: Premissa IGP-M+ (% 3,70% a.a.) e IPCA+ (3,54% a.a.).

Esta controlada indireta EDP Smart Soluções, em sua base de indicadores ativos de recuperabilidade, decidiu considerar na elaboração do estudo apenas os projetos contratuais.
A controlada indireta procedeu o teste de recuperabilidade dos ativos, para constatar se esta potencial redução de portfólio seria recuperável.
Como principais premissas para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas:

- Base de determinação do valor recuperável: valor em uso - *enterprise value*;
- Determinação dos fluxos de caixa: Considerando a metodologia do fluxo de caixa descontado;
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: vigência dos contratos atualmente existentes;
- Taxa de desconto: foi estimada levando em consideração as melhores práticas do mercado e a experiência da Administração, baseada no modelo matemático Weighted Average Capital Cost (WACC) que, em português, significa Custo Médio Ponderado (Capital).

Este método refletiu os retornos requeridos pelos credores financeiros (capital de terceiros) e pelos acionistas (capital próprio), ponderando-se as participações na estrutura de capitais (relação *debt-equity*).
Com base nas premissas mencionadas acima, as quais estima-se serem as melhores estimativas disponíveis para o cálculo, a controlada indireta identificou perda no valor recuperável no montante de R\$ 5.939, registrada em contrapartida da rubrica Outras despesas operacionais no resultado do exercício (Nota 35), desta forma o valor acumulado é de R\$19.019, sendo R\$7.177 na rubrica de Imobilizado (Nota 24) e R\$11.842 na rubrica de Clientes (Nota 7).
Em 31 de dezembro de 2024 o saldo acumulado de perda no valor recuperável no Consolidado é de R\$72.538, registrados na controlada EDP Smart Serviços e na controlada indireta EDP Smart Soluções.
A Companhia e suas controladas continuarão a monitorar os resultados para os próximos períodos afim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.
A movimentação do *Impairment* no exercício é a seguinte:

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não circulante; Passivos Não Circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS 1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/01/2024
OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade	O objetivo desta Orientação é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidencição a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das concessões e permissões públicas de distribuição de energia elétrica brasileiras.	Não há	Orientação	01/01/2024
ICPC 19 - Tributos	Esta interpretação se refere a quando reconhecer uma obrigação de pagar tributo que é contabilizada conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	IFRIC 21	Interpretação	01/01/2024
ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (<i>funding</i>) Mínimo e sua Interação	Esta interpretação se aplica a todos os benefícios definidos pós-emprego e outros benefícios definidos de longo prazo aos empregados. Para a finalidade desta interpretação, os requisitos de custeio (<i>funding</i>) mínimo são quaisquer requisitos para custeio (<i>funding</i>) de plano de benefício definido pós-emprego ou outro de longo prazo.	IFRIC 14	Interpretação	01/01/2024
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Estão sendo propostos ajustes pontuais do texto, para melhor esclarecimento dos requisitos para a elaboração e divulgação da DVA, bem como uma nova seção, incluída ao final do Pronunciamento, para apresentar as suas origens e razões conceituais. Além disso, foi atualizado o elenco de contas no modelo de DVA aplicável às companhias seguradoras, em função da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguro.	Não há	Pronunciamento	01/03/2024
Revisão 26: CPC 32 e CPC 48	Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e CPC 48 - Instrumentos Financeiros em função de ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.	IAS 12 / IFRS 9	Pronunciamento	01/07/2024

A Administração da Companhia e de suas controladas avaliam os pronunciamentos acima e não identificaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3.8.2 Novas normas e interpretações não vigentes	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21 / IFRS 1	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025
CPC 22 - Informações por segmento	Em julho de 2024, o IASB aprovou uma decisão da agenda do IFRIC em relação ao relatório de segmentos reportáveis. A decisão trata de como uma entidade aplica os requisitos do IFRS 8 para divulgar para cada segmento reportável os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo do segmento. A Companhia está acompanhando o conteúdo desta decisão da agenda do IFRIC.	IFRS 8	Pronunciamento	Indeterminado
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da norma é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração apresentada pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. Com vistas a aumentar a comparabilidade entre entidades, esta norma introduz dois novos subtotais: Lucro operacional e Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social.	IAS 1	Norma	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4. Eventos significativos no exercício

4.1 Liberações e captações de recursos

Durante o exercício de 2024, a Companhia e as controladas obtiveram os seguintes recursos:

Consolidado						
Empresa	Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Em moeda nacional						
EDP Espírito Santo	Debêntures - 13ª Emissão	fev/24	fev/28	500.000	CDI + 0,90% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP Espírito Santo	Cessão de CDE - ABC Brasil	fev/24	jun/24	101.087	1,015% a.m.	Capital de giro
EDP Trading	Debêntures - 01ª Emissão	fev/24	fev/34	575.000	IPCA + 6,05% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP São Paulo	Debêntures - 16ª Emissão	mar/24	mar/28	350.000	CDI + 0,89% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP São Paulo	Debêntures - 17ª Emissão	jun/24	jun/28	750.000	CDI + 0,68% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP Espírito Santo	Debêntures - 14ª Emissão - 1ª Série	set/24	ago/29	800.000	CDI + 0,49% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP Espírito Santo	Debêntures - 14ª Emissão - 2ª Série	set/24	ago/31	400.000	CDI + 0,56% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
Enerpeixe	Debêntures - 05ª Emissão	dez/24	dez/29	600.000	CDI + 0,89% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP São Paulo	Debêntures - 18ª Emissão	dez/24	dez/36	800.000	IPCA + 7,2843%	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP Espírito Santo	Debêntures - 15ª Emissão	dez/24	dez/36	500.000	IPCA + 7,2843%	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
Total em moeda nacional				5.376.087		

Mútuos a receber						
Emissor	Empresa	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
EDP - Energias do Brasil	EDP Renováveis	mai/24	jul/26	507.000	CDI + 1,47% a.a.	Capital de giro

Para mais informações sobre os recursos recebidos acima, vide notas 11, 27, 28 e 39.1.3.

4.2 Medidas regulatórias para o setor elétrico com impactos na Companhia e em suas controladas

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa - REN nº 1.083 de 5 de fevereiro de 2024	Em 5 de fevereiro de 2024 foi publicada a REN nº 1.083 aprovando os Submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica. A REN nº 1.083/24 alterou o art. 2º da REN que trata de prazo de aprovação de Relatório de Avaliação da Base de Remuneração pela Superintendência de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado - SFF.	Esta Resolução aprova os Submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aplicáveis às concessionárias de transmissão que tratam da revisão da receita das transmissoras e implementação de melhorias e reforços.
Portaria nº 2.737 de 8 de fevereiro de 2024	Em 8 de fevereiro de 2024 foi publicada a PORTARIA Nº 2.737/ SNTPE/MME aprovando o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI dos projetos de reforços e melhorias em instalações de transmissão de energia elétrica detalhados nos Anexos I a XIII da citada Portaria, incluindo a controlada indireta EDP Goiás.	A controlada indireta EDP Goiás obteve o REIDI que traz benefícios tributários ao projeto.
REH nº 3.306 de 14 de março de 2024	Em 14 de março de 2024 foi publicada a REH nº 3.306 estabelecendo as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias, de que trata o submódulo 6.8 do PRORET, com vigência a partir de abril de 2024.	REH gera impacto operacional para adequação dos valores das bandeiras tarifárias para as distribuidoras.

4.2.1 Controladas de distribuição - Renovação da concessão - Decreto nº 12.068 de 20 de junho de 2024

O Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024, publicado em 21 de junho de 2024, regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica. Entre as diretrizes do Decreto, destacam-se: a prorrogação, por um período de 30 anos, sem onerosidade, às concessões de distribuição que atendem aos critérios mínimos de qualidade de serviço e sustentabilidade financeira; e a possibilidade de antecipação dos efeitos da prorrogação desde que requerida a prorrogação no prazo de trinta dias, contado da publicação da minuta do termo aditivo ao contrato de concessão. As regras são válidas para os contratos com vencimento entre 2025 e 2031.

A concessão das controladas de distribuição apresentam indicadores de qualidades de serviços e de solidez financeiras compatíveis com os critérios estabelecidos pelo Decreto e poderão ter seus prazos prorrogados, sendo: Julho de 2055 para a concessão da controlada EDP Espírito Santo e outubro de 2059 para a concessão da controlada EDP São Paulo. Em conformidade com as diretrizes do Decreto, a ANEEL, em 15 de outubro de 2024, abriu a Consulta Pública 27/2024, cujo objetivo é discutir a minuta do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, formalizando a prorrogação das concessões, nos termos do Decreto nº 12.068/2024 e da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. A referida Consulta Pública recebeu contribuições até o dia 02 de dezembro de 2024. Tais contribuições estão em análise pela ANEEL e aguarda-se a publicação da versão final da minuta do termo aditivo.

4.3 EDP - Energias do Brasil - Rotação de Ativos de Transmissão

Em 31 de outubro de 2023 a Companhia divulgou que, naquela data, foi assinado o contrato de compra e venda com empresa detida pela Actis Assessoria Investimentos Ltda. ("Actis") para formalizar a alienação de 100% do capital social, detido pela Companhia, de 2 ativos de transmissão, sendo eles EDP Transmissão SP-MG ("Lote 18") e Mata Grande Transmissora, conforme apresentado nas notas 18.1 e 18.2, totalizando 439km de extensão e R\$131 milhões de RAP.

Em 20 de fevereiro e 07 de junho de 2024 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando as conclusões das vendas das controladas EDP Transmissora SP-MG e Mata Grande Transmissora, respectivamente, uma vez que foram atendidas todas as condições precedentes. Devido à conclusão destas alienações, a Companhia baixou os saldos de Ativos e Passivos Não Circulantes Mantidos para Venda da EDP Transmissora SP-MG e Mata Grande Transmissora, que haviam sido desta forma classificados em setembro de 2023. A apuração do ganho e perda na alienação destas operações estão apresentadas nas notas 18.1 e 18.2.

4.4 EDP Smart Serviços - Ativo Mantido para Venda relativo à EDP Smart Soluções

Os ativos e passivos relativos à controlada indireta EDP Smart Soluções foram apresentados nos grupos de Não Circulantes Mantidos para Venda, a partir de dezembro de 2023. Tendo em vista as envolvidas acordaram que o preço foi estipulado levando em consideração a situação financeira destes investimentos. Naquele momento, o comprador assumiu o controle integral da Energia I e suas subsidiárias, com todos os ativos e os passivos. Ato contínuo, a nova administração da Energia I emitiu debênture privada no valor de R\$20.332, integralmente subscritas pela Companhia, com direito de cessão da dívida a partir de março de 2024.

4.5 Santa Leopoldina - Aumento de capital

A controlada Santa Leopoldina deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 15 de janeiro de 2024, pelo aumento de seu capital social dos atuais R\$341.210 para R\$480.210, sem a emissão de novas ações, sendo este aumento no valor de R\$139.000 integralizado naquela data, em moeda corrente nacional, pela sua Controladora.

4.6 Controladas - Alongamento do vencimento das Debêntures Santa Leopoldina

Em 15 de janeiro de 2024 os debenturistas da 1ª Emissão da controlada Santa Leopoldina aprovaram em Assembleia Geral de Debenturistas o alongamento dos R\$700.000, das referidas debêntures (Nota 27), para o novo vencimento em 17 de janeiro de 2029, com alteração da remuneração de CDI + 1,52% a.a. para CDI + 1,40% a.a. Devido a renegociação houve a contabilização de um ganho no resultado financeiro (Nota 36) no valor de R\$3.731.

Lajeado
Em junho de 2024, a controlada Lajeado prorrogou o vencimento da 5ª emissão de Debêntures, alterando a data de vencimento de 25/06/2024 para 15/06/2027, passando o custo da dívida de 1,05% do CDI a.a. para CDI + 0,90% a.a. (Nota 27). Devido a renegociação houve a contabilização de uma perda no resultado financeiro (Nota 36) no valor de R\$3.779.

4.7 Energia I - Alienação

Em 30 de janeiro de 2024, a Companhia alienou integralmente a Energia I e suas subsidiárias para uma empresa terceira. A transação foi concluída pelo valor de R\$1.00, uma vez que as partes envolvidas acordaram que o preço foi estipulado levando em consideração a situação financeira destes investimentos. Naquele momento, o comprador assumiu o controle integral da Energia I e suas subsidiárias, com todos os ativos e os passivos. Ato contínuo, a nova administração da Energia I emitiu debênture privada no valor de R\$20.332, integralmente subscritas pela Companhia, com direito de cessão da dívida a partir de março de 2024.

4.8 Leilão de Transmissão nº 1/2024

Em 28 de março de 2024, no Leilão para Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 1/2024, realizado pela ANEEL, a Companhia e sua controlada EDP Trading arremataram os lotes 2, 7 e 13, localizados nos estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins, somando 1.388km de linhas de transmissão e duas subestações.

4.9 EDP - Energias do Brasil - Recebimentos oriundos da alienação da Energest

Em 31 de março de 2024, a Companhia reconheceu o ganho no ajuste de preço da alienação da Energest pela assunção do passivo de Benefícios pós-emprego, sendo passivo assumido no montante de R\$11.460 e o recebimento no montante de R\$13.003. Adicionalmente, relativo aos ajustes de preços previstos no contrato de venda, a Companhia recebeu o incremento de R\$7.778.

4.10 Distribuidoras - Adesão ao Programa de Autoregularização Incentivada de Tributos

Em março de 2024, as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo aderiram ao Programa de Autoregularização Incentivada de Tributos da Receita Federal do Brasil, instituído pela Lei nº 14.740/2023 e regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 2.168/2023, para confessar débitos não constituídos de PIS e COFINS sobre receita financeira decorrente da atuação das entidades oriundas da exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS. O programa concedeu aos contribuintes condições especiais para regularização de tributos administrados pela Receita Federal através da confissão da dívida e do pagamento ou parcelamento do valor integral dos débitos, sem a incidência das multas de mora e de ofício e desconto de 100% dos juros de mora, o principal foi de R\$13.338 para EDP São Paulo e R\$11.636 na EDP Espírito Santo sendo realizado pelas Distribuidoras o pagamento à vista de 50% do valor da dívida consolidada (Principal) e utilização de prejuízo fiscal, doados pela controlada Santa Leopoldina, para o restante do valor, sendo ele no montante de R\$12.487, R\$6.669 na EDP São Paulo e R\$5.818 na EDP Espírito Santo (Nota 9).

4.11 Reestruturação da diretoria

Em 08 de abril de 2024, a EDP - Energias do Brasil comunicou ao mercado que, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia para contemplar, dentre outros, a reestruturação da Diretoria da Companhia com a criação dos cargos de "Diretor-Presidente e de Relações com Investidores" e "Diretor Financeiro", os membros do Conselho de Administração aprovaram a recondução da Diretoria da Companhia para os referidos novos cargos e com um novo mandato de 1 (um) ano a partir daquela data, ou seja, de 08 de abril de 2024 até 08 de abril de 2025, tendo sido eleito o Sr. João Manuel Veríssimo Marques da Cruz, para o cargo de Diretor-Presidente e de Relações com Investidores e a Sra. Maria Marta de Figueiredo Gerales, para o cargo de Diretora Financeira.

Em 29 de julho de 2024, a EDP - Energias do Brasil comunicou ao mercado que, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, a eleição do Sr. Fábio William Loreti, para o cargo de Diretor da Companhia.



NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8 Ativos e passivos financeiros setoriais

Consolidado										
	Saldo em 31/12/2023	Apropriação	Amortização (I)	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024	Circulante	Não circulante	Valores em amortização IRT (*) 2024	Valores em constituição IRT (*) 2025 IRT (*) 2026	
CVA										
Compra de energia (ii)	(634.060)	(57.997)	623.558	(53.410)	(121.909)	(281.913)	160.004	(276.250)	91.261	63.080
Custo da Energia de Itaipu (iii)	(18.650)	(74.729)	5.225	(5.651)	(93.805)	(75.690)	(18.115)	(66.832)	(26.973)	
PROINFA (iv)	(24.439)	(11.799)	31.229	(1.256)	(6.265)	(9.520)	3.255	(11.057)	4.792	
Transporte Rede Básica (v)	169.215	65.051	(142.207)	12.258	104.317	89.018	15.299	80.666	23.651	
Transporte de Energia - Itaipu	23.547	2.924	(17.997)	1.656	10.130	11.190	(1.060)	11.357	(1.227)	
Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER (vi)	23.608	51.516	(24.484)	5.747	56.387	57.375	(988)	55.220	1.167	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (vii)	(13.146)	(67.627)	21.678	4.568	(54.527)	(927)	(53.600)	27.352	(81.879)	
	(473.925)	(92.661)	497.002	(36.088)	(105.672)	(210.467)	104.795	(179.544)	10.792	63.080
Itens financeiros										
Sobrecontratação de energia (viii)	304.409	(71.627)	(215.977)	18.332	35.137	57.349	(22.212)	78.778	(43.641)	
Neutralidade da Parcela A (ix)	(28.534)	(108.870)	37.743	(7.235)	(106.896)	(109.100)	2.204	(107.385)	(7.980)	8.469
Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos (x)	(223.673)	(117.614)	56.666	(37.114)	(321.735)	(170.081)	(151.654)	7.863		(329.598)
Risco Hidrológico	(372.212)	(391.761)	374.096	(17.812)	(407.689)	(340.226)	(67.463)	(303.697)	(103.992)	
Outros	(1.355)	(1.923)	465	619	(2.194)	1	(2.195)	(2.923)	729	
	(321.365)	(691.795)	252.993	(43.210)	(803.377)	(562.057)	(241.320)	(327.364)	(154.884)	(321.129)
PIS e COFINS										
PIS/ COFINS Nota Técnica nº 115/04	33.176	(3.834)			29.342	29.342			29.342	
Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS	(9.994)	23.421	4.654	1.106	19.187	19.187		19.187		
	23.182	19.587	4.654	1.106	48.529	48.529	-	19.187	29.342	-
Total	(772.108)	(764.869)	754.649	(78.192)	(860.520)	(723.995)	(136.525)	(487.721)	(114.750)	(258.049)
Ativo Circulante	35.269				48.529	48.529				
Ativo Não circulante	221.357				71.549		71.549			
Passivo Circulante	690.007				772.524	772.524				
Passivo Não circulante	338.727				208.074		208.074			
(*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário										

(*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário

As receitas das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo são, basicamente, compostas pela venda da energia elétrica e pela sua entrega (transporte) por meio do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita.

- Parcela "A" (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela "A", são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela "B" (custos gerenciáveis): é composta pelos gastos na infraestrutura de distribuição e respectivo retorno pelo investimento e gastos com a operação e a manutenção. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho das distribuidoras, pois possui risco intrínseco do negócio por não haver garantia de neutralidade tarifária.

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional das controladas receberem caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. São segregados entre ativo e passivo de acordo com o cronograma de homologação nas tarifas pela ANEEL nos próximos processos tarifários.

Nos reajustes tarifários a ANEEL recalcula os montantes efetivamente faturados e arrecadados, conforme regulamentações vigentes, com o objetivo de garantir a liquidação financeira desses montantes, sem prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão, reduzindo o risco de perdas a valores imatériais.

São homologados anualmente pela ANEEL e incorporados à tarifa de energia por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na EDP Espírito Santo ocorre em 7 de agosto e na EDP São Paulo ocorre em 23 de outubro.

Os valores que compõem os ativos e passivos financeiros setoriais são:

- Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da Parcela "A" - CVA: É composta da variação dos custos com a aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da distribuidora, ou seja, as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente; e
- Itens financeiros: Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles: Sobrecontratação de energia; Neutralidade dos encargos setoriais; e a Exposição financeira no mercado de curto prazo por diferença de preços entre Submercados.

O processo de amortização se dá de forma mensal e corresponde ao recebimento/devolução por meio da aplicação das tarifas vigentes, homologadas nos últimos eventos tarifários. Para os Itens financeiros, os valores de amortização mensais correspondem a 1/12 avos dos montantes totais homologados pela ANEEL. Para a CVA, a amortização mensal é efetuada de acordo com a curva de mercado. Os valores em constituição referem-se à diferença entre os custos incorridos e os constantes na tarifa até a data do fechamento do mês de referência, a serem homologados nos próximos processos tarifários. As distribuidoras reconhecem seus ativos e passivos financeiros setoriais com base no "OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral da Companhia de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade", de modo que os registros dos ativos e passivos financeiros originados das diferenças apuradas de Itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil, apresentam como contrapartida receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, considerando a melhor estimativa da Companhia e suas controladas quanto ao montante financeiro a ser realizado como decorrência do cumprimento integral da obrigação de performance completada no período, bem como todos os fatos e circunstâncias existentes que suportam a transação.

8.1 Efeitos relevantes no exercício

O total de passivos setoriais líquidos dos ativos, em 31 de dezembro de 2023, somava um valor de R\$772.108, sendo que o total de passivos setoriais líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2024 equivale ao montante de R\$860.520. A variação no exercício, no montante de R\$88.412, foi causada pelos seguintes motivos:

- (i) Amortização: No exercício, foi repassado aos consumidores no faturamento de energia o montante de R\$754.649 referente a passivos setoriais líquidos homologados pela ANEEL.
- (ii) Compra de Energia: A variação é decorrente da constituição das diferenças entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária da ANEEL. Além disso, há uma conjuntura de sazonalidade, reajustes de preços, contratos regulados e despacho de termelétricas que influenciou no saldo.
- (iii) Custo da energia de Itaipu: Os custos de energia elétrica de Itaipu atribuídos mensalmente às distribuidoras são valorados de acordo com o câmbio do dólar. No processo tarifário de 2024 da controlada EDP São Paulo, realizado em outubro do referido exercício, foi considerada uma premissa de R\$5,55 (R\$4,98 em 2023). No processo tarifário de 2024 da controlada EDP Espírito Santo, realizado em agosto do referido exercício, foi considerada uma premissa R\$5,47 (R\$4,97 em 2023).
- A partir do dia 07 de maio de 2023 ocorreu um reajuste no CUSE de Itaipu, passando de R\$12,67 para R\$16,71 e culminando em uma tarifa de repasse final de R\$16,19 para R\$20,23. Em janeiro de 2024, foi estabelecida a tarifa de repasse de US\$17,66 para a controlada EDP Espírito Santo. Além disso, outro fator que explica a variação verificada decorre da metodologia de cálculo da CVA, em que se compara mensalmente o preço da energia de Itaipu, assim como o preço dos demais contratos de energia com a Tarifa Média de Cobertura - TMC. A TMC é uma média ponderada dos preços dos contratos de energia da controlada EDP Espírito Santo previstos para o seu ano tarifário. Portanto, o preço de energia de Itaipu verificado desde janeiro na controlada EDP Espírito Santo foi inferior à TMC, contribuindo para redução do saldo.
- (iv) PROINFA: A variação é decorrente da constituição das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL. Além disso houve a homologação das novas cotas de PROINFA, conforme REH 3.422/24 para o ano de 2025, com efeito antecipado no resultado de 2024, devido ao pagamento desse encargo ser efetuado antecipadamente.
- (v) Transporte rede básica: A variação é decorrente da constituição das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, aliado a isso houve a homologação das novas tarifas da TUST, no período do ciclo 2023/2024, que remunera os custos de Rede Básica e outros de encargos de transmissão. As tarifas de transmissão do ciclo 2023/2024 foram definidas pela REH nº 3.217/23 com vigência a partir de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025, que estabeleceu os reajustes das tarifas, além disso houve amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2023 e 2024.
- (vi) Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER: A variação é decorrente da constituição das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL. Além disso, no exercício analisado ocorreu a cobrança do encargo de Energia de Reserva, com o objetivo de remunerar as geradoras que operam nessa modalidade e a constituição da CVA do Encargo de Reserva de Capacidade - ERCAP.
- (vii) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE: A variação é decorrente da constituição das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL. Com base nas publicações das quotas da CDE a serem recolhidas pela controladas de distribuição ao longo de 2023 foram definidas pela Resolução Homologatória nº 3.175/23. Em 2024, as cotas homologadas pela Resolução Homologatória nº 3.305/23 foram maiores do que as consideradas na cobertura, ocasionando a variação observada no saldo no exercício. Outro fato ocorrido em 2024 foi a consideração da quitação do saldo referente aos empréstimos de CDE Covid e Escassez Hídrica pela ANEEL em 2024, gerando uma CVA passiva.
- (viii) Sobrecontratação de energia: A sobrecontratação para o exercício está atrelada às apropriações dos saldos correntes, constituição da antecipação e amortização dos saldos homologados pela ANEEL, referentes ao período de 2018 e ao pleito homologado, com base no reajuste tarifário de 2024. Além disso, houve remissão total da sobrecontratação não repassada às tarifas ao longo de 2024, quando comparado com 2023.
- (ix) Neutralidade da Parcela A: No último trimestre de 2024, o mercado faturado foi menor em relação àquele considerado como referência para a definição das tarifas para a cobrança dos encargos. Dessa forma, o faturamento a menor desse período será incorporado nas tarifas no processo tarifário de 2025.
- (x) Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos: Referem-se aos faturamentos realizados pela controladas de distribuição, referente à parcela de ineficiência de utilização da rede de energia elétrica da Demanda e Reativos pelos consumidores de média e alta tensão. Esses valores faturados constituem passivo setorial, a serem revertidos nas tarifas no momento da Revisão Tarifária da controladas de distribuição. Os saldos estão sendo constituídos conforme Submódulo 2.1 do PRORET.

9 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Controladora						
	Saldo em Nota 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação tributos federais	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.1	125.258	16.902	92.587	(46.912)	91.043	278.878
Total Circulante	125.258	-	16.902	92.587	(46.912)	91.043	278.878
Outros tributos compensáveis							
ICMS		41					41
PIS e COFINS		410	762		(762)		410
IRRF sobre aplicações financeiras		23.333	23.913		(30.297)		16.949
IRRF sobre juros s/ capital próprio		61.160	67.506		(60.721)		67.945
IR/CS retidos sobre faturamento		210	103		(63)		250
Outros		3.470	317		(139)		3.648
Total Circulante	88.624	92.601	-	-	-	(91.982)	89.243
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher		71				(71)	
Total Circulante	-	71	-	-	-	(71)	-
Outros tributos a recolher							
PIS e COFINS		34.568	46.263		(46.912)		33.919
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		4.002	26.317	3	(7.816)	(868)	21.638
IRRF sobre juros s/ capital próprio		9.5	101.906				101.906
Parcelamentos		9.6	6.446	193	(5.369)		1.270
Encargos com pessoal		16.092	13.013		(26.027)		3.078
Outros		863	670	16	(906)		643
Total	61.971	188.169	212	(40.118)	(46.912)	(868)	162.454
Circulante		61.484					161.188
Não circulante		487					1.266

Consolidado									
								Transferência para Ativo Mantido para Venda	
	Nota	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação tributos federais	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.2	308.624			107.213	433.864	(100.357)	82.390	(26)
Total		308.624	-	-	107.213	433.864	(100.357)	82.390	(26)
Circulante		244.680							762.961
Não circulante		63.944							68.747
Outros tributos compensáveis									
ICMS	9.3	485.174	162.804	(5)		16.401	(1.023)	(112.033)	(6.180)
PIS e COFINS		291.990	1.095.684		24.291	(44.605)	(25.675)	(1.107.263)	(1.537)
IRRF sobre aplicações financeiras		56.294	72.441					(71.576)	(2.105)
IRRF sobre juros s/ capital próprio		78.253	79.636					(77.814)	
IR/CS retidos sobre faturamento		7.632	17.631			2		(16.035)	46
Outros		9.622	6.105	(175)	10	27	(149)	(3.536)	176
Total		928.965	1.434.301	(180)	24.301	(28.175)	(26.847)	(1.388.257)	(9.600)
Circulante		421.928							401.705
Não circulante		507.037							532.803
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher		138.838	233.268			(150.957)		(79.143)	555
Total Circulante		138.838	233.268	-	-	(150.957)		(79.143)	555
Outros tributos a recolher									
ICMS	9.4	234.948	2.653.479		82	(2.559.969)	(1.023)	(111.700)	671
PIS e COFINS		119.230	1.987.498			(768.626)	(99.271)	(1.133.448)	(1.905)
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		25.465	139.676		164	(109.970)		(868)	(2.473)
IRRF sobre juros s/ capital próprio		63.177	164.796			(40.651)	(26.761)		(1.451)
Parcelamentos		299.872	4.124		19.927	(76.954)		12.487	(7.040)
Encargos com pessoal		31.914	193.925		4.295	(205.476)	(149)	139	(41)
Outros		12.686	1.762		16	(5.794)		(5.821)	2.849
Total		787.292	S.145.260	-	24.484	(3.767.440)	(127.204)	(1.239.211)	(12.239)
Circulante		535.640							598.567
Não circulante		251.652							212.375
Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas apresentam os impostos e contribuições sociais corretos ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia e suas controladas líquidem ou compensem o tributo em um único pagamento ou compensação.									

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia e suas controladas liquidem ou compensem o tributo em um único pagamento ou compensação.

9.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Controladora

Os valores registrados referem-se, em suma, ao imposto de renda decorrente de retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC. A compensação desse saldo é feita, principalmente, com Imposto de renda retido na fonte sobre o JSCP declarado e PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

9.2 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Consolidado

O montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$931.708 refere-se, substancialmente, ao impacto da Lei nº 13.670/18, onde está vedada a compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

9.3 ICMS - Ativos Compensáveis - Consolidado

Do montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$545.138 (R\$485.174 em 31 de dezembro de 2023), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$516.599 (R\$448.709 em 31 de dezembro de 2023), que incluem principalmente os créditos de ICMS decorrentes de aquisição de bens que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados à razão de 1/48 avos por mês.

9.4 ICMS - Passivo a Recolher - Consolidado

Do montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$216.488 (R\$234.948 em 31 de dezembro de 2023), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$189.539 (R\$210.391 em 31 de dezembro de 2023), referente ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

9.5 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. Na Controladora, o saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$101.906 refere-se ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2024 e será liquidado em janeiro de 2025.

9.6 Parcelamentos

9.6.1 Controladora

9.6.1.1 REFIS

Em 2009 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento. Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados:

	Controladora				Valor de
	Principal	Multa	Juros	Conversão em Renda	adesão - REFIS
Parcelamentos - REFIS					
COFINS	30.754	6.151	9.793	46.698	48.790
	6.677	1.335	10.136	454	10.592
Total dos tributos	37.431	7.486	11.919	56.836	59.382
Redução Programa REFIS					(7.471)
Utilização Base Negativa/ Prejuízo Fiscal					(11.933)
Total					39.978

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Consolidado							
		Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	Patrimônio Líquido		
Natureza dos créditos	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Prejuízos Fiscais	10.2.1	43.905	211.169			(20.019)	143.227		
Base Negativa da Contribuição Social	10.2.1.2	16.204	76.419			(7.207)	45.931		
		60.109	287.588	-	-	(27.226)	189.158		
Diferenças Temporárias									
Perda Estimada com Créditos de Liquidação									
Duvidosa - PECLD		291.821	289.876			1.945	10.950		
Benefício pós-emprego		99.519	135.738			(36.219)	8.868		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		230.545	225.410			6.483	27.332		
Consumidores - ajuste a valor presente		330	456	5	5	(126)	(741)		
Gastos Pré-operacionais		184	3.446			(1.822)	(5.142)		
Compra vantajosa	10.2.1.1			53.476	55.153	1.677	96.077		
Mais valia		10.533	6.512	54.231	55.496	7.628	8.404		
Amortização / Depreciação mais valia - CPC 15 (R1)		7.383	7.493	99.633	104.980	5.237	895		
Uso do bem público - CPC 25		172.925	168.791	40.963	44.063	7.234	(8.450)		
Valor justo do Ativo Financeiro									
Indenizável - ICP 01 (R1)				825.533	711.821	(113.712)	(115.202)		
Remuneração dos ativos da concessão				532.642	761.203	(209.507)	(220.685)		
PIS e COFINS sobre ativos da concessão		64.988	129.147			16.309	12.712		
Instrumentos financeiros - CPC 39		102.189	43.463	198.175	88.886	(42.529)	(18.937)	(8.034)	(395)
Benefícios pós-emprego - PSAP	10.2.1.3	(106.643)	(124.270)	40		17.668	(17.413)	(81)	(25)
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		227.089	255.795			(62)	41	(28.644)	10.807
Direito de concessão - GSF				118.931	127.893	8.962	8.941		
Licenças ambientais		17.269	12.613	17.142	13.168	682	(640)		
Compromissos futuros	15	597.658	732.683	740.654	880.940	5.261	7.052		
Arendamentos - CPC 06 (R2)		25.174	31.102	20.575	24.759	(1.792)	(318)		
Valor justo dos investimentos						(4.987)			
Reconhecimento de receita - Lucro Presumido				46.432	29.787	(16.844)	(13.806)		
Outras		25.023	26.254	77.421	75.900	(2.556)	(53.413)		
Total diferenças temporárias		1.765.987	1.944.509	2.825.853	2.974.054	(350.870)	(273.475)	(36.759)	10.387
Crédito fiscal do ágio incorporado		46.611	58.410			(11.799)	(12.194)		
Total bruto		1.872.707	2.290.507	2.825.853	2.974.054	(389.895)	(96.511)	(36.759)	10.387
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(1.749.543)	(1.996.301)	(1.749.543)	(1.996.301)				
Total		123.164	294.206	1.076.310	977.753				

11 Partes relacionadas

Além dos valores do saldo dos dividendos a pagar e a receber (Nota 14) e de empréstimos a pagar (Nota 28), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas e controladas em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

				Controladora								Receitas (Despesas)			
				Ativo		Passivo						Operacionais		Financeiras	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante								
	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Empréstimos a receber															
Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI															
	EDP Trading	Controlada	02/10/2020 a 01/10/2024		119.721									9.591	14.011
	EDP Transmissão SP-MG	Controlada (***)	02/10/2020 a 01/10/2024				155.458							2.767	19.629
	EDP São Paulo	Controlada	27/02/2023 a 26/02/2025												323
	EDP Espírito Santo	Controlada	27/02/2023 a 26/02/2025											2.172	2.190
	Mata Grande Transmissora	Controlada (****)	11/08/2022 a 10/08/2024		63.394									2.724	7.363
	Porto do Pecém	Coligada (*)	13/12/2023 a 10/09/2027												13.106
	EDP Renováveis	Parte Relacionada	02/05/2024 a 31/07/2026			234.216								22.839	
	Blue Sol Participações	Controlada (**)	02/05/2023 a 31/10/2024	-	183.115	234.216	155.458	-	-	-	-	-	-	40.093	56.971
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC															
	EDP Transmissão Norte 2	Controlada	23/06/2023 a indeterminado			156.000	49.600								
	EDP Ventures	Controlada	13/12/2019 a indeterminado				6.250								
	EDP Smart Serviços	Controlada	07/12/2015 a indeterminado			168.196	579.200								
	Santa Leopoldina	Controlada	25/11/2021 a indeterminado			5.000	200								
	Resende	Controlada	14/05/2019 a indeterminado				50								
				-	-	329.196	635.300	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 16)															
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)															
	EDP São Paulo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027							402		(350)	(7.864)		
	EDP Trading	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027			258	854			988	987	2.864	4.165		
	Investco	Controlada indireta	01/01/2019 a 31/12/2027			391						769	761		
	EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027			1.529	1.369					18.462	14.849		
	Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2019 a 31/12/2027											9.445	
	EDP Smart Soluções	Controlada indireta	01/01/2020 a 01/01/2027			61						995			
	EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027			259						3.069	49		
	Lajeado	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027			138						1.566	2.356		
	EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027			197						2.680	1.005		
	EDP Transmissão Norte	Controlada	01/01/2022 a 31/12/2027			46	52					574	414		
	EDP Transmissão SP-MG	Controlada (***)	01/01/2019 a 31/12/2027				216							1.627	
	EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027			40	49					484	467		
	EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027			160	226					2.072	2.243		
	EDP Goiás	Controlada indireta	01/01/2023 a 31/12/2027						160			1.756	(695)		
	Mata Grande Transmissora	Controlada (****)	01/01/2022 a 31/12/2027				14							137	
	EDP Smart SPE V	Controlada indireta	01/01/2019 a 31/12/2027				14				34			40	
	CEJA	Controlada em conjunto	01/01/2018 a 31/12/2027			20	17		237	236	643	683			
	Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	01/01/2019 a 31/12/2027			15				19	663	510			
	São Manoel	Controlada em conjunto	01/05/2018 a 31/12/2027			120	114					1.436	1.298		
	Enerpeixe	Controlada	01/07/2018 a 31/12/2027			1.156	916					2.898	2.691		
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura															
	EDP São Paulo	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			294	115			99	126	294	2.532		
	EDP Trading	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			72	79					476	553		
	Investco	Controlada indireta	01/01/2015 a 31/12/2026			20	286					258	308		
	Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2015 a 31/12/2026											997	
	Lajeado	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			14						176	260		
	EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			293	265					3.708	3.799		
	EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			100						1.260	635		
	EDP Transmissão SP-MG	Controlada (***)	01/01/2015 a 31/12/2026				13							197	
	EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			7	3					42	45		
	EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			31	14					192	205		
	EDP Transmissão Norte	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			9	4					51	32		
	Mata Grande Transmissora	Controlada (****)	01/01/2022 a 31/12/2026				1							12	
	EDP Goiás	Controlada	01/01/2022 a 31/12/2026			33	11					155	157		
	EDP Smart Soluções	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			10						133			
	Enerpeixe	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026						116	116					
	EDP Smart SPE V	Controlada indireta	01/01/2015 a 31/12/2026				4							55	
	EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			28						347	3		
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice															
	EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2028			14.129	1.898					14.144	10.154		
	Mata Grande Transmissora	Controlada (****)	01/02/2022 a 31/12/2028				71				21	138	552		
	EDP Transmissão Norte	Controlada	01/02/2022 a 31/12/2028			535	57					535	538		
	EDP Transmissão SP-MG	Controlada (***)	01/01/2019 a 31/12/2028				64							938	
	EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2028			1.017	106					1.017	1.158		
	EDP Goiás	Controlada indireta	01/02/2022 a 31/12/2028			2.679	171					2.700	2.167		
	EDP Smart Soluções	Controlada indireta	01/01/2019 a 31/12/2028			654						654			
	Lajeado	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2028			715						714	898		
	Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2019 a 31/12/2028											7.086	
	EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2028			2.363					100	2.363	740		
	EDP São Paulo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2028			13.969	1.658					13.969	9.715		
	EDP Trading	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2028			528	495							2.383	
	Investco	Controlada indireta	01/01/2019 a 31/12/2028			1.840						1.840	1.961		
	EDP Smart SPE V	Controlada indireta	01/01/2019 a 31/12/2028			215	13			67	33	194	39		
	EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2028											363	
	EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2028			886	112					886	824		
Contrato de prestação de serviços															
	EDP Portugal	Controladora	Indeterminado	329	8.513			93.069	66.007	1.327	1.216	(28.586)	(23.991)	(12.926)	894
	EDP Renováveis	Parte Relacionada	Indeterminado	242	9							306	295		
	EDP Valor	Parte Relacionada	Indeterminado					1.837	6.636			(2.513)	(1.120)		
	Porto do Pecém	Coligada	22/12/2023 a 21/06/2024				283							283	
Reembolso de custos com Leilão															
	EDP Transmissão Nordeste	Controlada	30/07/2024 a indeterminado			1.359									
	EDP Transmissão Norte Nordeste 2	Controlada	30/07/2024 a indeterminado			590									
	EDP Transmissão Norte Nordeste 1	Controlada indireta	30/07/2024 a indeterminado			557									
				571	8.522	47.337	9.564	94.906	72.643	3.396	2.888	56.034	58.954	(12.926)	894
				571	191.637	610.749	800.322	94.906	72.643	3.396	2.888	56.034	58.954	27.167	57.861

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

				Consolidado								Receitas (Despesas)			
				Ativo		Passivo						Operacionais		Financeiras	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante								
	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Central Eólica Jerusalém III	Parte Relacionada	01/01/2023 a 31/12/2023											(16.560)		
Central Eólica Jerusalém IV	Parte Relacionada	01/01/2023 a 31/12/2023											(21.058)		
Central Eólica Jerusalém V	Parte Relacionada	01/01/2023 a 31/12/2023											(19.887)		
Central Eólica Jerusalém VI	Parte Relacionada	01/01/2023 a 31/12/2023											(17.526)		
Central Eólica Monte Verde I	Parte Relacionada	01/10/2021 a 31/12/2036										2.615	(9.927)		
Central Eólica Monte Verde II	Parte Relacionada	01/10/2021 a 31/12/2036										(236)	(36.304)		
Central Eólica Monte Verde III	Parte Relacionada	01/01/2023 a 31/12/2024										(2.755)	(7.181)		
Central Eólica Monte Verde IV	Parte Relacionada	01/01/2023 a 31/12/2024										(185)	(27.473)		
Central Eólica Monte Verde V	Parte Relacionada	01/01/2023 a 31/12/2024										(93)			
Central Eólica Monte Verde VI	Parte Relacionada	01/01/2023 a 31/12/2024											(18.440)		
EDP Renováveis	Parte Relacionada	01/01/2023 a 31/12/2024										14.180	(5.319)		
Central Eólica Catanduba I	Parte Relacionada	01/01/2023 a 31/12/2024										(29.637)			
Central Eólica Catanduba II	Parte Relacionada	01/01/2024 a 31/12/2024										(26.087)			
Monte Verde Solar II	Parte Relacionada	01/01/2024 a 31/12/2024										(5.140)			
Monte Verde Solar III	Parte Relacionada	01/01/2024 a 31/12/2024										(9.824)			
Monte Verde Solar IV	Parte Relacionada	01/01/2024 a 31/12/2024										(9.750)			
Monte Verde Solar V	Parte Relacionada	01/01/2024 a 31/12/2024										(4.879)			
Monte Verde Solar VII	Parte Relacionada	01/01/2024 a 31/12/2024										(9.737)			
Prestação de serviços															
Pecém OM	Coligada (*)	Indeterminado								387					
				-	-	-	-	15.777	11.460	-	-	(236.273)	(360.100)	-	-
Compromissos futuros															
São Manoel	Controlada em conjunto	01/05/2018 a 31/12/2038						11.162	22.672	52.978	31.162	(10.306)	(18.169)		
EDP Renováveis	Parte Relacionada	01/12/2023 a 31/12/2038		10.196		111.021		23.767	68.734	40.050	68.010	194.147	(6.199)		
Central Eólica Jerusalém I	Parte Relacionada	01/01/2023 a 31/12/2023											36.809		
Central Eólica Monte Verde I	Parte Relacionada	01/07/2023 a 31/12/2023											9.691		
Central Eólica Monte Verde IV	Parte Relacionada	01/07/2023 a 31/12/2023											9.687		
Central Eólica Monte Verde V	Parte Relacionada	01/07/2023 a 31/12/2023											6.458		
Central Solar Pereira Barreto I	Parte Relacionada	01/10/2021 a 31/12/2036		10.196	-	111.021	-	55.900	136.169	161.186	162.176	202.479	15.830	-	-
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 16)															
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos															
CEJA	Controlada em conjunto	01/01/2018 a 31/12/2027				20	17			237	258	643	683		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	01/01/2019 a 31/12/2027				15					19	663	510		
São Manoel	Controlada em conjunto	01/05/2018 a 31/12/2027				120	114					1.436	1.298		
Contrato de prestação de serviços (c)															
EDP Portugal	Controladora	Indeterminado		329	8.513		568	93.823	66.007	1.327	1.216	(29.340)	(21.488)	(12.926)	894
EDP Renováveis	Parte Relacionada	Indeterminado		242	377							306			
EDP Valor	Controlada em conjunto	Indeterminado						1.837	6.636			(2.513)	(1.120)		
CEJA	Controlada em conjunto	01/06/2022 a 31/12/2024		54	52							633	610		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	01/06/2022 a 31/12/2024		54	52							633	610		
São Manoel	Controlada em conjunto	01/06/2022 a 31/12/2024		104	51							620	597		
Elebrás	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		13	16							110	94		
Cenaeel	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		3	43							18	42		
Central Eólica Baixa do Feijão I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		6	7							40	40		
Central Eólica Baixa do Feijão II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		6	7							40	40		
Central Eólica Baixa do Feijão III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		6	7							40	40		
Central Eólica Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		6	7							40	40		
Central Eólica Jaú	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		19	23							130	133		
Central Eólica Aventura I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		5	7							37	38		
Central Solar Pereira Barreto I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		8	10							55	56		
Central Solar Pereira Barreto II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		13	14							55	56		
Central Solar Pereira Barreto III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		8	10							55	56		
Central Solar Pereira Barreto IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		8	10							55	56		
Central Solar Pereira Barreto V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		7	8							47	48		
Central Eólica Jerusalém I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024										7	36		
Central Eólica Jerusalém II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024										7	36		
Central Eólica Jerusalém III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024										7	36		
Central Eólica Jerusalém IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024										7	36		
Central Eólica Jerusalém V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024										7	36		
Central Eólica Jerusalém VI	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024										8	41		
Central Eólica Monte Verde I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		13	15							88	83		
Central Eólica Monte Verde II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		13	15							92	83		
Central Eólica Monte Verde III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		11	14							81	72		
Central Eólica Monte Verde IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		9	21							61	114		
Central Eólica Monte Verde V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		6	8							44	41		
Central Eólica Monte Verde VI	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		9								61			
Central Eólica Boqueirão I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024			10									52	
Central Eólica Boqueirão II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024													
Central Eólica Catanduva I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		9								19			
Central Eólica Catanduva II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		9								19			
Monte Verde Solar II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		12								13			
Monte Verde Solar III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		12								13			
Monte Verde Solar IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		16								17			
Monte Verde Solar V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		16								17			
Monte Verde Solar VII	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		16								17			
Central Solar Novo Oriente I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		8								21			
Central Solar Novo Oriente II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		11								21			
Central Solar Novo Oriente III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		11								21			
Central Solar Novo Oriente IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		9								12			
Central Solar Novo Oriente V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		5								30			
Central Solar Novo Oriente VI	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		5								9			
Royalties															
EDP Portugal	Controladora	Inderterminado						13.737				(7.909)			
Compartilhamento do serviços de infraestrutura (b)															
EDP Renováveis	Parte Relacionada	29/07/2015 a 31/12/2024				18	18		259						
				1.091	9.340	173	717	109.397	72.902	1.564	1.493	(33.450)	(16.895)	(12.926)	894
				16.467	10.713	345.410	717	181.074	220.531	162.750	163.669	(32.473)	(344.832)	9.913	1.068

(*) Em 22 de dezembro de 2023, a Companhia alienou a coligada Porto do Pecém e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada.
(**) Em janeiro de 2024, a controlada Energia I e suas subsidiárias foram alienadas e, consequentemente, a partir desta data deixam de ser consolidadas.
(***) Em fevereiro de 2024, a Companhia alienou a controlada EDP Transmissão SP-MG e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada.
(****) Em maio de 2024, a Companhia alienou a controlada Mata Grande Transmissora e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: Os instrumentos têm por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2022, foi assinado o contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionado a atual sede da Controladora EDP-Energias do Brasil, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 304, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência até 31 de dezembro de 2026.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura, sendo o primeiro deles entre a EDP São Paulo e suas partes relacionadas e o segundo entre as partes que não necessitam da anuência prévia da ANEEL. Tais contratos vigoram até 31 de dezembro de 2024 e não necessitam de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.

Os percentuais de rateio devem ser revisitos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de BackOffice, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc, compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2028, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 15 de janeiro de 2025.

(d) Contratos de Prestação de serviços: Os órgãos responsáveis pelo controle e respectiva supervisão destes contratos são o Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e uma área interna da Companhia dedicada à apuração e conferência dos serviços importados e exportados.

Todo serviço importado ou exportado é submetido a uma análise criteriosa que exige interação da área dedicada a apuração e conferência com as demais áreas internas da Companhia que importaram e exportaram o serviço. São averiguados se o tempo despendido nas atividades, o número de pessoas beneficiadas e o volume de negócios agregado demonstram o efetivamente aplicado pelos colaboradores para realizar as atividades em questão.

EDP Portugal

Os montantes referem-se a contratos de prestação de serviços de consultoria e apoio à gestão celebrado mutuamente entre a Companhia e seu acionista controlador EDP - Energias de Portugal S.A. Estes contratos têm como objetivo: (i) o compartilhamento de custos, estrutura, conhecimento e tecnologia, possibilitando, assim, uma maior sinergia entre as empresas do grupo; (ii) evitar eventual capacidade ociosa

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos a receber e a pagar do exercício:							
Ativo	Controladora					Reversão (nota 18.2)	Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Complementares	Adicionais	JSCP	Recebimentos		
Enerpeixe	2.356				(2.356)		-
EDP Trading	35.378	19.307	102.234	27.095	(35.378)	(102.234)	46.402
EDP São Paulo	119.576	606.520	76.000	71.723	(195.576)		678.243
EDP Espírito Santo	97.109	446.188	10.000	105.041	(107.109)		551.229
Lajeado	53.196	38.543	108.091	13.523	(161.287)		52.066
EDP Smart Energia	7.524	1.302		3.977	(7.524)		5.279
EDP Transmissão Norte 2	334	8.434				(334)	8.434
EDP Transmissão Aliança	31.617			29.000	(31.617)		29.000
EDP Transmissão SP-MG	23.996		31.769			(55.765)	-
EDP Transmissão Nordeste		1.410					1.410
EDP Transmissão Norte Nordeste 2		1.673					1.673
CEJA	29.954		38.736	21.138	(68.690)		21.138
Celeesc	58.177		315	58.583	(58.492)		58.583
Porto do Pecém	2.139	40.642			(42.781)		-
	461.356	1.164.019	367.145	330.080	(710.810)	(158.333)	1.453.457
Passivo	Controladora					Reversão (nota 18.2)	Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Complementares	Adicionais	JSCP	Recebimentos		
Acionistas não controladores	5.405					(8)	5.397
EDP International Investments and Services, S.L.	72.846		150.013	105.288	151.052	(178.134)	301.065
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal Lda.		205.643	423.486	297.224	426.417	(502.867)	849.903
	283.894	573.499	423.486	297.224	426.417	(502.867)	1.156.365
Ativo	Controladora					Reversão (nota 18.2)	Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Complementares	Adicionais	JSCP	Recebimentos		
Celeesc	58.177		315	58.583	(58.492)		58.583
Porto do Pecém	2.139	40.642			(42.781)		-
CEJA	29.954		38.736	21.138	(68.690)		21.138
	90.270	40.642	39.051	79.721	(169.963)		79.721
Passivo	Controladora					Reversão (nota 18.2)	Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Complementares	Adicionais	JSCP	Recebimentos		
CEB Lajeado	7.627		6.394	6.953	(14.021)		6.953
Paulista Lajeado Energia	2.670		2.239	2.433	(4.909)		2.433
Eletrobras	170.762	118.621	14.317	985	(170.762)		167.086
Governo do Tocantins	3.872	2.806	7.871		(11.743)		3.791
Furnas Centrais Elétricas	1.570				(1.570)		-
Celeesc Geração	3.513		3.223		(3.513)	(3.223)	-
Acionistas não controladores	8.221					(8)	8.213
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal Lda.	72.846	150.013	105.288	151.052	(178.134)		301.065
EDP International Investments and Services, S.L.	205.643	423.486	297.224	426.417	(502.867)		849.903
	476.724	694.926	419.016	605.380	(887.527)	(3.223)	1.339.444

15 Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo

EDP Trading

Os contratos celebrados pela controlada EDP Trading visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda, que tem o objetivo também de comercializar com outros agentes.

Os contratos avaliados pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Este perfil de agente fica responsável por toda operação de seus representados no mercado livre de energia, desde a migração para o ACL até a gestão de todos os procedimentos relacionados à sua operacionalização, entre eles modelagem, medição, contabilização, obrigações financeiras, entre outros.

Neste sentido, a controlada também avalia seus contratos sob a ótica do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, julgando que os mesmos se destinam também à entrega da energia para a geração de valor na intermediação financeira, no que se refere à compra e venda de item não financeiro (energia), podendo ser quitados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro. Portanto, a controlada reconhece de forma integral as curvas compradas e vendidas de energia de seu portfólio (no limite da venda). Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo pela utilização de curva *forward* com as melhores informações disponíveis e observáveis descontados a valor presente pela NTN, assim sendo, considerado no resultado a Marcação a Mercado (MM) de Instrumento Financeiro Derivativo.

Nesta mensuração, são consideradas as sensibilidade do PLD, sendo avaliado o portfólio de operações contendo curvas *forward* de preço de energia, exposição à diferença de preços entre submercados, além do direito dos clientes de usar de forma flexível o consumo entre 90% e 110% da energia contratada. O resultado destes contratos é determinado a partir do diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço *forward*. A metodologia adotada é um VaR (*Value at Risk*) com 95% de confiança que considera uma curva *forward* de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda), a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2024, a realização do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou despesa líquida de R\$20.612 (R\$51.958 receita líquida em 2023) registrada no resultado do exercício de 2024.

EDP Smart Energia

A EDP Smart Energia celebra os contratos de comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Este perfil de agente fica responsável por toda operação de seus representados no mercado livre de energia, desde a migração para o ACL até a gestão de todos os procedimentos relacionados à sua operacionalização, entre eles modelagem, medição, contabilização, obrigações financeiras, entre outros.

Neste sentido, a controlada também avalia seus contratos sob a ótica do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, julgando que os mesmos se destinam também à entrega da energia para a geração de valor na intermediação financeira, no que se refere à compra e venda de item não financeiro (energia), podendo ser quitados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro. Portanto, a controlada passou a reconhecer de forma integral as curvas compradas e vendidas de energia de seu portfólio (no limite da venda). Estes contratos de compromissos futuros também são mensurados de acordo com os preços de referência de compra do dia, e os demais riscos são transferidos à EDP Trading, uma vez que ela sofre exposição ao mercado. Assim sendo, as margens da controlada EDP Smart Energia são fixadas e sua exposição é mensurada pela EDP Trading através da utilização de curva de *forward* com as melhores informações disponíveis e observáveis, assim sendo, considerado no resultado a marcação a mercado de Instrumento Financeiro.

Em 31 de dezembro de 2024, a realização do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou receita líquida de R\$6.589 (R\$36.542 receita líquida em 2023) registrada no resultado do exercício de 2024.

Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo	Controladora				Consolidado			
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros créditos - Ativo								
Adiantamentos		573	463		29.711	42.936		
Descontos tarifários	16.1				177.561	107.164		
Modicidade tarifária - baixa renda							8.058	8.058
Bens destinados à alienação/desativação					27.160	13.400		
Serviços em curso					11.995	8.896	1.439	518
Serviços prestados a terceiros					41.796	61.975	1.084	968
Convênios de arrecadação					319	2.347		23
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11	571	8.522	47.337	9.564	1.091	9.627	173
Rendas a receber					3.703	3.402		
Prêmio de risco - GSF					2.749	2.750	8.936	11.685
Despesas pagas antecipadamente		936	367	1.140	14.884	10.109	1.989	1.695
Parcela de Ajuste	16.2				42.655	99.373		
Alienação de investimento a receber	4.21	36.651			36.651			
Outros		987	15.802	6	7.240	40.092	2.458	6.084
Total		39.718	25.154	48.483	13.933	397.515	302.698	123.510
Outras contas a pagar - Passivo								
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos					7.506	6.322		
Contribuição de iluminação pública					30.450	31.577		
Credores diversos - consumidores e concessionárias	16.3				214.467	94.940		
Folha de pagamento		1.438	1.824	1.664	10.875	12.419	4.803	7.088
Modicidade tarifária - baixa renda					448	448	9.810	9.810
Cessão de créditos de ICMS					41.228	19.936		
Arrecadação de terceiros a repassar					16.477	17.738		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11	94.906	72.643	3.396	2.888	109.397	72.902	1.564
Arrendamentos e aluguéis	16.5	9.323	4.097	36.305	15.619	29.885	21.962	120.345
Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.4	16.831	19.959		122.656	122.797		95.705
Reserva para reversão e amortização					1.268	1.448	2.591	4.373
Parcela de ajuste	16.2				19.166	18.648	11.057	9.288
Outros		1.829	16.077		6.116	22.329	46.197	3.531
Total		124.327	114.600	41.365	24.623	626.152	467.334	153.701

16.1 Descontos tarifários

Refere-se a descontos aplicados a clientes nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação da ANEEL, por meio de resoluções específicas. Os descontos são aplicados de acordo com a classificação da atividade de cada unidade consumidora e procuram contemplar residências de famílias com baixa renda inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, estímulo à melhoria da produção agrícola, assim como descontos para serviços públicos essenciais, como é o caso das unidades de água, esgoto e saneamento.

Ao mesmo tempo em que determina o percentual de desconto a ser aplicado nos faturamentos mensais das unidades consumidoras, a regulamentação também estabelece o direito das controladas de serem ressarcidas dos respectivos montantes por meio do mecanismo da subvenção econômica, com recursos originários da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme Lei nº 10.438/02.

Por meio da Lei nº 13.360/16, a partir de maio de 2017, a gestão e o repasse dos recursos são de responsabilidade da CCEE.

A ANEEL homologou os valores a serem repassados para as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, por meio das seguintes Resoluções Homologatórias:

Resolução Homologatória	Competências	Valor mensal
EDP Espírito Santo		
ANEEL nº 3.241/23	Ago/23 a Jul/24	25.272
ANEEL nº 3.370/24	Ago/24 a Ago/25	33.903
EDP São Paulo		
ANEEL nº 3.278/23	Out/23 a Set/24	19.793
ANEEL nº 3.408/24	Out/24 a Set/25	22.264

Segue abaixo a composição dos descontos tarifários:				
	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2023	Descontos tarifários	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Subsídio Baixa Renda	43.391	222.712	(228.568)	37.536
Subsídio Carga Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	70.822	518.935	5.137	(483.671)
Subsídio Geração Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	762	9.449	540	(7.761)
Subsídio Rural	10.927	7	(6)	11.544
Subsídio Irrigante/Aquicultor - Res. nº 414/10	(14.669)	71.810	1.554	(65.733)
Subsídio Água/Esgoto/Saneamento - Despacho ANEEL nº 3.629/11	2.347	12	(10)	1.985
Subsídio Distribuição - TUSD fio B	(3.282)	102	(31)	(1.416)
Subsídio SCEE (MMGD)	(3.134)	57.723	1.040	(34.029)
	107.164	880.750	8.230	(818.583)

Adicionalmente, demonstramos abaixo a abertura por parcela de desconto tarifário:				
	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Parcela mensal	28.468	22.264	50.732	41.958
Parcela de ajustes homologados	5.336	9.222	14.558	37.291
Parcela de ajustes a homologar	22.055	52.681	74.736	(15.473)
Saldo subsídio baixa renda	15.860	21.675	37.535	43.389
	71.719	105.842	177.561	107.164

16.2 Parcela de Ajuste

O saldo total de R\$ 142.028, no Circulante e Não circulante no ativo Consolidado, refere-se ao saldo remanescente da parcela de ajuste ativa homologada pela revisão tarifária periódica do ano base 2023 da controlada indireta EDP Goiás. Nesta parcela de ajuste é considerada a receita revisada de reforços e melhorias autorizadas, a qual retroagirá à data de entrada em operação comercial da obra. Neste contexto, o mecanismo de parcela de ajuste refere-se ao incremento na RAP endereçando o período em que ativos energizados durante o intervalo 2019-2023 estiveram operantes, porém, ainda não remunerados (seja pelo tradicional intervalo de tempo entre as revisões periódicas ou pela postergação de um ano da RTP do ano base 2023).

O saldo total de R\$30.223 em 31 de dezembro de 2024 (R\$27.936 em 31 de dezembro de 2023) no Circulante e Não circulante no passivo Consolidado, refere-se à estimativa da parcela de ajuste correspondente ao ciclo tarifário 2024/2025 e ao saldo remanescente da parcela de ajuste correspondente do ciclo tarifário 2023/2024. Neste contexto, o mecanismo de parcela de ajuste refere-se às diferenças entre os duodécimos da RAP constantes em resolução homologatória e os duodécimos da RAP constantes nos avisos de crédito emitidos pelo ONS: tal diferença é homologada pela ANEEL ao final de cada ciclo tarifário e endereçada nos avisos de crédito subsequentes.

16.3 Credores diversos - consumidores e concessionárias

O aumento dos credores diversos refere-se, substancialmente: (i) à EDP Espírito Santo, devido ao ingresso dos saldos de MWh vinculados aos MMGD, totalizando R\$73.583 em 31 de dezembro de 2024 (R\$36.204 em 31 de dezembro de 2023). Outro fator foi o recebimento de bônus da Itaipu, conforme Despacho ANEEL nº 2808/2024, a serem repassados aos consumidores nas faturas de janeiro de 2025; e (ii) à EDP São Paulo, pelos ingressos de MWh atrelados aos MMGD, resultando em um saldo de R\$26.639 em 31 de dezembro de 2024 (R\$13.032 em 31 de dezembro de 2023). O recebimento de bônus da Itaipu, conforme Despacho ANEEL nº 2808/2024, também impactou o saldo, com valores recebidos em novembro de 2024 e serão devolvidos no faturamento de 2025.

16.4 Obrigações sociais e trabalhistas

Refere-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

16.5 Arrendamentos e Aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) a Companhia e suas controladas efetuaram o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

Ativo	Controladora					AVP	Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Pagamentos	Transferências			
Edifícios	2.510	5.226	(2.994)	2.994			7.736
Veículos	1.587		(1.701)	1.701			1.587
Total Circulante	4.097	5.226	(4.695)	4.695			9.323
Edifícios	13.000	16.543	(2.994)	8.362			34.911
Veículos	2.619		(2.701)	476			1.394
Total Não circulante	15.619	16.543	(4.695)	8.838			36.305
	19.716	21.769	(4.695)	8.838			45.628
Ativo	Consolidado					AVP	Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Pagamentos	Transfe- rências	Baixas		
Terrenos	3.850	3.699	(6.660)	7.539	(120)		7.949
Edifícios	15.056	6.651	(19.528)	17.124	35		320
Equipamentos de informática	39		(83)	40			
Veículos	3.017		(3.218)	3.177	(70)		126
Total Circulante	21.962	10.350	(29.489)	27.880	39	(944)	87
Terrenos	27.700	36.306	(7.539)	6.844	(2.196)		(922)
Edifícios	63.044	4.077	(17.716)	8.242	(982)		709
Equipamentos de informática	40		(40)				
Veículos	4.921		(3.177)	888	(65)		211
Total Não circulante	95.705	40.383	(28.472)	15.974	(3.243)		(2)
	117.667	50.733	(29.489)	(592)	16.013	(4.187)	85

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

Ano	Controladora
-----	--------------

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.5 Coligada Porto do Pecém
Com a conclusão do processo de alienação de 80% da coligada em 22 de dezembro de 2023, o montante de R\$461.631 foi registrado na rubrica de Perda na alienação de investimentos, e o ativo deixou de integrar o ativo mantido para venda e consequentemente o Consolidado da Companhia.
O valor total da transação foi de R\$461.631 após ajuste de preço referente à variações da Dívida Líquida e de Capital de Giro. Ainda existe a possibilidade de adicional no preço de alienação com premissas e definições em cenários que, por se tratarem de condições futuras de natureza incerta e que não estão sob o controle da Companhia, consequentemente não contemplam a perda, conforme definições do CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.
Assim sendo, com a conclusão em dezembro de 2023 da alienação e consequente perda de controle, de acordo com o CPC 36, a EDP - Energias do Brasil:
(i) desreconheceu os ativos e passivos da coligada do balanço patrimonial consolidado; e (ii) procedeu à remensuração da participação restante de 20%, tendo por base o valor da transação, sendo esta participação considerada para o Grupo EDP - Energias do Brasil como uma participação minoritária com influência significativa.

19 Investimentos e Provisão para passivo a descoberto
Nas demonstrações contábeis intermediárias da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa, são avaliadas por equivalência patrimonial.

- Controladas**
Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia está exposta ou tem direito de determinar as políticas financeiras e operacionais para obter retornos variáveis decorrentes de suas atividades.
- Coligadas e Controladas em conjunto**
Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.
Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.
Os investimentos do Grupo EDP - Energias do Brasil em coligadas e *joint ventures* incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.
A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação em Outros resultados abrangentes é reconhecida diretamente contra o Patrimônio líquido da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controladas em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.
Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo EDP - Energias do Brasil e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo EDP - Energias do Brasil. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo EDP - Energias do Brasil.
- Combinação de negócios**
Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. No momento da aquisição a companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores à valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do período. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

19.1 Movimentação dos Investimentos e da Provisão para passivo a descoberto

	Controladora									
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas / Amortizações	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Outros resultados abrangentes	Outras	Transfêrência (Nota 18)	Saldo em 31/12/2024	% Participação direta 31/12/2024 31/12/2023
Investimentos										
EDP São Paulo	1.105.036			691.580	(766.900)	34.295		1.064.011	100,00	100,00
EDP Espírito Santo	1.644.383			598.885	(579.767)	21.369		1.684.870	100,00	100,00
Lajeado	240.801			160.210	(162.549)	(26)		238.436	55,86	55,86
Lajeado (Mais Valia)	83.245			(2.661)			(1.587)	78.997	55,86	55,86
Mata Grande Transmissora (Nota 18.1)	-	9.306		(390)				(8.916)	-	100,00
EDP Transmissão Aliança (Nota 18.4)	494.478			74.894	(34.117)			(535.255)	-	90,00
EDP Transmissão SP-MG (Nota 18.2)	-			3.468				(3.468)	-	100,00
EDP Transmissão Norte 2	4.573	101.600		35.512	(8.101)			133.584	100,00	100,00
Enerpeixe	395.453			(14.332)				381.121	60,00	60,00
EDP Trading	498.845	93.000		195.378	(51.184)			736.039	100,00	100,00
EDP Smart Energia	67.801			21.114	(5.980)			82.935	100,00	100,00
CEJA	444.615			91.959	(63.602)			472.972	50,00	50,00
CEJA (Mais Valia)	141.178			(6.724)				134.454	50,00	50,00
Cachoeira Caldeirão	277.841			2.308				280.149	50,00	50,00
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia)	1.305			(53)				1.252	50,00	50,00
Porto do Pecém (Nota 18.5)	113.201			52.611	(40.643)			125.169	20,00	20,00

19.2 Participação direta dos investimentos

Companhia	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia			
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
	Ordinárias / Quotas	Prefe- renciais	Ordinárias / Quotas	Prefe- renciais	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante
EDP São Paulo	39.091.735		39.091.735		100,00	100,00	100,00	100,00
EDP Espírito Santo	5.876		5.876		100,00	100,00	100,00	100,00
Lajeado	113.690		113.690		55,86	100,00	55,86	100,00
CEJA	12.897		12.897		50,00	50,00	50,00	50,00
Enerpeixe	499.951		499.951		60,00	60,00	60,00	60,00
Cachoeira Caldeirão	364.000		364.000		50,00	50,00	50,00	50,00
EDP Trading	32.606		32.606		100,00	100,00	100,00	100,00
EDP Smart Energia	54.704		54.704		100,00	100,00	100,00	100,00
EDP Smart Serviços	10		10		100,00	100,00	100,00	100,00
Porto do Pecém (**)	500	100	500	100	20,00	20,00	20,00	20,00
São Manoel	803.341		803.341		33,33	33,33	33,33	33,33
Mabe	283.076		283.076		50,00	50,00	50,00	50,00
Resende	21.651		21.573		100,00	100,00	100,00	100,00
EDP Transmissão Aliança (****)	148.051		148.051		90,00	90,00	90,00	90,00
EDP Transmissão SP-MG (****)							100,00	100,00
EDP Transmissão Norte 2	1		1				100,00	100,00
EDP Transmissão Nordeste (Nota 1.3)							100,00	100,00
EDP Transmissão Norte Nordeste 2	1						100,00	100,00
Celesc (*)	5.141	6.391	5.141	6.391	29,90	33,11		29,90
EDP Ventures (****)			6.501			100,00		
Mata Grande Transmissora (***)			8.830					100,00
Santa Leopoldina	10		10		100,00	100,00	100,00	100,00

(*) Os montantes patrimoniais referem-se às informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2024 e os resultados são informações contábeis de 31 de outubro de 2024 e informações contábeis intermediária do 3º trimestre de 2023 respectivamente.
(**) Os montantes patrimoniais e os resultados referem-se às informações contábeis intermediárias de 30 de novembro de 2024 e os resultados de 2023 são da demonstração financeira de 2023 respectivamente.
(***) Em 20 de fevereiro de 2024 e 07 de junho de 2024, a Companhia alienou as controladas EDP Transmissão SP-MG e Mata Grande Transmissora respectivamente e, consequentemente, a partir destas datas as mesmas não são mais consolidadas.
(****) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia classificou como ativo mantido para venda a controlada EDP Transmissão Aliança, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada.
(*****) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia alienou a controlada EDP Ventures e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada.

19.3 Reconciliação das informações financeiras dos Investimentos
Segue abaixo a reconciliação dos principais saldos de investimento:

	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo		Lajeado		Enerpeixe		EDP Smart Serviços		EDP Trading		São Manoel		Celesc	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido - Saldo inicial	1.105.036	982.597	1.644.383	1.369.219	703.904	691.049	659.089	654.492	636.359	305.210	498.845	389.018	1.738.541	1.767.342	2.932.567	2.827.295
Aumento de Capital																
Distribuição de dividendos aos acionistas	(766.900)	(322.060)	(579.767)	(114.246)	(309.844)	(301.174)	(4.619)	9.216	(27.048)	(23.371)	(153.418)	(76.691)			(182.987)	(206.627)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	691.580	478.302	598.885	376.627	307.332	314.001	(23.887)	9.216			195.378	148.960	2.063	(28.801)	555.812	542.602
Outros resultados abrangentes	34.295	(33.803)	21.369	12.783	(43)	28			111	770						
Reversão de dividendos											102.234	37.558				
Patrimônio líquido - Saldo final	1.064.011	1.105.036	1.684.870	1.644.383	701.349	703.904	635.202	659.089	1.300.622	636.359	736.039	498.845	1.740.604	1.738.541	3.305.392	3.173.270
Percentual de participação societária - %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	55,86%	55,86%	60,00%	60,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	33,334%	33,334%	29,90%	29,90%
Participação nos investimentos	1.064.011	1.105.036	1.684.870	1.644.383	391.790	393.218	381.121	395.453	1.300.622	636.359	736.039	498.845	580.213	579.525	988.199	948.699
Partes Beneficiárias					(252.150)	(252.150)										
Benefício Fiscal					56.244	56.244										
Resultados Acumulados					42.552	43.489										
Saldo contábil do investimento na Controladora	1.064.011	1.105.036	1.684.870	1.644.383	238.436	240.801	381.121	395.453	1.300.622	636.359	736.039	498.845	580.213	579.525	988.199	948.699
Participação dos não controladores					462.913	463.103	254.081	263.636					1.160.391	1.159.016	2.317.193	2.224.571

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21 Ativo financeiro indenizável

	Consolidado							
	Valor líquido em 31/12/2023	Transferência dos ativos da concessão	Transferência dos intangíveis	Valor justo	Baixas	Valor líquido em 31/12/2024		
Ativo financeiro indenizável	7.320.523	1.067.578	7.550	356.010	(35.581)	8.716.080		
Total	7.320.523	1.067.578	7.550	356.010	(35.581)	8.716.080		
Circulante						4.958.147		
Não circulante	7.320.523					3.757.933		

As controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada quatro anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR, conforme estabelecido no contrato de concessão.

O método do VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessários para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. A aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da empresa ou de Orçamento Referencial.

O Banco de Preços Referenciais representa os custos médios regatários, por agrupamento, de componentes menores e custos adicionais, conforme definido no Anexo V dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, submódulo 2.3.

O Banco de Preços da empresa é definido como o banco formado com base em informações da própria empresa, podendo ser aplicado unicamente para os equipamentos principais ou também para os componentes menores e custos adicionais.

O Orçamento Referencial representa o valor de um bem ou suas partes constituintes por meio da comparação de dados de mercado relativos a outros de características similares, aplicado exclusivamente sobre Edificações, obras civis e benfeitorias.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 1.003/22; e (ii) por adições e baixas de itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.

Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Nesse sentido, a avaliação é validada mediante fiscalização da ANEEL e ocorre a partir de inspeções em campo da infraestrutura da concessão, seguindo metodologia e critérios de avaliação de bens, considerados elegíveis, das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, com o objetivo restabelecer o nível eficiente dos custos operacionais e da base de remuneração regulatória das concessionárias.

21.1 Valor justo

O montante de R\$356.010 na rubrica de valor justo, refere-se ao efeito inflacionário do exercício. A taxa IPCA acumulada em 2024 é de 4,89%, enquanto em 2023 foi de 4,40%.

21.2 Curto prazo - Ativo financeiro indenizável

A controlada EDP Espírito Santo transferiu para o curto prazo o saldo total do ativo financeiro indenizável devido ao prazo da concessão (nota 4.2.1).

22 Ativos da concessão

	Consolidado							
	Valor líquido em 31/12/2023	Transfe-rência para o Ativo financeiro indenizável	Adições (Nota 35)	Reajuste e Revisão tarifária (Nota 22.2.1)	Remu-nera-ção	Juros Capita-lizados	Margem de Cons-trução	Valor líquido em 31/12/2024
Distribuição (Nota 22.1)	1.022.187	(379.960)	(1.067.578)	1.483.244		16.495		1.068.879
Transmissão (Nota 22.2)	5.160.555		595.868	167.804	662.152 (673.784)	54.833	(2.521.250)	3.561.081
	6.182.742 (379.960)	(1.067.578)	2.079.112	167.804	662.152 (673.784)	16.495	54.833 (2.521.250)	4.629.960
Circulante	497.570							974.217
Não circulante	5.685.172							3.655.743

22.1 Distribuição

Referem-se ao direito contratual das concessionárias de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e na Deliberação CVM nº 101/22, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nos Ativos da concessão, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. A taxa média mensal aplicada no exercício para determinar o montante dos encargos financeiros passíveis de capitalização foi de 1,085% para a controlada EDP São Paulo e 0,851% para a controlada EDP Espírito Santo, que representam a taxa efetiva do empréstimo conforme regras previstas do PRORET submódulo 2.4 e Resolução Normativa ANEEL nº 897/20.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho exigida pelo CPC 47, sendo os referidos ativos bifurcados como Ativo financeiro indenizável (Nota 21) ou como Intangível (Nota 25), conforme a forma de remuneração.

22.1.1 Adições

A distribuição nos montantes de investimentos das distribuidoras estão destacadas a seguir:

	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo
Instalação de sistemas de medição, expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes	63,40%	31,00%
Melhoria da rede, substituição de equipamentos e de medidores, tanto obsoletos quanto depreciados, além do recondutoramento de redes em final de vida útil	17,40%	24,00%
Telecomunicações, informática e outras atividades, tais como infraestrutura e projetos comerciais	8,20%	8,50%
Combate a perdas	11,00%	36,50%
	100,00%	100,00%

22.2 Transmissão

Os ativos da concessão de transmissão da controlada EDP Goiás estão relacionados aos contratos de concessão de serviço público e são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Para as demais transmissoras do Grupo EDP - Energias do Brasil os ativos contratuais incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, as transmissoras reconhecem receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcional ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque as transmissoras ainda detêm obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas apresentadas na nota 34.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

22.2.1 Reajuste e Revisão tarifária

Conforme mencionado na nota 4.15, foi homologado o reajuste e revisão tarifária das controladas de transmissão.

22.2.2 Transmissão - Outros

O montante de R\$114.903 refere-se: (i) R\$86.971 a receita com O&M; e (ii) R\$27.932 referente a PIS/COFINS

23 Propriedades para investimentos

O montante em 31 de dezembro de 2023 refere-se, substancialmente, à controlada indireta EDP Goiás adquirida em 2022, atinente aos Imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., repassados a esta controlada indireta, com anuência da CELGPAP, de acordo com o CPC 28 - Propriedade para Investimento, de operações realizadas anteriormente a aquisição da controlada pela Companhia.

24 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil dos bens, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão/autorização, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de concessão/autorização.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados às usinas hidrelétricas passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

24.1 Composição do Imobilizado

		31/12/2024					31/12/2023				
		Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		
Imobilizado em serviço											
Administração											
Terrenos			11.813		11.813						
Edificações, obras civis e benfeitorias		9,00	25.160	(9.122)	16.038	7,58	24.797	(7.178)	17.619		
Máquinas e equipamentos		12,00	29.549	(25.364)	4.185	14,91	28.469	(23.976)	4.493		
Veículos		14,00	1.245	(1.160)	85	14,29	1.245	(1.099)	146		
Móveis e utensílios		6,00	7.474	(3.500)	3.974	6,25	7.474	(3.074)	4.400		
Total do Imobilizado em serviço			75.241	(39.146)	36.095		61.985	(35.327)	26.658		
Ativos de direito de uso		24.1.1									
Edificações, obras civis e benfeitorias		8,00	38.391	(4.920)	33.471	9,10	16.622	(2.872)	13.750		
Veículos		20,00	6.089	(3.738)	2.351	19,54	6.089	(2.521)	3.568		
Total Ativos de direito de uso			44.480	(8.658)	35.822		22.711	(5.393)	17.318		
Imobilizado em curso											
Administração			7.248		7.248		19.690		19.690		
Total do Imobilizado em curso			7.248	-	7.248		19.690	-	19.690		
Total Imobilizado			126.969	(47.804)	79.165		104.386	(40.720)	63.666		
			Consolidado								
			31/12/2024			31/12/2023					
			Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Impairment (Nota 24.1.2)	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço											
Geração											
Terrenos			168.805			168.805		168.805			168.805
Reservatórios, barragens e adutoras		1,77	1.765.660		(699.326)	1.066.334	1,77	1.765.590	(663.093)	1.102.497	
Edificações, obras civis e benfeitorias		1,86	706.059		(303.164)	402.895	2,72	678.889	(287.508)	391.381	
Máquinas e equipamentos		2,25	1.739.389	(28.892)	(725.648)	984.849	14,12	1.252.263	(699.572)	552.691	
Veículos		13,62	2.960		(2.176)	784	24,35	2.882	(2.652)	230	
Móveis e utensílios		5,59	5.358		(3.065)	2.293	5,70	5.107	(2.811)	2.296	
			4.388.231	(28.892)	(1.733.379)	2.625.960		3.873.536	(1.655.636)	2.217.900	
Sistema de Transmissão de Conexão											
Edificações, obras civis e benfeitorias		3,38	2.993		(1.725)	1.268	3,14	2.993	(1.623)	1.370	
Máquinas e equipamentos		3,03	171.454		(96.935)	74.519	3,41	172.381	(92.288)	80.093	
			174.447	-	(98.660)	75.787		175.374	(93.911)	81.463	
Administração											
Terrenos			11.813			11.813					
Edificações, obras civis e benfeitorias		9,39	37.452		(12.047)	25.405	9,39	28.104	(7.521)	20.583	
Máquinas e equipamentos		10,25	255.331		(81.095)	174.236	10,25	196.449	(52.422)	144.027	
Veículos		9,71	4.073		(3.246)	827	9,71	5.563	(4.164)	1.399	
Móveis e utensílios		6,17	11.062		(5.613)	5.449	6,17	11.979	(5.081)	6.898	
			319.731	-	(102.001)	217.730		242.095	(69.188)	172.907	
Atividades não vinculadas à concessão											
Terrenos			85			85		85			85
Edificações, obras civis e benfeitorias		7,50	61.069		(22.858)	38.211	9,70	58.621	(18.943)	39.678	
			61.154		(22.858)	38.296		58.706	(18.943)	39.763	
Total do Imobilizado em serviço			4.943.563	(28.892)	(1.956.898)	2.957.773		4.349.711	(1.837.678)	2.512.033	
Ativos de direito de uso		24.1.1									
Terrenos		2,97	71.099		(6.079)	65.020	6,31	34.087	(4.572)	29.515	
Edificações, obras civis e benfeitorias		9,44	96.380		(39.094)	57.286	10,92	95.386	(35.492)	59.894	
Equipamentos de informática		5,50	291		(16)	275	5,50	291	(16)	275	
Veículos		14,06	16.872		(12.503)	4.369	28,49	16.818	(10.182)	6.636	
Total Ativos de direito de uso			184.642	-	(57.692)	126.950		146.582	(50.262)	96.320	
Imobilizado em curso											
Geração			65.803			65.803		58.662			58.662
Transmissão			11			11					
Administração			28.470			28.470		38.099			38.099
Ativos destinados a arrendamentos operacionais											
Terrenos			903			903		903			903
Máquinas e equipamentos			269.798			269.798		511.128			511.128
Outros			7.746			7.746		9.629			9.629
Total do Imobilizado em curso			372.731	-	-	372.731		618.421	-	-	618.421
Total Imobilizado			5.500.936	(28.892)	(2.014.590)	3.457.454		5.114.714	(1.887.940)	3.226.774	

24.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) (Nota 16.5). Os principais ativos reconhecidos possuem as seguintes características:

- **Terrenos:** refere-se, substancialmente, a terrenos destinados a projetos de construção de usinas com contratos de arrendamento operacional.
- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) às sedes das empresas pertencentes ao Grupo EDP - Energias do Brasil; e (ii) às lojas de atendimento presencial aos consumidores localizadas nos municípios onde as distribuidoras possuem suas concessões.
- **Equipamentos de informática:** Refere-se ao contrato de aluguel de *notebooks* e *desktops* utilizados pelos colaboradores, incluindo sua manutenção.
- **Veículos:** Refere-se, substancialmente, ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

24.1.2 Impairment

O montante refere-se ao *impairment* reconhecido na controlada EDP Smart Serviços e na controlada indireta EDP Smart Soluções.

24.2 Movimentação do Imobilizado

	Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depre- ciação	Baixas 24.2.2	Reclas- sificação	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em serviço							
Terrenos			19.343			(7.530)	11.813
Edificações, obras civis e benfeitorias	17.619		363	(1.944)			16.038
Máquinas e equipamentos	4.493		1.080	(1.388)			4.185
Veículos	146			(61)			85
Móveis e utensílios	4.400			(426)			3.974
Total do Imobilizado em serviço	26.658	-	20.786	(3.819)	-	(7.530)	36.095
Ativos de direito de uso							
Edificações, obras civis e benfeitorias	13.750	21.769		(2.048)			33.471
Veículos	3.568			(1.217)			2.351
Total Ativos de direito de uso	17.318	21.769	-	(3.265)	-	-	35.822
Imobilizado em curso							
Terrenos		1.495	(19.343)			17.848	
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.412	517	(363)			(11.045)	521
Máquinas e equipamentos	8.278	2.843	(1.080)		(3.539)	225	6.727
Total do Imobilizado em curso	19.690	4.855	(20.786)	-	(3.539)	7.028	7.248
Total do Imobilizado	63.666	26.624	-	(7.084)	(3.539)	(502)	79.165

Consolidado									
	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos (Nota 24.2.1)	em serviço e ativos de concessão	Depre-ciação (Nota 24.2.2)	Baixas (Nota 24.2.2)	Ativo Mantido para Venda (Nota 18)	Impairment (Nota 24.2.3)	Reclas-sificação	Valor líquido em 31/12/2024

Imobilizado em serviço

Terrenos

Reservatórios, barragens e adutoras

Edificações, obras civis e benfeitorias

Máquinas e equipamentos

Veículos

Móveis e utensílios

Total do Imobilizado em serviço

Ativos de direito de uso

Terrenos

Edificações, obras civis e benfeitorias

Equipamentos de informática

Veículos

Total Ativos de direito de uso

Imobilizado em curso

Terrenos

Edificações, obras civis e benfeitorias

Máquinas e equipamentos

Adiantamento a fornecedores

A ratear

Outros

Ativos destinados a arrendamentos operacionais

Terrenos

Edificações, obras civis e benfeitorias

Máquinas e equipamentos

Outros

Adiantamento a fornecedores

Total do Imobilizado em curso

Total do Imobilizado

24.2.1 Ingressos

O valor de ingressos no Consolidado refere-se, substancialmente, as máquinas e equipamentos: (i) na controlada EDP Smart Serviços devido aos gastos com retrofit e manutenções de usinas; e (ii) na controlada indireta EDP Smart SPE V decorrente do avanço das obras das usinas adquiridas da Empresa, além da finalização das obras ao longo do exercício.

24.2.2 Baixas

O valor de baixas no Consolidado refere-se à transferência de usina compartilhada: da controlada EDP Smart Serviços para a controlada indireta EDP Smart SPE 11.

24.2.3 Impairment

O montante é referente a reversão de parte do valor do *impairment* da controlada indireta EDP Smart Soluções (nota 3.7).

25 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

As servidões permanentes estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, com exceção da coligada Porto do Pecém, que amortiza suas servidões permanentes pelo prazo de autorização.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

25.1 Composição do Intangível

	31/12/2024					31/12/2023				
	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido		
Intangível em serviço										
Administração										
Software	20,00	82.448	(43.635)	38.813	20,00	49.351	(34.846)	14.505		
Total do Intangível em serviço		82.448	(43.635)	38.813		49.351	(34.846)	14.505		
Intangível em curso										
Administração		28.065		28.065		49.707		49.707		
Total do Intangível em curso		28.065	-	28.065		49.707	-	49.707		
Total do Intangível		110.513	(43.635)	66.878		99.058	(34.846)	64.212		
Consolidado										
	31/12/2024				31/12/2023					
	Taxa anual média de	Custo	Amortização	Valor líquido	Taxa anual média de	Custo	Amortização	Valor líquido		
	Nota	amortização %	Impairment	acumulada	amortização %	Impairment	acumulada			
Intangível em serviço										
Distribuição										
Direito de concessão - Infraestrutura	25.1.1	4,67	5.466.265	(4.293.997)	1.172.268	4,65	5.254.429	(3.965.106)	1.289.323	
Direito de concessão - Outros	25.1.3	3,82	38.143	(32.676)	5.467	3,82	38.143	(31.219)	6.924	
			5.504.408	-	(4.326.673)		5.292.572	-	(3.996.325)	1.296.247
Geração e Transmissão										
Software		17,77	3.407	(2.273)	1.134	22,63	2.005	(1.441)	564	
Servidão permanente		38,23	248	(4.435)	248	38,23	1.224	(517)	707	
Direito de concessão - Licenças ambientais		14,23	78.606	(44.354)	34.252	15,81	58.990	(36.679)	22.311	
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	25.1.2	3,77	241.526	(121.045)	120.481	3,27	241.526	(111.928)	129.598	
Direito de concessão - Outros	25.1.3	4,04	1.362.555	(734.387)	628.168	3,64	1.512.230	(793.123)	719.107	
			1.686.342	-	(902.059)		1.815.975	-	(943.688)	872.287
Sistema de Transmissão de Conexão										
Servidão permanente		21	-	-	21	21	-	-	21	
			21	-	21		21	-	21	
Administração										
Software		14,30	162.177	(82.485)	79.692	14,87	119.871	(57.071)	62.800	
Outros		3,31	26.183	(4.435)	21.748	3,31	26.183	(3.161)	23.022	
			188.360	(86.920)	101.440		146.054	(60.232)	85.822	
Transmissão										
Software		20,00	2.931	(1.307)	1.624	20,00	2.316	(942)	1.374	
Direito de concessão - Outros	25.1.3	4,20	1.117.714	(151.858)	965.856	4,20	1.117.714	(99.415)	1.018.299	
			1.120.645	-	(153.165)		1.120.030	-	(100.357)	1.019.673
Total do Intangível em serviço			8.499.776	-	(5.468.817)		8.374.652	-	(5.100.602)	3.274.050
Intangível em curso										
Geração			19.638		19.638		17.787		17.787	
Administração			87.174		87.174		86.232		86.232	
Total do Intangível em curso			106.812	-	-		104.019	-	-	104.019
Atividades não vinculadas à concessão										
Ágio na incorporação de sociedade controladora	25.1.4	4,09	940.511	(803.029)	137.482	4,23	940.511	(768.329)	172.182	
(-) Provisão para manutenção de dividendos	25.1.4	4,09	(940.511)	803.029	(137.482)	4,23	(940.511)	768.329	(172.182)	
			-	-	-		-	-	-	
Goodwill	25.1.5									
Blue Sol					-	22.477	(22.477)		-	
EDP Smart Soluções		31.804	(31.804)		-				-	
EDP Smart SPE		6.148			6.148	6.148			6.148	
			37.952	(31.804)	-		28.625	(22.477)	-	
			6.148	(5.468.817)	6.148		28.625	(22.477)	6.148	
Total do Intangível			8.644.540	(31.804)	(5.468.817)		8.507.296	(5.100.602)	3.384.217	

25.1.2 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado às UHEs das companhias Investco e Enerpeixe. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização será até o término do contrato de concessão das companhias.



NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.1.3 Direito de concessão - Outros				Consolidado											
				31/12/2024											
				Custo	Amortização	Total	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos (Nota 25.2.1)	Transfe-rência para intangível em serviço	Transfe-rências dos ativos da concessão	Amor-tização	Transferência do Ativo Mantido para Venda (Nota 18)	Reclas-sificação	Baixas (Nota 25.2.2)	Valor líquido em 31/12/2024
Distribuição															
EDP São Paulo				38.143	(32.676)	5.467									
				38.143	(32.676)	5.467									
Transmissão															
EDP Transmissão Litoral Sul				63.851	(6.650)	57.201									
EDP Goiás				1.053.863	(145.208)	908.655									
				1.117.714	(151.858)	965.856									
Geração															
Lajeado				164.827	(122.681)	42.146									
Enerpeixe				3.837	(2.464)	1.373									
Investco				744.443	(509.591)	234.852									
				913.107	(634.736)	278.371									
Extensão de prazo - GSF															
Enerpeixe				216.841	(40.660)	176.181									
Lajeado				229.338	(58.123)	171.215									
Investco				3.269	(868)	2.401									
				449.448	(99.651)	349.797									
				2.518.412	(918.921)	1.599.491									
Total															

Intangível em serviço															
Software	64.738			41.353				(23.920)		279					82.450
Servidão permanente	728							(459)							269
Direito de concessão - Licenças ambientais	22.311	19.615						(7.674)							34.252
Direito de concessão - Infraestrutura	1.289.323							379.960	(470.746)				(7.549)	(18.720)	1.172.268
Direito de concessão - Uso do Bem Público	129.598								(9.117)						120.481
Direito de concessão - Outros	1.744.330								(113.789)				(31.050)		1.599.491
Outros intangíveis em serviço	23.022								(1.274)						21.748
Total do intangível em serviço	3.274.050	19.615	41.353	379.960	(626.979)					279	(38.599)	(18.720)			3.030.959
Intangível em curso															
Desenvolvimento de projetos		2.602													2.602
Outros Intangíveis em curso	104.019	44.064	(41.353)							(1.132)	1.632	(3.020)			104.210
Total do Intangível em curso	104.019	46.666	(41.353)					-	-	(1.132)	1.632	(3.020)			106.812
Goodwill		6.148													6.148
Total do Intangível	3.384.217	66.281	-	379.960	(626.979)					(853)	(36.967)	(21.740)			3.143.919
25.2.1 Ingressos - Consolidado															
O total do ingresso de R\$66.281 refere-se, principalmente: (i) R\$13.973 da Companhia concernente à renovação de licenças de software e migração; (ii) R\$21.141 da controlada EDP Smart Serviços são gastos com o software de clientes, gestão de performance e relacionamento de parceiros técnicos e comerciais no segmento B2B; e (iii) R\$19.615 da controlada Lajeado trata-se do complemento da licenças ambientais.															
25.2.2 Baixas - Consolidado															

25.1.4 Ágio - Incorporação de Sociedade Controladora e Provisão para manutenção de dividendos
Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado nas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo e Lajeado, decorrente da aquisição de ações das mencionadas companhias, o qual foi contabilizado de acordo com as Instrução CVM nº 70/22 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva da expectativa de resultados futuros dentro do prazo de concessão das controladas. Consequentemente ao registro, foi reconhecido um crédito fiscal (Nota 10.2.1.4).
A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização e, consequentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros das controladas, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.
A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no Patrimônio líquido.

25.1.5 Goodwill
O *goodwill* é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores a determinação do *goodwill* inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida e o *goodwill* é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. O *goodwill* apurado sobre investimento adquirido com prazo indefinido, não deve ser amortizado, porém é objeto de análise de redução ao valor recuperável (Nota 3.7).

25.2 Movimentação do Intangível

Controladora							Valor líquido em 31/12/2024
Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortização	Baixas	Reclas-sificação		
Intangível em serviço							
<i>Software</i>	14.505	33.097	(8.789)				38.813
Total do intangível em serviço	14.505	-	33.097	(8.789)	-	-	38.813
Intangível em curso							
Outros Intangíveis em curso	49.707	13.973	(33.097)	(3.020)	502		28.065
Total do intangível em curso	49.707	13.973	(33.097)	-	(3.020)	502	28.065
Total do Intangível	64.212	13.973	-	(8.789)	(3.020)	502	66.878

27 Debêntures
27.1 Composição do saldo de Debêntures

											Consolidado								
											31/12/2024				31/12/2023				
											Encargos		Principal		Encargos		Principal		
Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Simpleff Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	190.000	1	190.000	7ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral		8.683	82.186		90.869	5.742	133.662	29.792	169.196
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(2.941)		15/08/2018 a 15/07/2025			Amortização mensal			(104)		(104)		(271)	(103)	(374)
Simpleff Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	300.000	1	300.000	8ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	106,90% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		-	12.720	300.000					312.720
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo						09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal					-		(55)		(55)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	500.000	1	500.000	10ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,26%	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		9.673	625.924		635.597	8.833	580.539		589.372
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(9.559)		12/02/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal			(963)		(963)		(2.883)		(2.883)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	400.000	1	400.000	11ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 15/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Principal no final do contrato e juros semestral		22.121	400.000		422.121	24.612	400.000		424.612
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		04/08/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal			(204)		(204)		(554)		(554)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	270.000	1	270.000	12ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral		3.286	90.000	180.000	273.286	3.089	270.000		273.089
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal			(203)	(144)	(347)		(570)		(570)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	500.000	1	500.000	13ª emissão em 19/02/2024	19/02/2024 a 19/02/2028	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 0,90% a.a.	Principal anual a partir de fevereiro/2027 e juros semestral		21.187		500.000	521.187				-
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(2.570)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal				(1.975)	(1.975)				-
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	1.200.000	1	800.000	14ª emissão 1ª Série em 19/08/2024	19/08/2024 a 28/08/2029	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 0,49% a.a.	Principal anual a partir de Agosto/2026 e juros semestral		28.541		800.000	828.541				-
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(6.487)		19/08/2024 a 28/08/2029			Amortização mensal				(5.429)	(5.429)				-
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	1.200.000	1	400.000	14ª emissão 2ª Série em 19/08/2024	19/08/2024 a 28/08/2031	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 0,56% a.a.	Principal anual a partir de Agosto/2026 e juros semestral		14.363		400.000	414.363				-
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(3.244)		19/08/2024 a 28/08/2031			Amortização mensal				(3.002)	(3.002)				-
Simpleff Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	260.000	1	260.000	9ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/08/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral		15.498	108.538		124.036	18.063	206.041	14.054	238.158
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo						15/12/2024 a 15/12/2036			Amortização mensal				(16.450)	(16.450)				-
Simpleff Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	200.000	1	200.000	10ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo média da dívida e capital de giro	106,60% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		-	4.700	200.000					204.700
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(3.948)		15/08/2018 a 15/08/2025			Amortização mensal			(138)		(138)		(734)	(138)	(872)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	500.000	1	500.000	14ª emissão em 15/12/2024	15/12/2024 a 15/12/2036	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	IPCA + 7,2843%	Principal anual a partir de Dezembro/2034 e juros semestral		408		502.698	503.106				-
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(853)		09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal					-		(44)		(44)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	700.000	1	700.000	11ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/01/2026	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,91%	Principal anual a partir de ajaneiro/2025 e juros semestral		16.214	443.559	425.258	885.031	14.622	817.617		832.239
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(4.001)		12/02/2021 a 15/01/2026			Amortização mensal			(339)	(27)	(366)		(991)		(991)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	350.000	1	350.000	12ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 20/07/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Amortizações anuais a partir de julho de 2024 e juros semestral		12.360	116.666	116.666	245.692	20.914	116.668	233.333	370.915
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.234)		04/08/2021 a 20/07/2026			Amortização mensal			(163)	(60)	(223)		(266)	(223)	(489)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	450.000	1	450.000	13ª emissão em 20/12/2021	20/12/2021 a 20/12/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,38% a.a.	Amortizações anuais a partir de dezembro de 2024 e juros semestral		918	150.000	150.000	300.918	1.330	150.000	300.000	451.330
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		20/12/2021 a 20/12/2026			Amortização mensal			(329)	(164)	(493)		(1.017)		(1.017)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	450.000	1	450.000	14ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral		5.477	150.000	300.000	455.477	5.149	450.000		455.149
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal			(305)	(232)	(537)		(917)		(917)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	600.000	1	600.000	15ª emissão em 15/09/2023	15/09/2023 a 25/09/2028	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Principal anual a partir de setembro/2026 e juros semestral		20.714		600.000	620.714	17.273	600.000		617.273
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.347)		15/09/2023 a 25/09/2028			Amortização mensal				(922)	(922)		(950)		(950)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	350.000	1	350.000	16ª emissão em 04/03/2024	04/03/2024 a 04/03/2028	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 0,89% a.a.	Principal anual a partir de março/2027 e juros semestral		12.950		350.000	362.950				-
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.459)		04/03/2024 a 04/03/2028			Amortização mensal				(1.092)	(1.092)				-
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	750.000	1	750.000	17ª emissão em 20/06/2024	20/06/2024 a 20/06/2028	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 0,68% a.a.	Principal anual a partir de junho/2027 e juros semestral		2.171		750.000	752.171				-
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo						20/06/2024 a 20/06/2028			Amortização mensal				(2.573)	(2.573)				-
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	800.000	1	800.000	18ª emissão em 15/12/2024	15/12/2024 a 15/12/2036	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	IPCA + 7,2843%	Principal anual a partir de Dezembro/2034 e juros semestral		619		804.320	804.939				-
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo						15/12/2024 a 15/12/2036			Amortização mensal				(25.927)	(25.927)				-
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 160/22	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,7608% a.a. a partir de 15/03/2016 (ii)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral		-	3.064	22.260					25.324
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal					-		(27)		(27)
Simpleff Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enerpeixe	Instrução CVM nº 160/22	255.000	1	255.000	3ª emissão em 23/11/2018	23/11/2018 a 23/11/2025	Refinanciamento do Funding de aquisição	112,48% do CDI a.a.	Principal em parcela única em novembro/2023 e juros semestral		-	3.278			255.000		258.278	
(-) Custos de emissão	Lajeado				(608)		21/06/2021 a 15/06/2027			Amortização mensal				(211)	(211)		(99)		(99)
Simpleff Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enerpeixe	Instrução CVM nº 160/22	275.000	1	275.000	4ª emissão em 30/03/2021	30/03/2021 a 20/03/2026	Capital de giro	CDI + 1,75% a.a.	Principal anual a partir de março/2025 e juros semestral		-	10.078			275.000		285.078	

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

												Consolidado							
												31/12/2024				31/12/2023			
												Encargos		Principal		Encargos		Principal	
Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
(-) Custos de emissão	Lajeado				(631)	05/05/2022 a 05/05/2025				Amortização mensal					-			(290)	(290)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enerpeixe	Instrução CVM nº 160/22	600.000	1	600.000	5ª emissão em 10/12/2024	10/12/2024 a 10/12/2029	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 0,89% a.a.	Principal anual a partir de dezembro/2026 e juros semestral		2.948		600.000	602.948				-
(-) Custos de emissão	Enerpeixe				(510)	23/11/2018 a 23/11/2025				Amortização mensal					-			(259)	(259)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 160/22	150.000	1	150.000	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 15/06/2027	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 0,90% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral				153.779	154.517	2.689	150.000		152.689
(-) Custos de emissão	Enerpeixe				(1.084)	30/03/2021 a 20/03/2026	Refinanciamento do Funding de aquisição			Amortização mensal					-			(408)	(408)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 160/22	200.000	1	200.000	6ª emissão em 05/05/2022	05/05/2022 a 05/05/2025	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,45% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral				-	1.749		200.000		201.749
(-) Custos de emissão	Enerpeixe					10/12/2024 a 10/12/2029				Amortização mensal				(3.178)	(3.178)				-
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP Transmissão Aliança	Instrução CVM nº 160/22	1.200.000	1	1.200.000	1ª emissão em 15/10/2018	15/10/2018 a 15/10/2028	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 21 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 6,7200% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2023 e juros semestral	a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e da Celesp proporcionais às suas participações acionárias; b. Depósitos caucionados.	-		24.492		67.938	1.462.569		1.554.999
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão Aliança				(56.660)	15/10/2018 a 15/10/2028				Amortização mensal					-		(6.706)	(14.256)	(20.962)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Goiás	Instrução CVM nº 160/22	366.666	1	366.666	1ª emissão em 22/12/2023	22/12/2023 a 22/12/2028	Os recursos obtidos pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para (i) investimentos em Capex e/ou (ii) refinanciamento e alongamento do prazo médio de seu passivo e/ou (iii) reforço de caixa e usos gerais corporativos	CDI + 1,20% a.a.	Principal e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	924	52.381	314.285	367.590	178	73.335	293.331	366.844
(-) Custos de emissão	EDP Goiás					22/12/2023 a 22/12/2028				Amortização mensal			(694)	(1.039)	(1.733)		(1.121)	(2.500)	(3.621)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Goiás	Instrução CVM nº 160/22	183.334	1	183.334	2ª emissão em 22/12/2023	22/12/2023 a 22/12/2030	Os recursos obtidos pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para (i) investimentos em Capex e/ou (ii) refinanciamento e alongamento do prazo médio de seu passivo e/ou (iii) reforço de caixa e usos gerais corporativos	CDI + 1,40% a.a.	Principal e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	468	16.667	166.667	183.802	90	26.190	157.144	183.424
(-) Custos de emissão	EDP Goiás					22/12/2023 a 22/12/2030				Amortização mensal			(270)	(677)	(947)				-
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Santa Leopoldina	Instrução CVM nº 160/22	700.000	1	700.000	1ª emissão em 19/01/2022	19/01/2022 a 17/01/2029	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELGT II (ii) capital de giro da Emissora	CDI + 1,40% a.a.	Juros Semestral e Principal anual à partir janeiro/2027	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	38.562		696.269	734.831	210.310	700.000		910.310
(-) Custos de emissão	Santa Leopoldina				(404)	19/01/2022 a 17/01/2029				Amortização mensal					-		(16)		(16)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Trading	Instrução CVM nº 160/22	575.000	1	575.000	1ª emissão em 15/02/2024	15/02/2024 a 15/02/2034	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	IPCA + 6,05% a.a.	Principal anual a partir de Fevereiro/2032 e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	13.467		528.380	541.847				-
(-) Custos de emissão	EDP Trading				(18.628)	15/02/2024 a 15/02/2034				Amortização mensal				(16.935)	(16.935)				-
Total geral												252.290	2.232.209	8.258.285	10.742.784	392.975	2.136.755	6.312.320	8.842.050

(i) Conforme cláusula 4.2.3.2. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,3% na taxa anual face um rebaixamento de pelo menos dois níveis no *rating* da emissora frente ao da data da emissão. Em 25 de fevereiro de 2016 o *rating* da EDP Espírito Santo foi rebaixado pela agência Moody's da nota "Aa1.br" em escala local e "Baa3" em escala global para a nota "Aa2.br" em escala local e "Ba2" em escala global.

(ii) Conforme cláusula 9.1. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,5% no *spread* anual face um rebaixamento de pelo menos dois níveis no *rating* da emissora frente ao da data da emissão. Em 25 de fevereiro de 2016 o *rating* da Companhia foi rebaixado pela agência Moody's da nota "Aa3.br" em escala local e "Ba2" em escala global para a nota "A2.br" em escala local e "Ba3" em escala global.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeira na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionado acima em 31 de dezembro de 2024 na Companhia é de R\$2.038.113 (R\$2.860.077 em 31 de dezembro de 2023) e no Consolidado R\$3.396.717 (R\$4.677.443 em 31 de dezembro de 2023).

27.2 Movimentação das debêntures

		Controladora									
		Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos	Juros provisionados	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2024				
Circulante											
Principal		22.260	(23.036)			776					
Juros		3.064	(4.554)	1.490			-				
Custo de transação		(27)			27		-				
		25.297	(27.590)	1.490	27	776	-				
Consolidado											
	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Paga- men- tos	Juros provisio- nados	Transfe- rências	Ajuste a valor de mercado	Passivo Mantido para Venda (Nota 18.2)	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Rene gociação (Nota 4.6)	Valor líquido em 31/12/2024
Circulante											
Principal	2.146.094		(1.816.687)		2.537.304	5.096	(728.427)		92.541		2.235.921
Juros	392.975		(1.076.006)	959.526			(24.205)				252.290
Custo de transação	(9.339)				(21.932)		6.838	20.156	565		(3.712)
	2.529.730	- (2.892.693)	959.526	2.515.372	5.096	(745.794)		20.156	93.106	-	2.484.499
Não circulante											
Principal	6.338.379	5.275.000			(2.537.304)	(46.604)	(798.242)		107.045	48	8.338.322
Custo de transação	(26.059)	(93.450)			21.932		17.540				(80.037)
	6.312.320	5.181.550	-	- (2.515.372)	(46.604)	(780.702)		-	107.045	48	8.258.285

27.3 Vencimento das parcelas

Vencimento 2025	Consolidado
	2.484.499
	2.484.499
Não circulante	
2026	1.852.053
2027	2.113.775
2028	1.726.440
2029	623.128
2030	99.762
2030 até 2034	1.843.127
	8.258.285
	10.742.784

As emissões realizadas pela Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto a totalidade das cláusulas pode ser consultada no prospecto ou na escritura da emissão:

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Lajeado, Enerpeixe, EDP Transmissão Aliança, EDP Trading, Santa Leopoldina e EDP Goiás encontram-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

EDP - Energias do Brasil

- Para a 4ª emissão:
- (i) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
- (ii) Descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
- (iii) Pedido de autoliquidação;
- (iv) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autoliquidação, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia ou pelas Controladas Relevantes - EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Enerpeixe, ou qualquer controlada cuja receita represente mais de 20% da receita consolidada da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
- (v) Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida Consolidada em relação ao EBITDA Consolidado nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano, não superior a 3,5;
- (vi) Protesto de título contra a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, cujo valor individual, ou agregado, ultrapasse R\$75.000, desde que não tenha sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário, que foi contestado de boa-fé e/ou não tenha sido sanado em 30 dias contados de sua intimação;
- (vii) Arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra constrição de bens e/ou direitos, ou vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas;
- (viii) Fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (a) divulgada pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado até a data da Escritura de Emissão; (b) por determinação legal ou regulatória; (c) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD especialmente convocada para tal finalidade, ressalvada a alienação de ativos ou projetos, individualmente considerados, desde que não tenha sido divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado e que tenham capacidade instalada individual, atual ou futura, de até 70MW, e de forma que afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Emissora.

Controladas

EDP São Paulo

(i) EDP São Paulo (9ª e 10ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado1, não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano;

(ii) EDP São Paulo (11ª emissão): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado(*), não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano, para os anos de 2021, 2022, 2023 e 2024; e não superior a 4,0 na data de apuração, de 2025 até o vencimento;

(iii) EDP São Paulo (12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª e 17ª emissões): Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustado/EBITDA ajustado, em 31 de dezembro de cada ano, e não superior a 4,0 na data de apuração;

(iv) EDP São Paulo (11ª emissão) celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$200.000;

(v) EDP São Paulo (18ª emissão) rescisão, caducidade ou encampamento do Contrato de Concessão; e

(vi) EDP São Paulo (18ª emissão) após 31 de agosto de 2031 (exclusive), caso a Emissora esteja cumprindo com o Índice Financeiro, com base no último acompanhamento anual do Agente Fiduciário, a Emissora poderá emitir novos contratos de mútuo na qualidade de mutuante, limitado ao valor agregado de até R\$800.000. Em caso de inadimplimento do Índice Financeiro, ficam vedadas: (i) novas concessões de mútuos que resultem em um valor individual ou agregado acima de R\$500.000; e (ii) caso o valor esteja acima de R\$500.000, ficam vedadas novas renovações de mútuos que resultem em valores superiores a R\$500.000.

EDP Espírito Santo

(i) EDP Espírito Santo (7ª e 8ª emissões): descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado(*) na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5;

(ii) EDP Espírito Santo (10ª, 11ª, 12ª e 13ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustada2/EBITDA ajustado1, não superior a 4,0 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano;

(iii) EDP Espírito Santo (10ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$200.000;

(iv) EDP Espírito Santo (12ª emissão): A Companhia deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento delas ("Resgate Antecipado Obrigatório"), caso o Poder Concedente não tenha se manifestado formalmente sobre a prorrogação do Contrato de Concessão da Emissora até 17 de outubro de 2024 (inclusive) ("Não Renovação da Concessão"), sendo certo que o prazo máximo para realização do Resgate Antecipado Obrigatório será até 17 de janeiro de 2025; e

(v) EDP Espírito Santo (15ª emissão): celebração de contratos de mútuo pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas nos termos previstos na Cláusula 9.5.1 (iii) abaixo, com quaisquer sociedades, nacionais ou estrangeiras, integrantes do seu grupo econômico (intercompany loans), em valor individual ou agregado superior a (x) até 31 de dezembro de 2025 (inclusive), R\$100.000; (y) entre 31 de dezembro de 2025 (exclusive) até 31 de dezembro de 2026 (inclusive), R\$200.000; (w) entre 31 de dezembro de 2026 (exclusive) até 31 de agosto de 2031 (inclusive), R\$500.000; e (z) após 31 de agosto de 2031 (exclusive), caso a Emissora esteja cumprindo com o Índice Financeiro, com base no último acompanhamento anual do Agente Fiduciário, a Emissora poderá emitir novos contratos de mútuo na qualidade de mutuante, limitado ao valor agregado de até R\$800.000. Em caso de inadimplimento do Índice Financeiro, ficam vedadas: (i) novas concessões de mútuos que resultem em um valor individual ou agregado acima de R\$500.000; e (ii) caso o valor esteja acima de R\$500.000, ficam vedadas novas renovações de mútuos que resultem em valores superiores a R\$500.000.

- Específicas para a 14ª emissão:
- (i) rescisão, caducidade ou encampamento do Contrato de Concessão;
- A Emissora estará dispensada de realizar o Resgate Antecipado Obrigatório caso, até 17 de abril de 2025, seja obtida a aprovação societária da companhia ("EDP Brasil", "Garantia Corporativa" e "Constituição Garantia Corporativa", respectivamente) para outorga da garantia fidejussória corporativa a fim de garantir as obrigações das Debêntures e tal aprovação societária tenha sido arquivada perante a JUCEES. Em 16 de julho de 2025, as Partes deverão celebrar um aditamento à presente Escritura de Emissão para a Constituição Garantia Corporativa, nos termos do Anexo I ("Constituição Garantia"). Tal aditamento à Escritura de Emissão deverá ser arquivado na JUCEES, nos termos da Cláusula 2.4 acima, e no cartório de registro de títulos e documentos competente, devendo ser realizado o registro no cartório pela Emissora, às suas expensas, nos termos do artigo 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, no prazo de 30 dias úteis contados da respectiva data de assinatura. Caso após a aprovação da Garantia Corporativa e até 16 de julho de 2025, a Concessão seja formalmente prorrogada, com vencimento posterior à Data de Vencimento da Emissão, ou seja formalmente estabelecida uma nova concessão para os mesmos fins da Concessão anterior, com vencimento posterior à Data de Vencimento da Emissão, a obrigação de constituir a Garantia Corporativa e, portanto, de celebrar o aditamento à Escritura de Emissão, deixará de ter qualquer validade e eficácia.
- O Resgate Antecipado Obrigatório será realizado nos termos da Cláusula 5.1.1 acima, observadas as mesmas formalidades descritas nas Cláusulas 5.1.2 e 5.1.3 também acima. Na hipótese de Resgate Antecipado Obrigatório, a Emissora não pagará qualquer prêmio de resgate aos Debenturistas. Caso, após a Constituição Garantia Corporativa, a Concessão seja formalmente prorrogada, com vencimento posterior à Data de Vencimento da Emissão ou seja formalmente estabelecida uma nova concessão para os mesmos fins da Concessão anterior, com vencimento posterior à Data de Vencimento da Emissão ("Condição Resolutiva da Garantia Corporativa"), a Garantia Corporativa será automaticamente extinta e resolvida, nos termos do artigo 474 do Código Civil, de modo que a companhia será automática e integralmente exonerada de suas obrigações enquanto garantidora da presente Emissão, na data da concretização da Condição Resolutiva da Garantia Corporativa, devendo referida exoneração ser refletida nos documentos da Emissão mediante a celebração de aditamento à presente Escritura de Emissão, nos termos do Anexo II ("Liberação da Garantia Corporativa"). Não será admitido o Resgate Antecipado Obrigatório parcial das Debêntures. Caso após 17 de janeiro de 2025 (inclusive), a Emissora já tenha realizado a Comunicação de Resgate, mas antes da data de realização do Resgate Antecipado Obrigatório, a Condição Resolutiva da Garantia Corporativa ocorra, a Emissora poderá cancelar o Resgate Antecipado Obrigatório.
- (ii) Não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida/EBITDA Ajustado menor ou igual a (a) 4,0, até o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2029 (inclusive); e (b) 4,25, a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2030 (inclusive) ("Índice Financeiro"), a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas memórias de cálculo que serão disponibilizadas pela Emissora, sendo que o primeiro acompanhamento anual pelo Agente Fiduciário ocorrerá com relação às demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, observado, para fins de cálculo do Índice Financeiro os conceitos abaixo.
- Caso a Emissora realize novas emissões de dívida ou contraia qualquer outro tipo de endividamento que contenha restrição de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado menor ou igual a (a) 4,0, até o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2029 (inclusive); e (b) 4,25, a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2030 (inclusive), o Índice Financeiro a ser observado nesta Emissão passa a ser, a partir da data de celebração ou contratação do instrumento de dívida, automaticamente considerado como menor ou igual ao menor dos Índices Financeiros que a Emissora disponha nos demais instrumentos de dívida, devendo a Emissora notificar, em até 30 dias contados da celebração do instrumento de dívida, o Agente Fiduciário sempre que celebrar os demais instrumentos de dívida cujo Índice Financeiro seja menor do que os indicados acima, conforme aplicável. "Dívida Líquida" significa a dívida financeira total (incluindo mútuos), subtraídas as disponibilidades em caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, desde que classificados no ativo de curto prazo nas demonstrações financeiras; e "EBITDA Ajustado" é o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos de CVA - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - Sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais, apurados nas demonstrações financeiras.

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

(i) EDP São Paulo (12ª e 13ª emissões) e EDP Espírito Santo (11ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$100.000;

(ii) EDP São Paulo (14ª emissão) e EDP Espírito Santo (12ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a (a) até 31 de dezembro de 2025 (inclusive), R\$100.000 e (b) após 31 de dezembro de 2025 (exclusive), R\$200.000 (duzentos milhões de reais);

(iii) EDP São Paulo (14ª, 16ª e 17ª emissões) e EDP Espírito Santo (12ª e 13ª emissões): não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida/EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros) ("Índice Financeiro"), a ser acompanhado em 31 de dezembro de cada ano;

(iv) EDP São Paulo (16ª e 17ª emissão) e EDP Espírito Santo (13ª emissão): celebração de contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas nos termos previstos na Cláusula 6.6. abaixo, com quaisquer sociedades, nacionais ou estrangeiras, integrantes do seu grupo econômico (intercompany loans), em valor individual ou agregado superior a (x) até 31 de dezembro de 2025 (inclusive), R\$100.000; (y) entre 31 de dezembro de 2025 (exclusive) até 31 de dezembro de 2026 (inclusive), R\$200.000; e (z) após 31 de dezembro de 2026 (exclusive), R\$500.000; e

(v) EDP São Paulo (18ª emissão) e EDP Espírito Santo (14ª e 15ª emissões): não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida/EBITDA Ajustado menor ou igual a (a) 4,0 (quatro inteiros), até o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2029 (inclusive); e (b) 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos), a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2030 (inclusive) ("Índice Financeiro"), a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas memórias de cálculo que serão disponibilizadas pela Emissora, sendo que o primeiro acompanhamento anual pelo Agente Fiduciário ocorrerá com relação às demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, observado, para fins de cálculo do Índice Financeiro os conceitos abaixo. Caso a Emissora realize novas emissões de dívida ou contraia qualquer outro tipo de endividamento que contenha restrição de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado menor ou igual a (a) 4,0 (quatro inteiros), até o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2029 (inclusive); e (b) 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos), a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2030 (inclusive), o Índice Financeiro a ser observado nesta Emissão passa a ser, a partir da data de celebração ou contratação do instrumento de dívida, automaticamente considerado como menor ou igual ao menor dos Índices Financeiros que a Emissora disponha nos demais instrumentos de dívida, devendo a Emissora notificar, em até 30 (trinta) dias contados da celebração do instrumento de dívida, o Agente Fiduciário sempre que celebrar os demais instrumentos de dívida cujo Índice Financeiro seja menor do que os indicados acima, conforme aplicável.

Enerpeixe

(i) Enerpeixe (3ª e 4ª emissões): não observância, pela Emissora, do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes, a ser apurado anualmente, em 31 de dezembro de cada ano;

(ii) Enerpeixe (4ª emissão): redução de capital social da controlada para valor inferior a R\$50.000 até 2022, para valor inferior a R\$30.000 a partir de 2023 e para valor inferior a R\$10.000 a partir de 2025, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas;

(iii) Enerpeixe (4ª emiss

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Após a liberação da Fiança, não observância, pela Emissora, do Índice Financeiro menor ou igual a 4,50x, a ser apurado pela Emissora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro do ano correspondente ao ano da liberação da Fiança;

(ii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da companhia e/ou, enquanto a Fiança estiver em vigor, da Garantidora de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) para a Emissora, R\$120.000, ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Garantidora, R\$200.000.

(iii) enquanto a Fiança estiver em vigor, término antecipado da concessão de qualquer Controlada da Garantidora pelo Poder Concedente, em relação ao qual não caiba mais qualquer recurso administrativo ou judicial, que implique, em todos os casos aqui previstos, no término definitivo da concessão de qualquer Controlada da Garantidora, que individualmente ou em conjunto, representem mais de 30% da receita líquida consolidada da Garantidora no último exercício social e desde que cause um Efeito Adverso Relevante na Garantidora;

(iv) se a Garantidora, enquanto a Fiança estiver em vigor, deixar de ser titular, direta ou indiretamente, de cumulativamente (a) no mínimo, 50% mais 1 ação do capital votante da companhia; e (b) participação societária que lhe assegure o direito de eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou diretoria da companhia ("Alteração de Controle"), exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, (A) em primeira convocação, no mínimo, 50% mais 1 das Debêntures em Circulação; e (B) em segunda convocação, (a) no mínimo, 50%, mais 1 das Debêntures em Circulação; ou (b) no mínimo, 50% mais 1 das Debêntures em Circulação presentes na Assembleia Geral de Debenturistas desde que estejam presentes, no mínimo, 30% das Debêntures em Circulação, sendo o item (b) aplicável exclusivamente no caso em que as Debêntures em Circulação sejam detidas por, no mínimo, 250 Debenturistas (CPF's ou CNPJ's distintos);

EDP Trading

(i) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da companhia e/ou da Garantidora de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) R\$200.000 para a Garantidora; e (b) R\$95.000 para a Emissora, ou seu equivalente em outras moedas.

(ii) concessão de mútuos pela Emissora aos seus acionistas diretos e indiretos, ou a quaisquer terceiros, exceto para suas controladas, ou se aprovado pelos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação.

(iii) redução de capital social da companhia para valor de capital social inferior a R\$10.000, exceto na ocorrência de quaisquer das seguintes situações:

(a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação; ou

(b) para a absorção de prejuízos.

(iv) protesto de títulos contra a companhia e/ou contra a Garantidora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a (a) para a Garantidora, R\$200.000, ou seu equivalente e desde que em outras moedas; e (b) para a Emissora, R\$95.000, exceto se, no prazo de 10 dias contados da data de

o conhecimento de tal protesto pela companhia e/ou pela Garantidora, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível.

(v) inadimplimento, pela companhia e/ou pela Garantidora, de sentença judicial, transitada em julgado e/ou decisão arbitral final não sujeita a recurso contra a companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) R\$200.000 para a Garantidora; e (b) R\$95.000 para a Emissora, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, pela companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão arbitra.

(vi) não observância, pela Garantidora, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Financeira Líquida Consolidada/EBITDA Garantidora indicado abaixo ("Índice Financeiro"), a ser apurado pela Garantidora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Garantidora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 dias úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.2 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras da Garantidora, sendo que:

Dívida Financeira Líquida Consolidada: significa a soma de empréstimos e financiamentos de curto prazo, duplicatas descontadas, debêntures de curto prazo, empréstimos e financiamentos de longo prazo, debêntures de longo prazo, menos o resultado da soma de disponibilidades em caixa, títulos e valores mobiliários e saldos de aplicações financeiras da Garantidora, inclusive vinculadas, classificadas no curto e longo prazo com base nas Demonstrações Financeiras da Garantidora;

EBITDA Garantidora: significa o lucro ou prejuízo líquido, acrescido da contribuição social ou imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, depreciação e amortização da Garantidora em bases consolidadas, relativo aos 12 meses imediatamente anteriores.

Índice Financeiro Periódico:

Menor ou igual a 3,50x: No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024;

Menor ou igual a 4,00x: Do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2027;

Menor ou igual a 4,25x: Do exercício social findo em 31 de dezembro de 2028 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2030; e

Menor ou igual a 4,50x: Do exercício social findo em 31 de dezembro de 2031 em diante.

(vii) inadimplimento, pela companhia e/ou pela Garantidora, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros, exceto pela presente Escritura de Emissão (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior (a) para a Garantidora ao montante total de R\$200.000 ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Emissora no montante total de R\$95.000.

1 O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

2 A Dívida Líquida ajustada não considera em seu cálculo as operações de múltiplos com partes relacionadas.

28 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
28.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

											Controladora e Consolidado									
											31/12/2024				31/12/2023					
											Encargos		Principal		Encargos		Principal			
Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional																				
BNDES - FINEM/ N° 14.2.1238.1	EDP São Paulo	296.785	28/12/2014	253.733	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(iii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais.	a. Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil.					-	59	11.353		11.412	
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		28/12/2014	(1.134)	28/12/2014 a 16/12/2024				Amortização mensal do custo de transação						-		(3)			(3)
Notas Promissórias (5ª Emissão)	EDP São Paulo	300.000	19/07/2019	300.000	19/07/2019 a 17/07/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	106,58% do CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato						-	128.087	300.000		428.087	
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		19/07/2019	(507)	19/07/2019 a 17/07/2024				Amortização mensal do custo de transação						-		(58)			(58)
BNDES - FINEM/ N° 17.2.0295.1	EDP São Paulo	399.733	05/09/2017	158.600	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b) Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor do saldo devedor; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	1.093		31.930	33.023	2.114	42.954	27.851	72.919		
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		05/09/2017	(3.498)	05/09/2017 a 15/06/2025				Amortização mensal do custo de transação			(33)			(33)		(144)	(31)	(175)	
BNDES - FINEM/ N° 14.2.1237.1	EDP Espírito Santo	270.924	28/12/2014	249.593	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(iii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais.	a.Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil				-	29	11.382		11.411		
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		28/12/2014	(1.390)	28/12/2014 a 16/12/2024				Amortização mensal do custo de transação						-		(2)		(2)	
BNDES - FINEM/N° 17.2.0296.1	EDP Espírito Santo	354.078	05/09/2017	174.093	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b) Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor da prestação vincenda do mês subsequente; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	1.142		34.156	35.298	2.838	41.361	34.871	79.070		
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		05/09/2017	(2.676)	05/09/2017 a 15/06/2025				Amortização mensal do custo de transação			(27)			(27)		(113)	(28)	(141)	
Ações recebíveis cumulativa (v)	Investco					Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"			Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão		6.565	21.243	41.315	69.123	7.224	22.428	38.009	67.661		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	200.000	05/04/2021	200.000	05/04/2021 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,24% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	-		23.207			200.000		223.207		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	100.000	09/09/2021	100.000	09/09/2021 a 09/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 0,99% a.a.	Principal à partir setembro/2022 em parcelas semestrais e juros parcelas semestrais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	-		5.802			50.000		55.802		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	250.000	12/11/2021	250.000	12/11/2021 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,165% a.a. até 12/11/2023 e CDI + 1,25% a.a. à partir 13/11/2023	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	-		4.147			250.000		254.147		
BNDES/N° 21.2.0390.1	EDP Trading	250.000	30/11/2021	75.000	30/11/2021 a 15/12/2035	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Da EDP -Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5 de 2021 até 2024, 4,00 de 2025-2027, 4,25 de 2028-2030, 4,50 de 2031- 2025, apurado anualmente em Dezembro.	IPCA + 5,927366% a.a.	Juros no período de carência trimestral até 08/2022 , após segue mensal. Principal e juros mensais a partir de 09/2022	a.Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	516		18.834	186.757	206.107	263	11.068	61.521	72.852	
(-) Custo de transação	EDP Trading	2.611	30/11/2021	2.611	30/11/2021 a 15/12/2035				Amortização mensal do custo de transação			(771)	(3.702)	(4.473)			(378)	(2.031)	(2.409)	
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	25.000	09/11/2023	25.000	09/11/2023 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,25% a.a.	Principal e juros no final	Aditivo à Opr. nº 2435 - Fiança Corporativa da EDP Energias	-		439			25.000		25.439		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP - Energias do Brasil	600.000	27/10/2023	600.000	27/10/2023 a 28/02/2024	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5, apurado anualmente	CDI + 1,25% a.a	Principal e juros no final		-		13.090			600.000		613.090		
CCB BRASIL -511600554	EDP Goiás	53.581	26/09/2018	53.387	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	197		4.853	23.458	28.508	304	5.664	27.386	33.354	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(547)	26/09/2018	(547)	26/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação			(46)	(223)	(269)			(48)	(271)	(319)	



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publlegal.diariodenoticias.com.br/>

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

											Controladora e Consolidado									
											31/12/2024					31/12/2023				
											Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias										
Moeda nacional																				
CCB BRASIL - 511600555	EDP Goiás	9.132	26/09/2018	7.414	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	26		411	1.987	2.424	18		411	2.398	2.827
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(125)	26/09/2018	(125)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(7)	(34)	(41)			(7)	(41)	(48)
CCB BRASIL - 511600556	EDP Goiás	6.260	26/09/2018	4.521	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	39		674	3.257	3.970			674	3.931	4.635
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(85)	26/09/2018	(85)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(10)	(50)	(60)			(10)	(61)	(71)
CCB BRASIL - 511600557	EDP Goiás	8.309	26/09/2018	7.923	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	38		720	3.481	4.239	28		720	4.202	4.950
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(113)	26/09/2018	(113)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(9)	(46)	(55)			(9)	(55)	(64)
CCB BRASIL - 511600561	EDP Goiás	8.508	28/09/2018	8.038	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	42		730	3.532	4.304	32		731	4.263	5.026
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(116)	28/09/2018	(116)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(10)	(47)	(57)			(10)	(56)	(66)
CCB BRASIL - 511600669	EDP Goiás	13.383	28/03/2019	13.207	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	34		571	3.047	3.652	26		571	3.618	4.215
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(183)	28/03/2019	(183)	28/03/2019 a 01/04/2031				Amortização mensal do custo de transação				(7)	(39)	(46)			(7)	(46)	(53)
CCB BRASIL - 511600670	EDP Goiás	6.406	28/03/2019	6.284	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	72		1.202	6.403	7.677	54		1.201	7.604	8.859
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(87)	28/03/2019	(87)	28/03/2019 a 01/04/2031				Amortização mensal do custo de transação				(15)	(81)	(96)			(15)	(96)	(111)
CCB BRASIL - 511600682	EDP Goiás	7.004	09/04/2019	6.968	09/04/2019 a 01/05/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,454%	Juros trimestrais até maio/2020 a partir de junho/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	38		633	3.431	4.102	28		633	4.065	4.726
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(96)	09/04/2019	(96)	09/04/2019 a 01/05/2031				Amortização mensal do custo de transação				(8)	(39)	(47)			(7)	(46)	(53)
CCB BRASIL - 511600785	EDP Goiás	11.992	27/06/2019	10.282	27/06/2019 a 01/07/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,356%	Juros trimestrais até set/2020 a partir de out/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	57		958	5.350	6.365	42		948	6.248	7.238
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(164)	27/06/2019	(164)	27/06/2019 a 01/07/2031				Amortização mensal do custo de transação				(13)	(79)	(92)			(12)	(92)	(104)
Empréstimos diversos		16.501	a partir de 01/03/2022	16.401	01/03/2022 a 31/05/2027	Capital de Giro		de 31,21% a.a. até 18,86% a.a. e CDI + 10,95% a.a. até CDI + 7,00% a.a.	Principal e juros mensais	Direito Creditórios e conta vinculada					-			13.917		13.917
Total moeda nacional											9.859	21.243	94.716	277.678	403.496	187.861	22.428	1.567.765	223.113	2.001.167
Moeda estrangeira																				
4131 Itaú - SWAP	Santa Leopoldina	64.941 USD	01/02/2022	64.941 USD	01/02/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora			Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	a. Aval EDP - Energias do Brasil e b. Cessão Fiduciária do Swap	-		16.756					311.920		328.676
4131 Scotiabank - SWAP	Santa Leopoldina	172.413 USD	08/12/2023	172.413 USD	08/12/2023 a 08/12/2025	Refinanciamento do Funding de aquisição			Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	Fiança Corporativa da EDP Energias	4.090		1.060.321		1.064.411	3.053			834.707	837.760
4131 Itaú - SWAP	EDP Espírito Santo	83.318 USD	18/07/2023	83.318 USD	18/07/2023 a 07/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida				Juros semestral e Principal parcela única no final		12.475		516.853		529.328	12.473		405.738	418.211
4131 Scotiabank - SWAP	EDP Espírito Santo	60.815 USD	30/08/2023	60.815 USD	30/08/2023 a 14/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida				Juros semestral e Principal parcela única no final		16.149		377.309		393.458	6.984		297.557	304.541
4131 Scotiabank - SWAP	EDP Espírito Santo	61.287 USD	29/11/2023	61.287 USD	29/11/2023 a 29/11/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida				Juros semestral e Principal parcela única no final					-		1.646		296.709	298.355
Total moeda estrangeira											32.714	-	1.954.483	-	1.987.197	40.912	-	608.629	1.538.002	2.187.543
Total geral											42.573	21.243	2.049.199	277.678	2.390.693	228.773	22.428	2.176.394	1.761.115	4.188.710

Para melhor apresentação, os saldos de derivativos estão demonstrados na nota 39.1.3.

(i) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

(ii) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais" e com outras rubricas não operacionais que tenham efeito no caixa.

(iii) Equivalerá ao resultado da interpolação linear das taxas internas de retorno observadas no mercado secundário das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), aplicável ao prazo médio de amortização de cada parcela dos Subcréditos B e D.

(iv) Os subcréditos A, C, E e F possuem juros e amortizações mensais, e os subcréditos B e D possuem juros e amortizações anuais.

(v) Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela controlada Indireta Investco no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º do estatuto social da Investco, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$107.933 (R\$105.629 em 31 de dezembro de 2023) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações. Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o Item 19 do CPC 39.

A Administração da Companhia e de suas controladas faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de empréstimos e financiamentos.

As operações de empréstimos em moeda estrangeira foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e a forma de realização é marcação a mercado.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, mencionado acima, em 31 de dezembro de 2024 na Companhia é de R\$1.404.081 (R\$2.048.525 em 31 de dezembro de 2023) e no Consolidado R\$1.404.080 (R\$3.255.376 em 31 de dezembro de 2023).

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos											
Controladora											
Valor líquido em											
31/12/2023											
Ingressos											
Pagamentos											
Juros											
provisionados											
Valor líquido em											
31/12/2024											
Circulante											
Principal											
Juros											
600.000											
3.250											
(603.250)											
13.090											
(24.781)											
11.691											
613.090											
3.250											
(628.031)											
11.691											
Consolidado											
Transferência											
para Passivo											
Mantido para											
Venda											
(Nota 18)											
Valor líquido em											
31/12/2024											
Circulante											
Principal											
Juros											
Custo de											
Transação											
2.177.217											
99.487											
(2.334.989)											
1.932.263											
571											
2.050.155											
228.773											
(415.370)											
226.253											
3.019											
(774)											
945											
191.896											
(15.121)											
2.091.772											
2.405.167											
99.054											
(2.750.359)											
226.253											
1.934.508											
-											
(571)											
945											
191.896											
(15.121)											
2.091.772											
Não circulante											
Principal											
Juros											
Custo de											
Transação											
1.763.969											
181.825											
(1.932.263)											
3.306											
(805)											
311.695											
(45.709)											
282.018											
22.428											
(3.019)											
1.834											
(805)											
-											
311.695											
(44.548)											
298.921											
28.3 Vencimento das parcelas											
Consolidado											
Nacional											
Estrangeira											
Total											
Vencimento											
Circulante											
2025											
1.168.985											
922.787											
2.091.772											
1.168.985											
922.787											
2.091.772											
Não circulante											
2026											
2027											
2028											
2029											
2030 até 2034											
2035 até 2037											
Total											
18.735											
31.545											
31.394											
31.263											
112.537											
73.447											
298.921											
-											
298.921											
1.467.906											
922.787											
2.390.699											

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

29.2.2 Movimentação dos passivos atuariais	EDP - Energias do Brasil	Investco	EDP Espírito Santo		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor presente das obrigações do plano	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido
		(1.287)	(605.944)		(605.944)
Saldos em 31 de dezembro de 2023					
Assunção de passivo atuarial	(11.460)				
Custo do serviço corrente	(40)	(51)	(536)		(536)
Custo dos juros	(1.218)	(124)	(54.549)		(54.549)
Rendimento esperado dos ativos	56				
Custo do serviço passado			10.086		10.086
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no Patrimônio Líquido	1.856	(91)	31.179		31.179
Contribuições pagas pela controladas		14		55.246	55.246
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(10.806)	(1.539)	(619.764)	55.246	(564.518)

Na avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2024, a EDP Espírito Santo apresentou um ganho atuarial de R\$31.179, principalmente em razão do aumento na taxa de desconto devido as condições atuais de mercado, além do aumento dos custos médicos. Por outro lado, na Investco, foi registrada uma perda atuarial de R\$91 na mesma data, atribuída, principalmente, ao aumento nos custos médicos. Para estes planos, acumulado desde o início da obrigação, o saldo de perda atuarial líquido de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2024 na EDP Espírito Santo é de R\$233.184 (R\$254.553 em 31 de dezembro de 2023) e na Investco de R\$623 (R\$683 em 31 de dezembro de 2023). As contribuições da EDP Espírito Santo e Investco esperadas neste plano para os próximos 12 meses é de R\$39.948 e R\$79, respectivamente.

29.2.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	EDP - Energias do Brasil	EDP Espírito Santo		Investco	
	Assistência médica e Seguro de vida	Assistência médica e Seguro de vida	AIA	Assistência médica	
Circulante					
2025		813	39.948	228	79
		813	39.948	228	79
Não circulante					
2026		881	42.120		93
2027		951	44.557		128
2028		1.031	47.151		147
2029		1.113	49.491		168
2030 a 2034		6.852	276.210		1.092
		10.828	459.529	-	1.628
		11.641	499.477	228	1.707
Total					

29.2.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	EDP - Energias do Brasil		EDP Espírito Santo		Investco	
	Nota	2024	2024	2023	2024	2023
Custo do serviço						
Custo do serviço corrente			40	536	1.305	51
Custo dos juros	36	1.218	54.549	53.986	124	118
Custo do serviço passado			(56)	(10.086)		
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado		1.202	44.999	55.291	175	167
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido			239	38.617	(1.047)	264
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência			(2.095)	(69.796)	30.646	(173)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras						(77)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes			(1.856)	(31.179)	29.599	91
Total			(654)	13.820	84.890	266

29.2.5 Participantes	EDP - Energias do Brasil		EDP Espírito Santo		Investco	
	Assistência Médica	Assistência Médica	2024	2023	Assistência Médica	Assistência Médica
Participantes ativos						
Participantes assistidos						
Aposentados e pensionistas						
Total						

	EDP Espírito Santo		Outros benefícios a aposentados	
	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados
Participantes ativos	2024	2023	2024	2023
Participantes assistidos	4	4	48	60
Aposentados e pensionistas			44	55
Total	4	4	2.594	2.667
			1.360	1.342
			1.404	1.397
				51
				99
				965

29.2.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

Análise de sensibilidade	EDP - Energias do Brasil		EDP Espírito Santo		Investco	
	Assistência Médica	Seguro de Vida	Assistência Médica	Outros benefícios a aposentados	Seguro de Vida	Assistência Médica
Pressupostos Centrais	11	1	471	5	81	2
Taxa de desconto						
Aumento em 0,5%	10	2	459	5	77	1
Redução em 0,5%	11	1	498	5	84	2
Mortalidade						
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	11	1	456	5	81	2

29.2.7 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

	EDP - Energias do Brasil		EDP Espírito Santo		Investco	
	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados	Seguro de Vida	Assistência Médica
Taxa de desconto - nominal	n/a	11,22% a.a.	11,20% a.a.	11,20% a.a.		
Crescimentos salariais futuros	n/a	n/a	n/a	n/a		
Crescimento dos planos de benefícios	n/a	n/a	3,50% a.a.	3,50% a.a.		
Inflação médica de longo prazo	n/a	9,71% a.a. em 2024, reduzindo linearmente para 5,57% a.a. até 2033	n/a	n/a		
Inflação	n/a	3,50% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.		
Fator de envelhecimento	n/a	3,50% a.a.	n/a	n/a		
Demográficas						
Tábua de mortalidade	n/a	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational		
Tábua de mortalidade de inválidos	n/a	RP 2000 Disabled Wyatt 85 Class 1	RP 2000 Disabled Wyatt 85 Class 1	RP 2000 Disabled Wyatt 85 Class 1		
Tábua de entrada em invalidez	n/a					

	EDP Espírito Santo		EDP Espírito Santo		Investco	
	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados	Seguro de Vida	Assistência Médica
Taxa de desconto - nominal	8,41% a.a.	11,07% a.a.	11,07% a.a.	11,20% a.a.		
Crescimentos salariais futuros	4,3% a.a.	n/a	n/a	n/a		
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	n/a	3,5% a.a.	3,5% a.a.		
Inflação médica de longo prazo	n/a	9,71% a.a. em 2024, reduzindo linearmente para 5,57% a.a. até 2033; Custos de farmácia e odontológicos: 3,5% a.a.	n/a	n/a		
Inflação	3,5% a.a.	3,50% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.		
Fator de envelhecimento	n/a	Custos médicos: 3,5% a.a.	n/a	n/a		
Custos de farmácia e odontológicos: n/a.						
Demográficas						
Tábua de mortalidade	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional		
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled		
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1		

	EDP Espírito Santo		EDP Espírito Santo		Investco	
	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados	Seguro de Vida	Assistência Médica
Taxa de desconto - nominal	10,48% a.a.	9,5% a.a.	9,5% a.a.	9,54% a.a.		
Crescimentos salariais futuros	4,3% a.a.	n/a	n/a	n/a		
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	n/a	3,5% a.a.	3,5% a.a.		
Inflação médica de longo prazo	n/a	9,71% a.a. em 2023, reduzindo linearmente para 5,57% a.a. até 2032; Custos de farmácia e odontológicos: 3,5% a.a.	n/a	n/a		
Inflação	3,5% a.a.	3,50% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.		
Fator de envelhecimento	n/a	Custos médicos: 3,5% a.a.	n/a	n/a		
Custos de farmácia e odontológicos: n/a.						
Demográficas						
Tábua de mortalidade	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional		
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled		
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1		

	Investco		Investco	
	2024	2023	2024	2023
Taxa de desconto - nominal	11,07% a.a.	9,5% a.a.	11,07% a.a.	9,5% a.a.
Inflação médica de longo prazo	9,71% em 2024 decrescendo até 5,57% em 9 anos, em escala linear	9,710% em 2023 decrescendo até 5,570% em 9 anos, em escala linear	9,71% em 2024 decrescendo até 5,57% em 9 anos, em escala linear	9,71% em 2023 decrescendo até 5,57% em 9 anos, em escala linear
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled Wyatt 85 Class 1	RP 2000 Disabled Wyatt 85 Class 1	RP 2000 Disabled Wyatt 85 Class 1	RP 2000 Disabled Wyatt 85 Class 1
Tábua de entrada em invalidez				

30 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, referem-se a encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, como segue:

	Consolidado		Ativo mantido para venda	
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Monetária	Saldo em 31/12/2024
Pesquisa e desenvolvimento e Programa de eficiência energética (P&D e PEE)	44.428	117.609	640	42.383
Conta de desenvolvimento energético - CDE	32.295	2.001.099	(117.811)	29.351
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	4.212	38.987	(2.004.043)	6.449
Encargos tarifários (ECE/ EAEEE)	31.450		(36.750)	16.732
Bandeiras tarifárias (CCRB)		36	(14.718)	36
Outros encargos	1.739	21.814	(20.948)	2.522
Total	114.124	2.179.545	640	(1.160)
Circulante	110.435			96.081
Não circulante	3.689			1.392

31 Uso do Bem Público - UBP

O UBP corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados da controlada Enerpeixe e controlada indireta Investco calculados até o final dos contratos de concessão ou outro período pré-estabelecido, e reconhecidos a valor presente. O UBP será pago ao longo do período da concessão a partir da entrada em operação comercial ou da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, o que ocorrer primeiro, conforme previsto nos contratos de Concessão ou então, outro prazo quando indicado no contrato de Concessão para os empreendimentos em operação que tiveram a sua modalidade alterada para concessão onerosa.

Controladas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Consolidado			
			Usina	Valor anual da parcela	Taxa de Juros	Taxa de Desconto
Investco	68.907	70.890	UHE Luiz Eduardo Magalhães	1.045	IGP-M	6,00%
Enerpeixe	439.695	425.553	UHE Peixe Angical	6.800	IGP-M	6,00%
	508.602	496.443				
Circulante	46.422	44.135				
Não circulante	462.180	452.308				

O valor justo total das obrigações relacionadas com o UBP, foram registrados em contrapartida do Intangível (Nota 25.1.2) no reconhecimento inicial. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente. Segue abaixo movimentação do exercício:

Circulante	Saldo em 31/12/2024	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias		Saldo em 31/12/2024
			Pagamentos	Transferência	
Uso do Bem Público	44.135	(74)	(4.810)	(45.376)	52.547
	44.135	(74)	(4.810)	(45.376)	52.547
Não circulante					
Uso do Bem Público	452.308	10.954	51.465	(52.547)	462.180
	452.308	10.954	51.465	(52.547)	462.180

32 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	32.1	63.343	58.556	62.441
Licenças Ambientais	32.2			39.029
Contraprestação contingente	32.3	11.668		665.477
Total		75.011	58.556	64.851
			95.252	732.453
				697.136

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

32.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e depósitos vinculados a litígios

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos.

32.1.1 Risco de perda provável

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue.

	Controladora		Passivo		Ativo	
	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024	Depósito Judicial	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	7.193	2.596	(2.482)	2.446	7.240	907
Cíveis	32.1.1.1	50.344	12.685	(4.549)	(13.021)	9.191
Fiscais	32.1.1.2		12	(40)		54.650
Outros		1.019	1.581	(1.010)	(137)	1.453
Total Não circulante		58.556	16.874	(8.081)	(15.671)	11.665
						63.343
						7.045
						10.982

	Passivo		Transferência		Ativo	
	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Atualização monetária	para Ativo Mantido para Venda	Saldo em 31/12/2024	Depósito Judicial
Trabalhistas	150.849	28.905	(34.978)	(25.587)	31.379	257
Cíveis	32.1.1.1	380.228	103.108	(97.790)	41.751	150.825
Fiscais	32.1.1.2	111.795	6.212	(40.819)	17.784	383.295
Regulatórios	32.1.1.3	34.558	20.501		5.836	123.988
Outros		35.554	11.656	(8.215)	1.388	94.972
Total	712.984	170.382	(181.802)	(55.301)	98.138	60.895
Circulante						135
Não circulante						37.931
						62.441
						665.477
						249.431
						194.304

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ação judicial movida pela União Federal, objetivando a cobrança de COFINS (fevereiro de 2024) compensados em 2007 com crédito de IRPJ de março/2002, decorrentes da recomposição tarifária extraordinária (RTE), conforme orientações do parecer COSIT nº 26/02. Em razão do processo estar em fase mais avançada (STJ), com decisão desfavorável, foi provisionado o montante de R\$727 em 31 de dezembro de 2024. O processo aguarda decisão sobre a conversão do depósito em favor da União, para quitação dos débitos.

Mandado de Segurança em face da Receita Federal, objetivando o afastamento da base de cálculo da COFINS prevista pela Lei nº 9.718/98. Em 2009 foi feita adesão ao REFIS, para liquidação parcial dos débitos (1999), mantendo a discussão dos demais temas relativos aos períodos de 2000 e 2001, entretanto, a EDP São Paulo obteve decisão parcialmente favorável, restando devido o valor relativo a discussão da majoração da alíquota, o qual estava depositado judicialmente e foi convertido em renda em favor da União em 31 de dezembro de 2024 (R\$7.037 em 31 de dezembro de 2023). O processo aguarda levantamento do depósito remanescente em favor da EDP São Paulo para ser encerrado.

EDP Espírito Santo

• Ação judicial movida pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS dos períodos de 2002 e 2005, em razão do não processamento das retificações das declarações decorrentes da recomposição tarifária extraordinária, conforme orientações do parecer COSIT nº 26/02. Em razão do indeferimento da perícia nos autos, foi proferida decisão desfavorável no Tribunal Superior, encerrando a discussão judicial. Em 30 de junho de 2024 o valor foi quitado, através do levantamento do depósito judicial em favor da União Federal, (R\$29.831 em 31 de dezembro de 2023). O processo foi encerrado em junho de 2024.

• Processo judicial entre a Companhia e a Receita Federal, o qual discute a homologação parcial de crédito de FINSOCIAL compensado com débitos de COFINS de 2001. Em razão de decisão desfavorável no Superior Tribunal de Justiça, foi provisionado o montante de R\$59.044, atualizado até 31 de dezembro de 2024 (R\$57.441 em 31 de dezembro de 2023). A EDP Espírito Santo permanece apresentando os recursos cabíveis e aguarda julgamento.

• Processo judicial em face do município de Serra, que discute a incidência do ISSQN incidente sobre os serviços de fornecimento de energia elétrica do período de 2008 a 2012. Em razão das decisões desfavoráveis no Superior Tribunal de Justiça, foi provisionado o montante de R\$7.044 atualizado até 31 de dezembro de 2024. A EDP Espírito Santo permanece apresentando os recursos cabíveis e aguarda julgamento.

Adicionalmente, o saldo apresentado R\$75.218 (R\$69.807 em 31 de dezembro de 2023), referente a execução Fiscal que visa a cobrança de débitos de COFINS referente aos meses de março a outubro de 2001, que foram compensados com crédito advindo do recolhimento indevido de FINSOCIAL. Após decisão nos autos de Agravo de Instrumento da Fazenda Nacional, foi determinada a liquidação da Carta de Fiança Bancária apresentada nos autos da Execução, resultando no depósito judicial.

32.1.1.3 Regulatórios

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

Referem-se a autos de infração editados pela ANEEL ou outros órgãos reguladores que encontram-se em fase de recurso pelas controladas de distribuição.

EDP São Paulo

• O Auto de Infração nº 15/2022 refere-se uma fiscalização dos indicadores qualidade do fornecimento do ano de 2021 no montante de R\$18.112. Após recurso da Companhia, a penalidade foi reduzida para R\$13.438 mediante à aplicação de 25% de atenuante em função da melhora dos indicadores em comparação com o período de agosto de 2022.

A ANEEL através do Ofício 186/2024 fez a reavaliação do atenuante de redução e julgou a majoração da penalidade para R\$17.917. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$17.917 (R\$13.438 em 31 de dezembro de 2023). A controlada EDP São Paulo encaminhou nova Manifestação à ANEEL, contudo a Diretoria negou provimento, motivo pelo qual o processo foi encaminhado para tratativas no âmbito judicial.

• Após o evento climático severo ocorrido no dia 03 de novembro de 2023 no Estado de São Paulo, as Agências Reguladoras ARSESP e ANEEL iniciaram a fiscalização para apurar o desempenho das distribuidoras de energia elétrica frente as Ocorrências Emergenciais. O processo de fiscalização nº 48500.000647/2024 resultou no Auto de Infração 0019/2024-SFE, registrando a Não Conformidade em decorrência da duração excessiva das interrupções ocorridas na área de concessão da Companhia no ano de 2022 e 2023 e a inadequada performance do tempo médio de atendimento a ocorrências emergenciais nos anos de 2019 a 2023. A fiscalização aplicou uma penalidade de multa no montante de R\$16.021. A controlada EDP São Paulo encaminhou o recurso administrativo para avaliação, contudo a Diretoria da ANEEL negou provimento, motivo pelo qual o processo foi encaminhado para tratativas no âmbito judicial, aguarda decisão final da Diretoria da ANEEL.

32.1.1.4 Outros

EDP São Paulo

Em 31 de dezembro de 2024, o valor total é de R\$4.004 (R\$4.515 em 31 de dezembro de 2023). A provisão foi constituída de acordo com o Termo de Restituição, no qual atribuiu responsabilidade à EDP São Paulo em favor da Enxeprev, em caso de desembolso relacionado ao processo judicial nº 0021584-06.2024.4.03.6100 em nome Fundação CESP em face da União Federal, no qual discute as regras de imunidade e isenção quanto ao recolhimento de contribuições sociais do período de 1995 a 1999, o mesmo foi parcialmente classificado com perda provável pelos patronos da ação. A reversão de parte do valor se deu em razão da liberação da garantia nos autos do processo judicial.

32.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	Controladora			Consolidado		
		Ativo			Ativo		
		Saldo em	Depósito Judicial		Saldo em	Depósito Judicial	
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	32.1.2.1	5.364	3.258	132	324	101.202	107.054
Cíveis	32.1.2.2	659.775	193.622	780	1.506	1.939.136	1.278.767
Fiscais	32.1.2.3	159.360	43.101	2.806	1.184	2.343.155	2.085.518
Regulatórios						12.298	12.298
Total		824.499	239.981	3.718	3.014	4.395.791	3.483.637
						100.239	181.180

O valor total referente às garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$782.000 em 31 de dezembro de 2024 (R\$691.437 em 31 de dezembro de 2023) e no Consolidado R\$782.000 (R\$797.639 em 31 de dezembro de 2023).

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

32.1.2.1 Trabalhistas

EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, EDP Goiás, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Smart Serviços

Referem-se a diversas ações que, de maneira geral, versam sobre horas extras, equiparação salarial, responsabilidade subsidiária/solidária envolvendo empresas prestadoras de serviços, indenização por danos morais/materiais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho, dentre outros.

32.1.2.2 Cíveis

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

• Processos nº 1109675-81.2014.8.26.0100 e 1078755-27.2014.8.26.0100 em trâmite na 20ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movido pela Montcalm Montagens Industriais S.A. contra as empresas MABE Construção e Administração de Projetos LTDA, Pecém Il Geração de Energia S.A, Enveva S.A. e EDP - Energias do Brasil, processo que discute suposto desequilíbrio contratual em subcontratação realizada pela MABE, para prestação de serviços de montagem de equipamento relacionadas à implantação da UTE Pecém II, empresa do grupo econômico da Enveva S.A. A Montcalm, alega que as empresas possuem responsabilidade subsidiária pelos inadimplimentos contratuais, em razão de suposta sucessão contratual e sucessão empresarial. Atualmente o processo encontra-se em fase pericial. O valor estimado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$356.274 (R\$85.770 em 31 de dezembro de 2023).

• Em decorrência da situação de escassez hídrica no Estado do Ceará, o Governo do Estado por meio do Decreto nº 32.044 de 16 de setembro de 2016, estabeleceu a cobrança do Encargo Hídrico Emergencial - EHE a ser incidido sobre as indústrias termoeletricas do Estado, cobrado mensalmente com base no consumo verificado no valor de R\$7.210,00 a cada 1.000 metros cúbicos.

Em 13 de outubro de 2016 a Porto do Pecém apresentou à ANEEL requerimento administrativo com o fim de obter, cautelarmente, a aplicação de novo valor de Custo Variável Unitário - CVU da energia gerada pela UTE Pecém I, face à cobrança do novo encargo, visto que afetaria a equação econômico-financeira dos CCEARs. A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.293 de 16 de dezembro de 2016, negou provimento ao requerimento.

Encontra-se em andamento a ação judicial promovida em face da ANEEL em 19 de dezembro de 2016, com vistas a ter garantido o equilíbrio econômico financeiro dos CCEARs, mediante repasse do EHE ao CVU. Em 31 de janeiro de 2017 foi indeferido o pedido de liminar. Em 3 de maio de 2017 a Porto do Pecém ingressou com um novo recurso requerendo nova apreciação onde foi proferida decisão deferindo a antecipação da tutela em favor da Porto do Pecém. Atualmente o processo aguarda a sentença. Mediante os fatos, a Porto do Pecém vem reconhecendo e repassando o custo integral do EHE no CVU impactando a receita líquida em contrapartida do contas a receber. Em 11 de agosto de 2017 foi promulgado pelo governo do estado de Ceará o decreto nº32.305/17 que prorrogou o encargo por prazo indeterminado.

Em 31 de dezembro de 2024 a ação possui o valor estimado total de R\$243.694 No decorrer de 2020 houve a revisão das premissas envolvendo o cálculo da contingência que, anteriormente, levavam em consideração a estimativa do valor a ser pago de EHE, segundo a média histórica, passando a ser considerado o risco efetivo da ação considerando o repasse da CVU. A coligada Porto do Pecém apresentou defesa e aguarda julgamento.

Investido

• Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 32.1.1.1 - Indenizações e Desapropriações, no montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$100.688 (R\$85.227 em 31 de dezembro de 2023).

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

• Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontrava-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas coletivas que discutem a questão da Parcela "A". Em 05 de abril de 2017, foi proferida sentença extinguindo o feito também em relação a ANEEL. Após julgamento que extinguiu o processo sem resolução do mérito, atualmente aguarda-se decisão do recurso da parte autora. A ação tramita apenas em face da ANEEL. O valor estimado em 31 de dezembro de 2024 da EDP Espírito Santo é de R\$178.886 (R\$151.283 em 31 de dezembro de 2023) e da EDP São Paulo é de R\$401.982 (R\$339.954 em 31 de dezembro de 2023).

• Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo Antônio Energia S.A. - SAESA contra ato da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma da obra. Em 26 de fevereiro de 2014 foi deferido em parte o pedido de antecipação de tutela, que gerou impactos às distribuidoras de energia. Em face da referida decisão, as controladas, por meio da ABRADEE, ajuizaram o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. O processo encerrado em 31 de março de 2024 na EDP Espírito Santo (R\$28.237 em 31 de dezembro de 2023) e na EDP São Paulo (R\$31.310 em 31 de dezembro de 2023). O caso foi arquivado definitivamente diante de decisão de Esfera Administrativa.

EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Lajeado, Investco e Enerpeixe

• Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As controladas e a ANEEL protocolaram junto ao STJ pedidos de Suspensão de Liminar os quais foram deferidos. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Em 26 de setembro de 2018 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da SAESA. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado consolidado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$49.880 (R\$41.297 em 31 de dezembro de 2023).

EDP Espírito Santo

• Ação de Repetição de Indébito nº 0031324-59.2008.8.08.0024 proposta pela Vale do Rio Doce - CVRD em que se pleiteia a condenação da EDP Espírito Santo e da Empresa de Luz e Força Santa Maria S/A a devolução do valor correspondente à majoração tarifária instituída pelas Portarias nº 38/86 e nº 45/86 do DNAEE, durante o período do congelamento, qual seja, de fevereiro a novembro de 1986, bem como dos supostos reflexos de tal aumento nas tarifas posteriores. Após a realização de perícia, em 12 de junho de 2014 foi proferida sentença julgando a ação extinta em relação à Empresa Luz e Força Santa Maria S/A e procedente em relação à EDP Espírito Santo, condenando esta última a restituir os valores pagos pela companhia Vale do Rio Doce no período de congelamento de preços. Em face da referida decisão, foram interpostos recursos de Apelação pelas partes ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Os recursos da EDP Espírito Santo e da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. foram providos, e o recurso da companhia Vale do Rio Doce foi rejeitado. A companhia Vale do Rio Doce então interps Recursos Especial ao Superior Tribunal de Justiça, com posterior interposição de Agravo, o qual aguarda admissão e julgamento. O valor estimado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$39.169 (R\$33.126 em 31 de dezembro de 2023).

EDP São Paulo

• Ação de Cobrança nº 0187728-40.2007.8.26.0100, ajuizada pela EDP São Paulo no ano de 2007 visando: (i) a condenação da RTR a restituir R\$11.260 arrecadados e não repassados; (ii) a desconsideração da personalidade jurídica da RTR para condenar seus sócios e seus administradores, solidariamente à RTR, ao pagamento da mencionada quantia; (iii) a inclusão do Lemon Bank no polo passivo da ação; e (iv) consequentemente, a declaração de responsabilidade solidária do Lemon Bank quanto aos atos ilícitos praticados, condenando-o a devolver, solidariamente, a quantia acima mencionada. O valor acrescido de juros e correção monetária ultrapassa os R\$12.500. Em 2014, a EDP São Paulo firmou acordo com o Lemon Bank, atual Banco Bracce, no qual as partes concordaram em (i) autorizar o levantamento do valor de R\$9.500 em favor da distribuidora; (ii) autorizar o levantamento do saldo remanescente do depósito judicial em favor do LEMON Bank; e (iii) extinguir a ação em relação ao LEMON Bank e prosseguir a demanda tão somente em face da RTR Serviços Financeiros e seus sócios. Em 13 de outubro de 2020, foi proferida sentença julgando a ação improcedente. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação protocolado, tendo em vista o prognóstico de reversão de julgamento de mérito em favor da controlada. O valor estimado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$163.257 (R\$138.984 em 31 de dezembro de 2023).

32.1.2.3 Fiscais

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

• A Companhia possui discussão administrativa relativa à não homologação de compensações diversas e ao não reconhecimento pela Receita Federal do Brasil - RFB de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendarários de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magistra Participações S.A.), que totalizam em 31 de dezembro de 2024 o valor de R\$25.964 (R\$25.072 em 31 de dezembro de 2023). O processo aguarda julgamento na esfera administrativa.

• Execução Fiscal nº 000.153777.2015.405.8100 ajuizada pela União Federal em face da empresa Porto do Pecém Geração, objetivando a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de exclusões de determinadas receitas financeiras e variações cambiais ativas auferidas nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2009. Esse processo está sob a responsabilidade da Companhia, e o montante atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$111.602. A coligada Porto do Pecém apresentou defesa e aguarda julgamento nos Tribunais Superiores.

• Auto de Infração lavrado pela Receita Federal em face da empresa Porto do Pecém Geração, objetivando a cobrança de CSLL do período de 2018, por suposta exclusão indevida, relativa ao pagamento de swap. Esse processo está sob a responsabilidade da Companhia, e o montante atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.446. A coligada Porto do Pecém apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017 para a EDP São Paulo e inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2015 e 2016 para a EDP Espírito Santo, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos. Contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$42.832 (R\$40.609 em 31 de dezembro de 2023) para a EDP São Paulo e R\$173.585 para a EDP Espírito Santo (R\$164.520 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente aguardam o julgamento.

EDP São Paulo

• Autos de infração lavrados pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL do exercício de 2017, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$153.410 (R\$142.408 em 31 de dezembro de 2023). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussão na esfera judicial sobre créditos de ICMS utilizados pela EDP São Paulo no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R\$145.265 (R\$141.364 em 31 de dezembro de 2023). O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09 além dos honorários exigidos pela Procuradoria Estadual na fase judicial. A EDP São Paulo obteve decisão parcialmente favorável de 1ª instância e apresentou defesa quanto a parte desfavorável e aguarda julgamento.

• Discussões administrativas e judiciais relativas à utilização de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas (2007, 2012, 2015, 2018 e 2019) e creditação de ativo imobilizado (2014 a 2019). Em dezembro de 2021 e 2022 houve novas adições de auto de infração, referente a novas autuações recebidas objetivando a cobrança de ICMS relativa à utilização de crédito de ICMS pela aquisição de bens integrados ao ativo imobilizado, com base no coeficiente de crescimento e forma de escrituração das notas (2016 a 2020) totalizando o montante de R\$228.706 em 31 de dezembro de 2024 (R\$212.750 em 31 de dezembro de 2023). Os demais casos, aguardam o julgamento.

• Autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo, decorrente da glosa dos créditos de ICMS (2019 e 2020), os quais têm origem no estorno de débito das notas fiscais canceladas ou substituídas, totalizando o montante de R\$25.416 em 31 de dezembro de 2024. A EDP São Paulo apresentou as defesas e aguarda o julgamento

• Discussões administrativas relativas à suposta isenção indevida de ICMS nas faturas dos clientes classificados como rurais (2013, 2014) em 31 de dezembro de 2024 o valor é de R\$12.187 (R\$11.491 em 31 de dezembro de 2023). A EDP São Paulo apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

• Discussão Judicial em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento dos débitos originários do processo administrativo nº 19515.720336/2014-24, o qual manteve a cobrança dos débitos compensados com crédito decorrente de saldo negativo de CSLL da empresa cindida (Eletrapaulo) do exercício de 2011, envolvendo o montante de R\$40.949 em 31 de dezembro de 2024 (R\$38.944 em 31 de dezembro de 2023). A EDP São Paulo aguarda o julgamento da ação judicial.

• Discussão judicial decorrente de execução fiscal ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de CSLL, relativa ao ano-calendário de 2009, que foi compensada com saldo de base negativa de CSLL de exercícios anteriores, acumulada pela empresa cindida AES Eletrapaulo, que envolve o montante atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R\$47.517 (R\$45.753 em 31 de dezembro de 2023). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussões administrativas envolvendo o montante atualizado até 31 de dezembro de 2024 de R\$108.921 (R\$103.370 em 31 de dezembro de 2023), referentes às compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE). A EDP São Paulo apresentou as defesas, tendo incluído alguns dos processos no Programa de redução de litigiosidade fiscal da Receita Federal, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aguardam julgamento.

• Medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com a Eletrapaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias nºs 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$83.001 (R\$81.313 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente o processo aguarda julgamento de recurso nos Tribunais Superiores.

• Autuações de prefeituras que exigem o pagamento de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica bem como taxas de fiscalização de obras em logradouros públicos e preço público. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$134.128 (R\$93.943 em 31 de dezembro de 2023). O aumento expressivo no valor da contingência, se deu em razão da alteração de risco para possível de alguns processos, os quais discutem a taxa de fiscalização de obras. A EDP São Paulo apresentou as defesas, as quais aguardam julgamento.

• Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos decorrentes de saldo negativo de IRPJ e CSLL relativos aos ano-calendários de 2016 e 2017, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$15.949 (R\$15.972 em 31 de dezembro de 2023). A redução do valor se deu em razão da obtenção de êxito em um dos processos. A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de PIS e COFINS recolhidos a maior nos exercícios de 2015 e 2016, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$21.922 (R\$20.301 em 31 de dezembro de 2023). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento.

• Processo administrativo relativo a homologação parcial pela Receita Federal, dos créditos decorrentes do Mandado de Segurança nº 0001568-45.2012.4.03.6100, que por decisão definitiva assegurou a possibilidade de deduzir, do lucro tributável, as despesas decorrentes do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), afastando o limite imposto pelo Decreto nº 5/91, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$19.609 (R\$18.353 em 31 de dezembro de 2023). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento.

EDP Espírito Santo

• Discussão administrativa relativa ao auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2014 e 2015, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante do processo atualizado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$145.579 (R\$185.465 em 31 de dezembro de 2023). A redução da contingência se deu em razão da decisão parcialmente favorável, cancelando a cobrança do PIS e da COFINS, mantendo a exigência com relação ao IRPJ e CSLL. A EDP Espírito Santo apresentou defesa e aguarda julgamento.

• A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a não consideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Espírito Santo; e (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações atualizadas até 31 de dezembro de 2024 onde devido ao encerramento de processos houve redução do montante em R\$9.245 (R\$9.009 em 31 de dezembro de 2023) e atualmente aguardam decisão administrativa.

• Diversas Prefeituras: A EDP Espírito Santo discute administrativa e judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos atualizados até 31 de dezembro de 2024 totalizam o montante de R\$144.009 (R\$135.643 em 31 de dezembro de 2023). Deste montante, destaca-se o valor de R\$114.465 (R\$105.469 em 31 de dezembro de 2023) decorrente da lavratura de 122 autos de infração pelo município de Vitória objetivando a cobrança do ISSQN do período de março de 2011 a fevereiro de 2016. A EDP Espírito Santo apresentou as defesas administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento.

• Discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE), que somam em 31 de dezembro de 2024 o valor de R\$21.416 (R\$20.796 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a EDP Espírito Santo apresentou as defesas, obteve êxito em alguns dos processos e os demais casos aguardam julgamento.

• Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2015 e 2016, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos, contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante de R\$173.585 em 31 de dezembro de 2024 (R\$164.520 em 31 de dezembro de 2023). A EDP Espírito Santo aguarda o julgamento.

• Auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS em razão dos créditos utilizados como insumos no período de 2017 e 2018. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$4.911 (R\$4.688 em 31 de dezembro de 2023). A EDP Espírito Santo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Auto de infração lavrado pelo Estado do Espírito Santo, objetivando a cobrança de supostos débitos de ICMS diferido incidente nas aquisições internas de energia elétrica, na proporção das saídas isentas ou sem incidência do Imposto, apurados entre os períodos de 2019 a 2023, no valor de R\$34.759 em 31 de dezembro de 2024. A EDP Espírito Santo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Medida Judicial em face da União Federal, para garantir os débitos de COFINS do ano de 2017, exigidos no processo administrativo nº 15582.720349/2019-53 e, ato, seguinte a desconstituição da cobrança, para manutenção da CND e dos benefícios fiscais. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$15.744. A EDP Espírito Santo aguarda o julgamento do processo.

EDP Trading

Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004 a 2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2024 é de R\$4.680 (R\$4.620 em 31 de dezembro de 2023). A EDP Trading obteve decisões favoráveis resultando em redução do montante. Atualmente os demais processos aguardam julgamento.

Discussão administrativa decorrente de Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, objetivando à cobrança de multa por suposta informação incorreta nas obrigações acessórias (EFD ICMS/IPI e EFD Contribuições) do período de 2016, envolvendo o montante de R\$4.261 em 31 de dezembro de 2024 (R\$3.950 em 31 de dezembro de 2023). A EDP Trading obteve reconhecimento favorável de parte do montante, resultando na alteração do prognóstico parcial. Atualmente o processo aguarda julgamento.

Lajeado

• Discussões nas esferas administrativa e judicial decorrente da autuação da Receita Federal do Brasil - RFB em 2014, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas com ágio gerado na aquisição de participação societária. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$72.924 (R\$69.440 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente, a Lajeado aguarda o julgamento na esfera judicial (principal atualizado com acréscimo dos encargos da Procuradoria).

• Discussão judicial, objetivando o cancelamento da multa isolada no importe de 75% sobre o crédito não homologado pela Receita Federal do período de 2003 e 2004, o montante atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$16.214 (R\$15.570 em 31 de dezembro de 2023). A Lajeado apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussão administrativa federal, relativa à compensação de IRPJ e CSLL não homologada pela RFB do período de 2013, e aplicação de multa isolada de 50% sobre essa compensação, o montante atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$5.510 (R\$5.253 em 31 de dezembro de 2023). A Lajeado apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussão na esfera administrativa relativa à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2014, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$9.923 (R\$9.311 em 31 de dezembro de 2023). A Lajeado apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Enerpeixe

• Discussões administrativas relativas às compensações de PIS e COFINS não homologadas pela RFB, nos períodos de 2012 a 2015, por suposta falta de crédito em razão das DCTFs retificadoras não terem sido analisadas pela RFB, totalizando em 31 de dezembro de 2024 o valor de R\$226.058 (R\$210.700 em 31 de dezembro de 2023). As cobranças de multa isolada vinculadas às referidas compensações não homologadas tiveram o prognóstico alterado em razão do entendimento favorável, em repercussão geral, proferido pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 736). A Enerpeixe apresentou as defesas e aguarda julgamento.

• Discussão na esfera administrativa de autuação da RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As bandeiras tarifárias aplicadas em 2024 e 2023 foram:

	2024						2023				
	Janeiro a Março	Abril a Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro a Março	Abril a Junho	Julho a Outubro
Bandeira Tarifária	Verde	Verde	Amarela	Verde	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2	Amarela	Verde	Verde	Verde	Verde
PLD gatilho (*)	61,07	61,07	110,77	75,80	254,18	599,72	286,80	61,07	69,04	69,04	69,04

(*) PLD gatilho: Valor em reais / MWh utilizado como base de PLD médio mensal para o acionamento do patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE.

35 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço de energia elétrica vinculados a concessão e também os gastos vinculados à geração de energia, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, amortização do direito de concessão da infraestrutura, gastos relacionados ao atendimento comercial, operação e manutenção da concessão, e gastos com matéria prima para a produção de energia; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e de suas controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas. Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Controladora									
	2024				2023					
	Despesas operacionais				Despesas operacionais					
	Custos				Custos					
	Prestado a terceiros		Gerais e administrativas		Prestado a terceiros		Gerais e administrativas			
	Nota			Outras	Total			Outras	Total	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	35.2		40.801		40.801	64.329		64.329		
Material			486		486	886		886		
Serviços de terceiros	35.3		62.934		62.934	57.818		57.818		
Depreciação e impairment - Imobilizado em serviços	35.4		3.819		3.819	3.909	577.195	581.104		
Depreciação - Ativos de direito de uso			3.443		3.443	2.545		2.545		
Amortização			15.636		15.636	12.579		12.579		
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	32.1.1			(5.414)	(5.414)		1.201	1.201		
Arrendamentos e aluguéis			(1.116)		(1.116)	(135)		(135)		
Ganhos e perdas na aquisição de investimentos						38.193		38.193		
Outras		4.260	14.312	14.113	32.685	12.158		12.158		
Total		4.260	140.315	8.699	153.274	154.089	616.589	770.678		
Consolidado										
2024										
Custos					Despesas operacionais					
Com energia elétrica					Gerais e administrativas					
	Nota		Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD		tratativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	35.1	7.540.970								7.540.970
Encargos de uso da rede elétrica		1.494.024								1.494.024
Custo da matéria prima consumida			12.877							12.877
Compromissos futuros	15	14.023								14.023
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	35.2			458.312	3.797		157.190			619.299
Material				51.146	5.193		3.529			59.868
Serviços de terceiros	35.3			395.674	24.547		240.115			660.336
Depreciação e Impairment - Imobilizado em serviços	35.4			107.467	5.054		29.634	5.939		148.094
Depreciação - Ativos de direito de uso				5.269			10.257			15.526
Amortização				388.213			206.634			594.847
PECLD / perdas líquidas						170.654		(569)		170.085
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	32.1.1							66.363		66.363
Arrendamentos e aluguéis				7.854	196		7.430			15.480
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens								118.821		118.821
Custo com construção da infraestrutura	22				2.095.607					2.095.607
Outras	35.5	8.471		53.229	4.320		56.819	46.739		169.578
Total		9.057.488	12.877	1.467.164	2.138.714	170.654	711.608	237.293	13.795.798	

	Consolidado									
	2023									
	Custos					Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros		PECLD	Gerais e administrativas	Outras	Total	
Energia elétrica comprada para revenda	35.1	7.025.547							7.025.547	
Encargos de uso da rede elétrica		1.554.069							1.554.069	
Custo da matéria prima consumida			133.261						133.261	
Compromissos futuros		18.823							18.823	
Arrendamentos financeiro		1.009							1.009	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada				459.775	6.105		201.640		667.520	
Material				61.262	2.877		7.774		71.913	
Serviços de terceiros				379.279	17.594		252.175		649.048	
Depreciação e <i>Impairment</i> - Imobilizado em serviços	35.4			243.145	3.511		(45.623)	577.195	778.228	
Depreciação - Ativos de direito de uso				6.765			4.227		10.992	
Amortização				380.505			133.053	24.832	538.390	
PECLD / perdas líquidas							161.235		161.235	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				2.591				53.477	56.068	
Arrendamentos e aluguéis				12.454	5.453		(1.235)		16.672	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens								176.759	176.759	
Custo com construção da infraestrutura					2.217.430				2.217.430	
Outras	35.5	3.740		19.488	(4.465)		64.060	155.825	238.648	
Total		8.603.188	133.261	1.565.264	2.248.505		161.235	616.071	988.088	
									14.314.603	

35.1 Energia elétrica comprada para revenda

		Consolidado		
	Nota	2024	2023	
Contratos de compra de energia por disponibilidade	35.1.1	1.971.271	1.796.792	
Contratos de compra de energia por quantidade	35.1.2	1.381.036	1.222.854	
PROINFA		131.201	150.700	
Contratos de compra de energia por cotas	35.1.3	761.436	567.259	
Energia de curto prazo		89.072	65.429	
Energia de Itaipu Binacional	35.1.4	705.662	679.311	
Encargo de Energia de Reserva - EER	35.1.5	322.987	363.222	
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	35.1.6	49.183	60.810	
Contratos de comercialização de energia	35.1.7	2.831.104	2.770.967	
Outros		57.261	27.148	
(-) Ressarcimentos CCEE		(36.326)	(6.083)	
(-) Créditos de PIS/COFINS		(722.917)	(672.862)	

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Operação	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2023	Liquidação	Efeito no resultado			Saldo em 31/12/2024
			Efeito no Patrimônio Líquido	Juros provisio- nados	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado
Swap						
Risco de taxa de juros e moeda						
Debêntures	148.016	101.778	(103.492)			118.021
Risco cambial						
Empréstimos	(164.560)	135.555	(79.964)	239.372	256.012	386.415
	(16.544)	237.333		(183.456)	239.372	374.033
						650.738
Hedge de valor justo						
Risco de taxa de juros e moeda						
Debêntures		13.023	(24.027)		(56.907)	(67.911)
	-	13.023	-	(24.027)	-	(56.907)
						(67.911)
Hedge de fluxo de caixa						
Risco de taxa de juros e moeda						
NDFs	(40)	(15.132)	23.464		15.170	23.462
	(40)	(15.132)	23.464	-	15.170	-
						23.462
	(16.584)	235.224	23.464	(207.483)	254.542	317.126
						606.289
39.1.3.1 Contratos de swap						
Os contratos de swap são utilizados como hedge, com o objetivo de reduzir riscos e de dar mais previsibilidade para diferentes agentes do mercado.						
Santa Leopoldina						
Em 3 de dezembro de 2023, a controlada Santa Leopoldina contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio do seu valor justo no resultado do exercício, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros em USD do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank Brasil (Nota 28), que tem vigência até 08 de dezembro de 2025.						
EDP Espírito Santo e EDP São Paulo						
Em 12 de fevereiro de 2021, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + Spread para taxa de juros CDI + Spread da 10ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 11ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 28). A referida dívida está mensurada a valor justo por meio de resultado para evitar descasamento contábil com a mensuração deste derivativo em procedimento optativo do CPC 48.						
Em 15 de junho de 2022, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + Spread para taxa de juros CDI + Spread da 7ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 9ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 28). O swap foi declarado como hedge de Valor Justo, de acordo com o CPC 48, considerado como instrumento quando considerado efetivo da 7ª emissão de debêntures, que, por consequência, está mensurada a valor justo por meio de resultado.						
EDP Espírito Santo						
Em 18 de julho de 2023, a controlada EDP Espírito Santo contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Itaú (Nota 28).						
Em 30 de agosto de 2023, a EDP Espírito Santo contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 28).						
Em 29 de novembro de 2023, a companhia contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 28).						
EDP Trading						
Em 28 de fevereiro de 2024, a controlada EDP Trading contratou instrumento financeiro derivativo swap classificado como hedge Accounting, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação através da troca do IPCA para a taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Itaú BBA (Nota 28).						
39.1.3.2 Non-Deliverable Forward - NDF						
EDP - Energias do Brasil						
Em 28 de março de 2024, a Companhia contratou derivativos NDF com nomenclatura de USD43.320, registrado como hedge accounting, com a finalidade de proteger os riscos de variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira de projetos de transmissão. Por se tratarem de hedge accounting classificados como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação dos MIM (mark-to-market), líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo (Nota 39.1.3).						
EDP Smart Services						
Em 10 de setembro de 2024, a controlada EDP Smart Services contratou derivativos NDF com nomenclatura de USD398, registrado como hedge accounting, com a finalidade de proteger os riscos de variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira de projetos solares. Por se tratarem de hedge accounting classificados como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação dos MIM (mark-to-market), líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo (Nota 39.1.3).						
EDP Transmissão Norte Nordeste 2						
Em 04 de novembro de 2024, a controlada EDP Transmissão Norte Nordeste 2 foi cessionária de derivativos NDF com nomenclatura de USD7.302, registrado como hedge accounting, com a finalidade de proteger os riscos de variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira de projetos de transmissão. Por se tratarem de hedge accounting classificados como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação dos MIM (mark-to-market), líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo (Nota 39.1.3).						
EDP Transmissão Norte Nordeste 1						
Em 04 de novembro de 2024, a controlada EDP Transmissão Norte Nordeste 1 foi cessionária de derivativos NDF com nomenclatura de USD15.949, registrado como hedge accounting, com a finalidade de proteger os riscos de variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira de projetos. Por se tratarem de hedge accounting classificados como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação dos MIM (mark-to-market), líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo (Nota 39.1.3).						
Contabilidade de hedge (hedge accounting)						
Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos:						
(i) para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;						
(ii) existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;						
(iii) a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável;						
(iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de hedge accounting; e						
(v) em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado.						
• Cobertura de fluxos de caixa						
A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido - na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do período, no momento em que ocorre a inefetividade.						
Os valores acumulados no Patrimônio líquido resultam dos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.						
Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data mantém-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de Patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.						
• Efetividade						
Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a controlada executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre.						
39.2 Gestão de riscos						
O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e o Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 (Gestão de Riscos).						
Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.						
O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia e suas controladas sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.						
O monitoramento da gestão de riscos desenvolvidos nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia e suas controladas. Em alinhamento à essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de Riscos Global (EDP - Energias de Portugal).						
O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro; e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.						
39.2.1 Risco de mercado						
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas, apresentados nas notas 27 e 28, possuem regras contratuais para os passivos financeiros, fundamentalmente atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuem risco de mercado associado ao CDI, TJLP, IPCA, Dólar e variação cambial. Deve-se considerar que a Companhia e suas controladas estão expostas à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.						
Um dos objetivos da Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente, no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, de índices de preços e de moedas.						
Em relação aos indexadores de dívida CDI, IPCA e TJLP os mesmos refletem direta ou indiretamente aos efeitos inflacionários. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas das controladas também estão relacionados à variação da inflação (IGP-M e IPCA). Desta forma, as variações das dívidas contratadas com os referidos indexadores tendem a estar protegidas pelas variações das receitas.						
As controladas Santa Leopoldina e EDP Espírito Santo possuem exposições a variação cambial (Dólar Norte Americano) e juros (CDI) atreladas a dívidas em moeda estrangeira, entretanto, possuem derivativos de swap e NDF com o objetivo de hedge econômica, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações.						
As controladas EDP São Paulo e a EDP Espírito Santo estão expostas ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar Norte Americano, por meio dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, contudo, as alterações de variação cambial são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo da CVA.						
A captação e manutenção de empréstimos atrelados ao Dólar são considerados favoráveis, dadas as taxas de juros ofertadas no mercado externo serem inferiores ao mercado interno. Adicionalmente a esse cenário, pondera-se o risco cambial às operações com moedas estrangeiras onde, em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição é um fator relevante na análise de viabilidade de uma operação.						
A controlada EDP Trading, decorrente da sua atividade de comercialização de energia, encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia. Em 31 de dezembro de 2024, o resultado destes contratos é determinado como o diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marginação a mercado utilizando curvas de preço forward. O resultado de contratos de compromisso futuro apresenta volatilidade associada à flutuação do preço de energia, gerando risco de preço de mercado.						
A controlada EDP Smart Energia, decorrente de sua atividade de comercialização de energia e serviços, encontra-se exposta o risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia. Entretanto, como forma de gerenciamento e concentração de riscos, sendo tanto a controlada EDP Smart Energia quanto a EDP Trading, são controladas integrais do Grupo EDP - Energias do Brasil, o risco da controlada EDP Smart Energia é transferido, em suas operações realizadas no mercado, para a controlada EDP Trading, através do espelhamento dessas mesmas operações. Assim sendo, a gestão do risco de preço de mercado é realizada através da determinação e monitorização diária do risco respeitando os limites aprovados pela Administração da Companhia e enquadrados na Política de Gestão de Risco do Grupo EDP - Energias do Brasil, para compra e venda de energia utilizando uma metodologia estabelecida na Norma de Risco Energético. A metodologia adotada é um VaR (Value at Risk) com 95% de confiança (Value at Risk) que considera uma curva forward de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada período.						
39.2.1.1 Análise de sensibilidade						
A Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.						
A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e das controladas da variação de cada risco destacado.						
No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros que estão expostos a indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) e o adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.						
Operação	Controladora					
	Risco	Saldo da exposição	Até 1 ano	Provável	Cenário (I)	Cenário (II)
Aplicação financeira - CDB	CDI	1.216.184	148.919	148.919	37.434	74.958
Títulos e valores mobiliários	CDI	4.314	85	85	20	39
Empréstimos a receber	CDI	234.216	(35.733)	(54.863)	(14.423)	(29.123)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	1.454.714	113.271	94.141	23.031	45.874

Operação	Risco	Saldo da exposição	Consolidado					
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	3.284.450	358.333			358.333	89.150	178.158
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	805.887	8.503			8.503	1.983	3.916
Cauções e depósitos vinculados	CDI	18.999	1.561	5.398		6.959	2.089	4.330
Títulos e valores mobiliários	CDI	6.302	124			124	29	57
Empréstimos a receber	CDI	222.517	(35.733)	(19.130)		(54.863)	(14.423)	(29.123)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	4.338.155	332.788	(13.732)	-	319.056	78.828	157.338
Debêntures	CDI	(7.241.108)	(954.345)	(1.210.124)	(16.684)	(2.181.153)	(480.335)	(958.117)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(7.241.108)	(954.345)	(1.210.124)	(16.684)	(2.181.153)	(480.335)	(958.117)
Swap - Ponta Passiva	CDI	(3.681.735)	(338.754)	(1.216.220)	(215.531)	(1.770.505)	(203.039)	(404.849)
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(3.681.735)	(338.754)	(1.216.220)	(215.531)	(1.770.505)	(203.039)	(404.849)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(25.010)	(347)			(347)	(61)	(120)
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(25.010)	(347)	-	-	(347)	(61)	(120)
Compromissos futuros	PLD	1.734.424	(281.444)	1.654.545	127.121	1.500.222	504.359	1.020.138
Instrumentos financeiros passivos	PLD	1.734.424	(281.444)	1.654.545	127.121	1.500.222	504.359	1.020.138
Compromissos futuros	PLD	(1.313.850)	281.444	(1.205.275)	(132.035)	(1.055.866)	(407.561)	(821.719)
Instrumentos financeiros derivativos	PLD	(1.313.850)	281.444	(1.205.275)	(132.035)	(1.055.866)	(407.561)	(821.719)
Empréstimos e financiamentos	Dólar	(1.987.197)	(30.015)	(2.032.697)		(2.062.712)	(515.678)	(1.031.366)
Instrumentos financeiros passivos	Dólar	(1.987.197)	(30.015)	(2.032.697)		(2.062.712)	(515.678)	(1.031.366)
Swap - Ponta Ativa	Dólar	1.987.197	30.015	2.032.697		2.062.712	515.678	1.031.366
Instrumentos financeiros derivativos	Dólar	1.987.197	30.015	2.032.697		2.062.712	515.678	1.031.366
Debêntures	IPCA	(3.585.425)	(244.777)	(245.334)	(311.597)	(801.708)	(112.943)	(234.129)

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

39.2.2.2 Vencimento antecipado de dívidas
A Companhia e suas controladas possuem contratos de Empréstimos, financiamentos e Debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.
Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e das controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 27 e 28. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.
Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 40.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia e suas controladas, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

39.2.3 Risco hidrológico
Geração
A energia vendida pelas controladas de geração dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe as controladas a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos. Para reduzir a exposição a este risco, as controladas de geração aderiram à proposta de repactuação do risco hidrológico para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% válidos para a UHE Luiz Eduardo Magalhães (Investco e Lajeado) deste risco hidrológico remanescente para a CCRBT mediante pagamento de prêmio.
Adicionalmente, antecipando o cenário de deterioração do PLD e GSF em decorrência da piora do cenário hidrológico brasileiro, as controladas de geração implementaram algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

Distribuição
A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocasionando um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoeletricas, gerando maior necessidade de caixa e consequentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão das controladas de distribuição. As controladas de distribuição mantêm o monitoramento constante do risco de racionamento. Há três vertentes principais de atuação: (i) monitoramento das condições energéticas do sistema, que inclui a avaliação do cenário de oferta e demanda, das variáveis macro e microeconômicas, e das especificidades de cada mercado; (ii) gestão ativa do portfólio para a otimização dos recursos e mitigação do risco pela composição do *hedger*, e (iii) controle independente do risco de mercado da geração hídrica.

39.2.4 Risco de crédito
O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e suas controladas não realizar seus direitos. Essa descrição está, principalmente, relacionada às rubricas abaixo:
• **Contas a receber**
No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantêm informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.
Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Desta forma, o atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.
Assim, para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia e suas controladas ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. Contudo, as controladas de distribuição realizam abrangentes estudos para determinar a perda estimada para estes ativos. A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização do contas a receber de consumidores é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa as controladas realizam diversos métodos de cobrança tais como cobranças administrativas, notificações na fatura de energia e via SMS, protesto junto aos cartórios, restrição de crédito junto às empresas de proteção ao crédito, entre outras. As controladas oferecem diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial, internet, aplicativo, além de realização de feirões para acordos de pagamentos.
Adicionalmente, com vistas a manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a regulamentação da ANEEL prevê o repasse nas tarifas do montante de receitas não arrecadadas, transcorridos o prazo de 5 anos de cobrança, conforme regulamentação vigente por meio do submódulo 2.2 do PRORET.
Em relação às controladas de geração, o risco decorrente da possibilidade das controladas apresentarem perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.
Em relação às controladas de comercialização e serviços, o risco das controladas apresentarem perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes também é considerado baixo. As controladas destes segmentos possuem uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de *rating* de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de *default*. Para cada *rating* de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o *rating* da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras. Os créditos de todos estes clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.
• **Caixa, Equivalentes de caixa, Cauções, Títulos e Valores Mobiliários**
A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.
Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.
As decisões sobre aplicações financeiras, também orientada pela mesma política, estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia e das controladas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. Tratando-se de aplicações financeiras vinculadas à CDB ou lastreadas em debêntures, a Companhia e suas controladas operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Classificação da instituição financeira				
AAA	765.626	1.725.918	2.773.248	3.025.819
AA	450.558		1.270.923	30.972
A			60	62
	1.216.184	1.725.918	4.044.231	3.056.853

A Política de Gestão de Riscos também permite a aplicação de recursos em Fundo de Investimento Restrito cuja carteira de ativos é atrelada a Letras Financeiras do Tesouro - LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de alta liquidez no mercado e de baixíssimo risco (Nota 6).
A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.
• **Ativo financeiro indenizável**
O saldo refere-se a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente e são decorrentes dos investimentos realizados na infraestrutura da concessionária que não serão recuperados por meio da prestação de serviços outorgados até o final da concessão. O contrato de concessão garante o direito da companhia à indenização dos ativos de infraestrutura ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em procedimentos de fiscalização da agência.
• **Ativos da concessão - Transmissão**
As controladas de transmissão mantêm Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão - CPST junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, regulando a prestação de seus serviços vinculados aos usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que assegura os recebimentos e mitiga o risco de inadimplência.
• **Ativos financeiros setoriais**
Os ativos financeiros setoriais decorrem das diferenças entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, comparados àqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Anualmente, a ANEEL revisa as tarifas das controladas de distribuição e incorpora tais ativos nas mesmas. Adicionalmente, o contrato de concessão também garante que serão indenizados às controladas de distribuição os saldos remanescentes de eventual insuficiência de ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão.
• **Compromissos futuros**
As controladas EDP Trading e EDP Smart Energia mantêm contratos de compromissos futuros bilaterais de curto e longo prazo. A mitigação de risco de inadimplência é obtida por cláusula específicas de garantia sempre de acordo com a capacidade financeira de cada contraparte, podendo essa garantia ser corporativa, bancária, seguro garantia ou registro contra pagamento, sendo essa última utilizada apenas com contrapartes específicas.

39.2.5 Riscos regulatórios
As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSESP, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCCE, ONS, etc.). O Grupo EDP - Energias do Brasil tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.
A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem as partes interessadas nos negócios da companhia. O Grupo EDP - Energias do Brasil atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos *stakeholders*.

39.2.6 Riscos ambientais
A EDP - Energias do Brasil, atuando em todos os segmentos do setor elétrico, reconhece que o meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais são essenciais para a sustentabilidade das operações do Grupo EDP - Energias do Brasil. Por isso, atua promovendo o respeito ao meio ambiente, em busca de um desenvolvimento sustentável, e estabelece os seguintes compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental e a diminuição dos impactos de suas atividades:
(i) Garantir o atendimento aos requisitos legais quanto à legislação ambiental vigente e a não autorização de realização de quaisquer atividades potencialmente poluidoras sem as devidas autorizações e controles necessários;
(ii) Identificar e monitorar os aspectos e impactos ambientais e estabelecer controles para aspectos e riscos significativos, além de adotar medidas de mitigação quando aplicáveis;
(iii) Gerenciar os riscos ambientais visando a sua eliminação, redução e controle antecipado, prevenindo incidentes, acidentes e passivos ambientais e/ou materiais e garantindo a comunicação dos riscos e respectivas medidas de mitigação;
(iv) Identificar riscos e oportunidades e implementar medidas buscando a melhoria da qualidade ambiental dos locais onde está inserida, a minimização e a mitigação dos impactos ao meio ambiente;
Como medidas de controle de risco, as companhias do Grupo EDP - Energias do Brasil possuem:
(v) Política de sistemas de gestão e sustentabilidade aplicável a todas as companhias;
(vi) A totalidade da energia distribuída pelas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, a energia transportada pela EDP Goiás e a energia gerada nas usinas hidroeletricas (controladas e controladas em conjunto), estão em ativos certificados pela norma ISO 14.001, realizando uma gestão ambiental sistêmica, que garante o atendimento de requisitos legais e a existência de procedimentos de gerenciamento dos riscos ambientais; e
(vii) A Governança estabelecida para a gestão de riscos socioambientais relacionados às atividades da companhia, que busca uma atuação preventiva e proativa frente aos fatores de risco e dentro da qual são atualizados e acompanhados trimestralmente os indicadores de riscos ESG para verificação da ocorrência de desvios, que quando necessário são tratados junto à liderança para definição sobre a necessidade de planos de ação e/ou destinação de orçamento.

39.2.7 Riscos climáticos
Os riscos relacionados ao Clima foram caracterizados como estratégicos para o Grupo EDP - Energias do Brasil. A esse nível é avaliada a forma como as alterações climáticas afetam os negócios da Companhia e suas controladas, considerando as alterações nos padrões do clima (riscos físicos) e transição acelerada para uma economia de baixo carbono (riscos de transição climática). Esses fatores são discutidos periodicamente pela Administração da Companhia.
A gestão destes riscos e oportunidades é realizada no âmbito do Plano Estratégico Climático (PEC 23-26) que direciona a atuação da Companhia através dos pilares de adaptação e gestão de riscos, mitigação e descarbonização e transição justa e cultura climática.
No pilar de adaptação e gestão de riscos, o foco é o aumento da resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (*Task-force on Climate-related Financial Disclosures*). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil planeja e executa ações para resposta às ameaças climáticas, que trazem riscos a sua operação e à sociedade. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, as controladas de distribuição estão constantemente investindo em novos ativos, novas tecnologias, manutenção preventiva, infraestruturas mais resilientes. Para o enfrentamento das ameaças de transição, o constante acompanhamento da agenda regulatória do setor, articulação setorial, constante análise e reavaliação de seus processos operacionais e inovação são estratégias adotadas para mitigação desses riscos.
No pilar de mitigação descarbonização, a Companhia contempla iniciativas voltadas à transição energética para uma matriz renovável e à redução de emissões, contemplando metas, compromissos públicos e ações necessárias para o atingimento dos objetivos de redução de emissões em curto, médio e longo prazos. Por fim, no pilar de transição justa e cultura climática, aproxima-se da sociedade presente nas regiões de atuação da Companhia, através de investimentos sociais e ações de comunicação que buscam viabilizar a transição energética de uma forma justa e sem deixar ninguém para trás.

39.2.8 Gestão de capital
Os objetivos do Grupo EDP - Energias do Brasil ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada às empresas do Grupo.
Para manter ou ajustar a estrutura do capital e a liquidez financeira, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos, refinaranciar as dívidas existentes ou vender ativos.
Em relação à estrutura de capital, a Companhia monitora o índice representado pela "Dívida Líquida Consolidada" dividida pelo "EBITDA Consolidado", cujo limite máximo é de até 3,5 vezes. Em 31 de dezembro de 2024 este índice foi de 1,75 vezes.

	Consolidado		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Total dos empréstimos e debêntures	27 e 28	12.550.650	13.047.304
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(4.217.535)	(3.435.221)
(-) Títulos e valores mobiliários	6	(1.988)	(4.173)
(-) Cauções vinculados à dívida		(2.914)	(4.156)
Dívida líquida		8.328.213	9.603.754
Total do Patrimônio Líquido		12.670.243	12.064.034
Total do capital		20.998.456	21.667.788
Índice de alavancagem financeira - %		39,66%	44,32%

40 Compromissos contratuais e Garantias

40.1 Compromissos contratuais
Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e suas controladas apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.
Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e suas controladas, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP - Energias do Brasil.

	Controladora					
	31/12/2024					31/12/2023
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030	Total	Total
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	475.521	204.782	421	43	680.767	253.850
	475.521	204.782	421	43	680.767	253.850
	Consolidado					
	31/12/2024					31/12/2023
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais	22.478	18.032	640	281	41.431	53.698
Obrigações de compra						
Compra de Energia	4.612.791	6.541.691	5.147.120	17.091.889	33.393.491	46.347.250
Encargos de conexão e Transporte de Energia	1.196.639	2.028.747	937.870		4.163.256	6.104.728
Materiais e serviços	3.542.162	1.785.140	84.710	19.557	5.431.569	5.296.261
Prêmio de risco - GSF				21.488	21.488	25.637
	9.374.070	10.373.610	6.170.340	17.133.215	43.051.235	57.827.574

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2024, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora					31/12/2023
	31/12/2024				Total	
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030		
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	454.173	236.666	594	73	691.506	268.262
	454.173	236.666	594	73	691.506	268.262
Consolidado						
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030	Total	31/12/2023
Responsabilidades com locações operacionais	21.886	20.815	917	458	44.076	53.813
Obrigações de compra						
Compra de Energia	4.492.691	7.708.990	6.719.717	31.835.957	50.757.355	61.526.258
Encargos de conexão e Transporte de Energia	1.196.617	2.392.759	1.196.171		4.785.547	6.748.576
Materiais e serviços	3.383.140	2.085.382	119.492	33.398	5.621.412	5.364.408
Prêmio de risco - GSF				50.051	50.051	50.051
	9.094.334	12.207.946	8.036.297	31.919.864	61.258.441	73.743.106

40.2 Garantias

Garantias	Tipo de garantia	Limite máximo garantido			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Seguro de vida	Aval do Acionista	441.605	424.609	441.605	424.609
Ações judiciais	Fiança Bancária; e Seguro Garantia	448.983	385.277	448.983	385.277
Contrato de Arrendamento	Recebíveis			31.192	35.679
Executante construtor	Seguro Garantia	201.299	37.809	223.387	58.762
Outros	Recebíveis; e Seguro Garantia	28.557	38.647	120.881	150.442
		1.120.444	886.342	1.266.048	1.054.969

Os valores em garantia de Compra de energia (Nota 26), Debêntures (Nota 27) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 28), estão demonstrados em suas respectivas notas.

41 Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.
As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.
O Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia elétrica e Clientes.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

41.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

A coluna "*Holding*" refere-se à Controladora, sendo a origem desse lucro, substancialmente, relacionado à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A referida coluna "*Holding*", bem como a coluna "Outros" são apresentadas para fins de consolidação do resultado.

41.1.1 Demonstração do Resultado

	2024								
	Distribuição	Geração	Comercialização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	11.772.491	1.087.549	3.027.131	997.084	1.771.875	(700)	5.074	(1.213.315)	17.447.189
Custo da produção e do serviço de energia elétrica									
Custo do serviço de energia elétrica	(6.317.206)	(238.755)	(2.921.137)	(790.609)				1.210.219	(9.057.488)
Custo da produção da energia elétrica				(12.877)					(12.877)
Custo de operação	(1.107.822)	(155.431)	(8.387)	(92.891)	(101.242)			(1.391)	(1.467.164)
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.500.320)		(355)	(37.911)	(595.868)	(4.260)			(2.138.714)
	(8.925.348)	(394.186)	(2.929.879)	(934.288)	(697.110)	(4.260)	-	1.208.828	(12.676.243)
Lucro bruto	2.847.143	693.363	97.252	62.796	1.074.765	(4.960)	5.074	(4.487)	4.770.946
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	(165.920)		(1.084)	(3.650)					(170.654)
Despesas gerais e administrativas	(370.102)	(65.931)	(12.178)	(50.448)	(8.451)	(140.315)	(525)	(63.658)	(711.608)
Ganho na alienação de investimento						346.375			346.375
Outras Despesas e Receitas operacionais	(177.286)	(645)	120	(12.372)	(25.906)	(8.699)	(12.505)		(237.293)
	(713.308)	(66.576)	(13.142)	(66.470)	(34.357)	197.361	(13.030)	(63.658)	(773.180)
Resultado das participações societárias		140.789	177.267			1.996.064	231.334	(2.219.535)	325.919
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	2.133.835	767.576	261.377	(3.674)	1.040.408	2.188.465	233.378	(2.287.680)	4.323.685
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	649.810	64.411	22.098	10.452	30.748	139.763	206.151	(105.396)	1.018.037
Despesas financeiras	(1.314.982)	(197.312)	(99.318)	(10.750)	(312.761)	(50.599)	(381.125)	105.396	(2.261.451)
	(665.172)	(132.901)	(77.220)	(298)	(282.013)	89.164	(174.974)		(1.243.414)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.468.663	634.675	184.157	(3.972)	758.395	2.277.629	48.404	(2.287.680)	3.080.271
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social correntes	(17.565)	(181.970)		(17.812)	(15.850)	(71)			(233.268)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(160.633)	21.312	11.221	15.849	(151.803)	4.058	(122.760)	5.347	(377.409)
	(178.198)	(160.658)	11.221	(1.963)	(167.653)	3.987	(122.760)	5.347	(610.677)
Resultado líquido do exercício	1.290.465	474.017	195.378	(5.935)	590.742	2.281.616	(74.356)	(2.282.333)	2.469.594
Atribuível aos acionistas controladores	1.290.465	294.361	195.378	(5.935)	582.420	2.281.616	(74.356)	(2.282.333)	2.281.616
Atribuível aos acionistas não controladores		179.656			8.322				187.978
					2023				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	11.197.048	2.001.546	3.046.909	671.819	1.814.024	5.667	-	(944.384)	17.792.629
Custo da produção e do serviço de energia elétrica									
Custo do serviço de energia elétrica	(5.915.030)	(233.631)	(2.882.173)	(512.862)				940.508	(8.603.188)
Custo da produção da energia elétrica				(26.029)					(133.261)
Custo de operação	(1.036.767)	(397.318)	(9.038)	(43.009)	(79.132)				(1.565.264)
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.669.761)		(129)	(20.917)	(555.068)		(2.630)		(2.248.505)
	(8.621.558)	(738.181)	(2.891.340)	(602.817)	(634.200)	-	(2.630)	940.508	(12.550.218)
Lucro bruto	2.575.490	1.263.365	155.569	69.002	1.179.824	5.667	(2.630)	(3.876)	5.242.411
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	(158.719)	(1.311)	(158)	(899)	(148)				(161.235)
Despesas gerais e administrativas	(288.887)	(83.489)	(13.379)	(53.224)	(36.996)	(154.089)	(3.390)	17.383	(616.071)
Ganho na alienação de investimento						(144.454)	(13.078)	21.745	(135.787)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(189.906)	(2.980)	1.232	14	(153.120)	(616.589)	(26.739)		(988.088)
	(637.512)	(87.780)	(12.305)	(54.109)	(190.264)	(915.132)	(43.207)	39.128	(1.901.181)
Resultado das participações societárias		76.261	98.330			1.878.573	173.371	(1.961.749)	264.786
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	1.937.978	1.251.846	241.594	14.893	989.560	969.108	127.534	(1.926.497)	3.806.016
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	268.335	228.016	12.143	10.027	55.151	143.018	72.706	(63.651)	725.745
Despesas financeiras	(1.038.911)	(510.030)	(91.634)	(10.997)	(417.442)	(38.821)	(371.182)	63.651	(2.415.366)
	(770.576)	(282.014)	(79.491)	(970)	(362.291)	104.197	(298.476)	-	(1.689.621)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.167.402	969.832	162.103	13.923	627.269	1.073.305	(170.942)	(1.926.497)	1.916.395
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social correntes	(184.639)	(196.501)	(21.473)	(6.502)	(25.662)				(434.777)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(127.834)	(37.869)	8.330	890	(111.698)	99.280	74.434	(2.044)	(96.511)
	(312.473)	(234.370)	(13.143)	(5.612)	(137.360)	99.280	74.434	(2.044)	(531.288)
Resultado líquido do exercício	854.929	735.462	148.960	8.311	489.909	1.172.585	(96.508)	(1.928.541)	1.385.107
Atribuível aos acionistas controladores	854.929	529.656	148.960	8.311	483.193	1.172.585	(96.508)	(1.928.541)	1.172.585
Atribuível aos acionistas não controladores		205.806			6.716				212.522

